

Otacílio Marcelino do Nascimento
Evanilda de Brito Lopes
(Organizadores)

DO RABISCO AO RECONTO:



**LUDICIDADE, MÚSICA E INCLUSÃO COMO PONTES
FORMATIVAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA**

Otacílio Marcelino do Nascimento

Evanilda de Brito Lopes

(Organizadores)

**Do rabisco ao relato: ludicidade,
música e inclusão como pontes
formativas na primeira infância**



Copyright © 2026 TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE – FAMEN. De acordo com a Lei n. 9.610, de 19/2/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informações ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem o prévio consentimento do detentor dos direitos autorais. O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.202619>.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

R116 Do rabisco ao reconto : ludicidade, música e inclusão como pontes formativas na primeira infância/ Organização de Otacílio Marcelino do Nascimento e Evanilda de Brito Lopes. – Natal, RN: Editora FAMEN, 2026.

267 Kb ; PDF ; il.

ISBN: 978-65-87028-97-2.

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.202619>.

1. Educação infantil. 2. Ludicidade. 3. Anos iniciais. I. Nascimento, Otacílio Marcelino do (Org.). II. Lopes, Evanilda de Brito (Org.). III. Título.

CDD: 370

CDU: 37

Elaborada pelo Bibliotecário Miqueias Alex de Souza Pereira CRB – 15/925

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Educação – 370

2. Educação – 37



Rua São Severino, n. 18, Bairro Bom Pastor, Natal/RN, CEP: 59060-040 CNPJ:
23.552.793/0001-57, Inscrição Estadual: 204392322, Inscrição Municipal: 2142633,
editora@famen.edu.br e telefone: (84) 3653-6770.



Rua São Severino, 18 – Bom Pastor, Natal – RN, 59060-040

Diretoria Geral
Valdete Batista do Nascimento

Coordenação de Pesquisa e de pós-graduação
Wendella Sara Costa da Silva

Conselho Editorial da FAMES

Editora Chefe

Profa. Dra. Andrezza M. B. Do N. Tavares – Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Natal, RN, Brasil.

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5187018279016366>.

Editora Adjunto

Prof. Dr. Fábio Alexandre Araújo dos Santos – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Natal, RN, Brasil.

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8334261197856331>.

Conselho Editorial Internacional

Presidente: Dr. Bento Duarte da Silva
Dr. Manuel Tavares
Dr. Dionísio Luís Tumbo
Dr. Gabriel Linari
Dra. Cristina Rafaela Riccì
Me. Gustavo Adólfo Fernández Díaz
Dr. Manuel Teixeira

Dra. Antonia Dalva França Carvalho
Dra. Elda Silva do Nascimento Melo
Dra. Karla Cristina Silva Sousa
Dr. Márcia Adelino da Silva Dias
Dr. Adir Luiz Ferreira
Dra. Giovana Carla Cardoso Amorim
Dra. Lucila Maria Pesce de Oliveira

Comitê Científico Interdisciplinar

Presidente: Dr. Rylanneive L. P. Teixeira
Dra. Juliana Alencar de Souza
Dr. Júlio Ribeiro Soares
Dra. Leila Salim Leal
Dra. Christiane M. T. de M. Gameleira
Dr. José R. Lopes de Paiva Cavalcanti
Dra. Kadydja Karla Nascimento Chagas
Dr. Avelino de Lima Neto
Dr. Sérgio Luiz Bezerra Trindade

Dr. Eduardo Henrique Cunha de Farias
Dr. Bruno Lustosa de Moura
Dra. Maria da C. Monteiro Cavalcanti
Dr. José Moisés Nunes da Silva
Dra. Francinaide de L. Silva Nascimento
Dr. José Paulino Filho
Dr. Marcos Torres Carneiro
Dr. Bernardino Galdino de Sena Neto
Dr. José Flávio da Paz

Dra. Laércia Maria Bertulino de Medeiros
Dra. Maria das Graças de A. Baptista
Dr. Antonio Marques dos Santos
Dr. Luiz Antonio da Silva dos Santos
Dra. Wendella Sara Costa da Silva
Ma. Valdete Batista do Nascimento

Ma. Maria Judivanda da Cunha
Me. João Maria de Lima
Me. Eric Mateus Soares Dias
Me. Adriel Felipe de Araújo Bezerra
Me. Rayssa Cyntia Baracho Lopes Souza

Bibliotecário e diagramação

Miqueias Alex de Souza Pereira

Projeto Gráfico e Capa

Eddean Riquemberg C. Xavier

Revisão de Textos

Prof. Dr. Dayvyd Lavanier Marques de Medeiros

Prefixo editorial: Editora FAMEN

Linha editorial: Acadêmica

Disponível para download em: <https://editorafamen.com.br/>



SOBRE O AUTOR



OTACÍLIO MARCELINO DO NASCIMENTO

Especializado em Intervenção Sociopsicoeducativa na área da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Graduado em Pedagogia com habilitação em Gestão Educacional. Técnico em Noções Didático-Pedagógica para Instrutoria – “Laureado da Turma” - pelo Serviço Social do Transporte - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SEST/SENAT. Professor no curso de Pedagogia (presencial e EAD) dos cursos de Pós-graduação em Educação Infantil e Psicopedagogia. Atuou por vinte e seis anos nas áreas da Qualificação Profissional de Jovens e Adultos, e foi Coordenador do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV - no Centro Educacional Dom Bosco – CEDB (Rede Salesiana Brasil de Ação Social - RSB). Atuou como Membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Natal/RN – COMDICA, no biênio 2016/2018, representando o Centro Educacional Dom Bosco – CEDB. Docente no Centro Universitário Maciço de Baturité - UNIMB desde 2018 e Faculdade Metropolitana Norte Riograndense - FAMEN.

SOBRE A AUTORA



EVANILDA DE BRITO LOPES

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, possuo ampla experiência na área da Educação, com especialização em Gestão Escolar, Políticas Públicas e Psicopedagogia Institucional e Clínica. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Portugal, atualmente estou cursando o doutorado em Ciências da Educação.

Minha trajetória profissional tem sido marcada pela atuação como investigadora, especialmente na linha de pesquisa de Estado, Políticas Educacionais, Formação do Professor e Mudanças Sociais. Como docente, tenho ministrado aulas em Licenciaturas e Especializações Lato Sensu, destacando-me em temas como Currículo, Formação Docente, Políticas Educacionais e Metodologia de Ensino.

Além disso, trago em minha bagagem uma vasta experiência como professora da rede estadual e municipal do Rio Grande do Norte, onde contribuí para o desenvolvimento educacional da região. Como pesquisadora associada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde os anos 90, tenho me dedicado especialmente à Gestão Escolar e à Formação Docente.

Um dos focos principais do meu trabalho é a valorização do ensino, tendo desenvolvido estudos e pesquisas na área da Formação Inicial do Professor, com ênfase no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), com destaque para a articulação entre a formação docente do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), o PIBID e o Estágio Docente.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade – 16, 17, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 185.
Aprendizagem – 16, 17, 22, 23, 25, 29, 31, 33, 34, 38, 43, 44, 47, 50, 53, 55, 56, 57, 60, 62, 66, 68, 70, 71, 73, 74, 76, 80, 84, 85, 90, 91, 93, 94, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 118, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 140, 141, 142, 143, 145, 147, 151, 153, 156, 161, 166, 167, 168, 169, 173, 175, 177, 180, 181, 185, 186, 191, 192, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 209, 210, 212.

E

Educação infantil – 16, 17, 18, 19, 20, 42, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 53, 56, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 91, 99, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 166, 167, 173, 174, 176, 178, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 200, 202, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212.

I

Inclusão – 19, 23, 105, 106, 140, 141, 142, 143, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 180, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 202, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212.

J

Jogos e brincadeiras – 47, 53, 73, 90, 91, 93, 94, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 114, 115, 118, 123, 127, 129, 131, 133, 134, 183.

L

Ludicidade – 42, 43, 44, 45, 50, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 67, 74, 95, 98, 106, 114, 128, 131, 184, 185.

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O manuscrito eletrônico intitulado **“Do rabisco ao reconto: ludicidade, música e inclusão como pontes formativas na primeira infância”**, vinculado ao curso de Pedagogia do Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB), por meio da Educação a Distância (EaD), na cidade de Poço Branco II / RN, tem como foco contribuir para a divulgação de resultados de pesquisas científicas na área da Pedagogia. Sistematizado para socializar pesquisas realizadas a partir do ano de 2024, possui caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, ao receber contribuições de diversas áreas e campos de saberes. O manuscrito disponibiliza por meio de versão eletrônica acesso internacional e gratuito para as ideias relacionadas ao campo da educação. O livro **“Do rabisco ao reconto: ludicidade, música e inclusão como pontes formativas na primeira infância”** possui 8 (oito) capítulos que abordam diversos temas das ciências da educação.

Este e-book, propõe uma abordagem integrativa das práticas pedagógicas na Educação Infantil (0-6 anos), articulando ludicidade, música e inclusão como eixos formativos essenciais. Inspirado na BNCC (2017), que posiciona o brincar como direito de aprendizagem, o título **“Do Rabisco ao Reconto”** simboliza a trajetória evolutiva da criança: das explorações gráficas espontâneas (rabiscos pré-silábicos) às narrativas

compartilhadas (reconto oral-escrito), mediadas por experiências sensoriais e afetivas.

A ludicidade emerge como metodologia central, promovendo desenvolvimento cognitivo, motor e socioemocional por meio de jogos, brincadeiras simbólicas e objetos não estruturados. Alinhada aos campos de experiência da BNCC (“Escuta, fala, pensamento e imaginação”; “Traços, sons, cores e formas”), essa perspectiva resgata Emília Ferreiro (psicogênese da escrita como construção dialógica) e Paulo Freire (leitura crítica do mundo como ato político-pedagógico), transformando a sala de aula em espaço de descoberta autônoma e colaboração significativa.

A música potencializa aprendizagens plurais, integrando ritmos, melodias e sons corporais às rotinas pedagógicas. Rodas cantadas, instrumentos percussivos e dramatizações musicais estimulam oralidade reflexiva e funções executivas (atenção, memória), além de favorecerem a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Essa abordagem dialoga com autores como Swanwick (2003), que defendem a invenção musical como expressão criativa da infância.

Por fim, a inclusão permeia todas as práticas, garantindo equidade por meio de adaptações curriculares e Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementares (LDB, art. 58). O e-book oferece repertório teórico-prático para formação docente, articulando Declaração de Salamanca (1994) e a Política

Nacional de Educação Especial (2008) em propostas concretas que constroem comunidades educacionais plurais e transformadoras.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO10

EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE ENTRE PROFESSOR X ALUNO16

Claudiane Pedro do Nascimento e Otacílio Marcelino do Nascimento

AS CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL..... 42

Maria Adriana da Silva, Otacílio Marcelino do Nascimento e Evanilda de Brito Lopes

OS BENEFÍCIOS DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL 65

Maria Alaide Gomes de Sena e Otacílio Marcelino do Nascimento

A FUNÇÃO DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS 89

Maria Ariadini da Silva Ferreira, Otacílio Marcelino do Nascimento e Evanilda de Brito Lopes

JOGOS E BRINCADEIRAS: ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL..... 113

Maria da Conceição Batista da Silva e Otacílio Marcelino do Nascimento

A INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR139

Miceliana Sales da Silva e Otacílio Marcelino do Nascimento

AS CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL165

Rayli Talita Pegado da Silva e Otacílio Marcelino do Nascimento

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DAS EXPECTATIVAS A REALIDADE..... 189

Valeria da Silva Oliveira e Otacílio Marcelino do Nascimento

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE ENTRE PROFESSOR X ALUNO

Claudiane Pedro do Nascimento
Otacílio Marcelino do Nascimento

EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE ENTRE PROFESSOR X ALUNO

Claudiane Pedro do Nascimento¹ / Otacílio Marcelino do Nascimento²

INTRODUÇÃO

O presente artigo científico tem por finalidade refletir sobre a importância e contribuição da afetividade no processo de ensino-aprendizagem, destacando a necessidade de trazer para o ambiente escolar uma convivência atraente entre todos os que nele estão envolvidos, favorecendo para a formação integral da criança.

É inegável a interligação da afetividade e aprendizagem, pois na escola a criança relaciona-se afetivamente com os colegas e professores de sua turma, o que nos leva a refletir sobre a necessidade de fortalecer este tema na ação pedagógica como facilitador do processo de ensino-aprendizagem, despertando no discente a motivação, segurança, de modo que venha a melhorar seu desempenho escolar, desenvolvendo atividades e atitudes

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: Claudianejb10@gmail.com;

² Especializado em Intervenção Sociopsicoeducativa na área da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Graduado em Pedagogia com habilitação em Gestão Educacional.

que direcionem a um maior conhecimento do aluno e de sua vivência.

A afetividade é um aspecto importante no campo e é considerada a principal maneira da criança se expressar, seja com sentimentos de alegria, tristeza, insegurança ou desprezo.

Optou-se por escolher esse tema, pois acredita-se que é de extrema importância para o desenvolvimento infantil, se possa desde cedo na relação entre criança e adultos sentimentos de amizade e respeito. Estes sentimentos devem ser iniciados a partir da educação infantil tendo em vista, que é importante para o aluno ser acolhido pelo professor, deste sentido, torna-se prazeroso o processo de ensino aprendizagem.

Neste sentido, o artigo se encontra dividido por tópicos e subtópicos nos quais serão discorridos sobre qual a importância da afetividade entre professor e aluno na educação infantil, iniciando pelas perspectivas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) em relação ao tema e se fundamentará com estudos de alguns autores sobre o tema em destaque e como se dá a afetividade no âmbito escolar.

REVISÃO DE LITERATURA

A educação infantil na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular - BNCC

A expressão educação “pré-escolar”, utilizada no Brasil até a década de 1980, expressava o entendimento de que a Educação Infantil era uma etapa anterior, independente e preparatória para a escolarização, que só teria seu começo no Ensino Fundamental. Situava-se, portanto, fora da educação formal.

Com a Constituição Federal de 1988, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade torna-se dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9394/1996), em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDBEN em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 anos.

Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/2009, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos.

Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDBEN em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil. Com a inclusão da Educação Infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo.

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito

próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família.

Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza e a diversidade cultural das famílias e da comunidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, definem a criança como sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2009).

Nesta perspectiva, Vygotsky (*apud* Arantes, 2003, p. 18-19). afirma que:

[...] só se pode compreender adequadamente o pensamento humano, quando se compreende a sua base afetiva. Quem separa o pensamento do afeto, nega de antemão a possibilidade de estudar a influência inversa do pensamento no plano afetivo. A vida emocional está conectada a outros processos psicológicos e ao

desenvolvimento da consciência de um modo geral.

De acordo com Vygotsky (*apud* Arantes, 2003, p. 18-19) ele ressalta a interconexão entre o pensamento humano e suas bases afetivas, sugerindo que compreender plenamente o pensamento requer uma compreensão igualmente profunda do mundo emocional subjacente. A separação entre pensamento e afeto, de acordo com o autor, impede a compreensão da influência bidirecional entre os dois domínios. Nesse sentido, isso implica que ignorar a função do afeto na cognição é negar a possibilidade de entender como o pensamento afeta as emoções e vice-versa. Além disso, a citação sugere que a vida emocional está intrinsecamente ligada a outros processos psicológicos e ao desenvolvimento da consciência de forma geral, destacando a importância de considerar a dimensão emocional em qualquer investigação sobre a mente humana.

Diante do exposto, vê-se que esta pesquisa nos impulsiona como profissional, a estimular a oralidade e a autonomia do aluno, em como suas interações e descobertas, as quais serão fundamentais para o seu desenvolvimento cognitivo, psicológico e social.

Afetividade: concepções, conceitos a luz de estudiosos da área

Ao se falar de afetividade tem-se um conceito amplo de várias concepções, mas, o termo Afetividade na Psicologia quer dizer que é o conjunto de fenômenos psíquicos que são experimentados e vivenciados na forma de emoções e de sentimentos, ou seja, é a capacidade do ser humano de ser afetado positivamente ou negativamente tanto por sensações internas como externas. A afetividade é um dos conjuntos funcionais da pessoa e atua juntamente com a cognição e o ato motor, no processo de aprendizagem e construção do conhecimento.

Alguns estudiosos como Piaget (1977) e Vygotsky (1989), falam sobre o termo afetividade de uma maneira mais singular. Já Wallon (2007, p. 45) diz que:

Existem estágios distintos e descontínuos no desenvolvimento humano, que são marcados por rupturas e reformulações e essa passagem de um estágio para outro não é fácil e desempenha um papel crucial nas transformações psíquicas da pessoa.

Para Wallon (1979c *apud* Galliani, 2013, p. 58), duas funções básicas constituem a personalidade: a afetividade e a inteligência. A afetividade está relacionada às sensibilidades internas e se orienta ao mundo social para a construção da pessoa, já a inteligência é o ser humano organicamente social e sua

estrutura orgânica supõe a intervenção da cultura para se atualizar.

Ao longo do trajeto, elas alternam preponderâncias, e a afetividade refluí para dar espaço à intensa atividade cognitiva, assim que a maturação põe em ação o equipamento sensorio-motor necessário a exploração da realidade (D, 1992, p. 90). Para Piaget (1977), a Afetividade é uma energia impulsionadora das ações do sujeito.

Enfim, conforme apontam os estudiosos, é crucial que a afetividade esteja presente em todos os processos ao longo da vida. Para a criança, que está em fase de desenvolvimento, essa afetividade se torna indispensável, pois é através do lúdico e das brincadeiras que ela aprende com mais facilidade. A inclusão da afetividade nesse contexto torna o processo de aprendizado ainda mais significativo para sua vida.

Os aspectos afetivos e cognitivos no desenvolvimento do indivíduo, segundo Piaget

Jean Piaget, é um dos autores mais influentes, ao lado de Henry Wallon, os quais falam sobre a influência dos aspectos afetivos e cognitivos no contexto do desenvolvimento da aprendizagem da criança. Tendo em vista, que toda sua pesquisa enfatizou dois aspectos que são fundamentais para o

desenvolvimento do ser humano, que é a relação com os seus pais e com o seu professor.

De acordo com Piaget (1990, p. 133 *apud* Suleiman, 2008, p.60) A conduta é, portanto, uma, mesmo que as estruturas não lhes expliquem a energética e mesmo que, reciprocamente, esta não tome aquelas em consideração: os dois aspectos afetivo e cognitivo são, ao mesmo tempo, inseparáveis e irreduzíveis.

Conforme a citação de Piaget (1990 *apud* Suleiman, 2008) os aspectos cognitivos e afetivos são irreduzíveis no tocante a diminuição de um aspecto perante outro, são indissociáveis no que diz respeito ao desenvolvimento do indivíduo; e são complementares, porque a criança não consegue se desenvolver integralmente com a ausência de um desses aspectos.

Os aspectos cognitivos subentendem-se que consistem na estruturação e os afetivos a energia, que é uma espécie de sentidos que sustentam o indivíduo como um todo. Ou seja, estudar a afetividade de uma criança é mais difícil do que compreender os aspectos cognitivos, porque, enquanto um diferencia-se por uma ação na construção de um universo objetivo, o outro foca em um estado não diferenciado do “eu” e os elementos físicos humanos que o cercam.

Segundo Pessoa (2000, p. 97):

Do ponto de vista piagetiano, a afetividade é indispensável para um bom desenvolvimento emocional, como também, no seu processo de

aquisição dos conhecimentos que abarca o cognitivo. Desse modo, pela ótica piagetiana o afetivo e cognitivo são um paralelo essencial para o desenvolvimento intelectual do ser humano. Esses dois aspectos andam juntos numa mesma frequência, sempre em igualdade, para assim equilibrar o desenvolvimento humano do indivíduo.

De acordo com a citação de Pessoa (2000) o autor destaca a teoria de Piaget, onde a afetividade e o cognitivo são vistos como componentes indissociáveis no desenvolvimento humano. Piaget reconhece que o desenvolvimento emocional e o processo de aquisição de conhecimento estão profundamente interligados, sugerindo que um bom desenvolvimento emocional é fundamental para que a criança possa também evoluir cognitivamente. Dessa forma, afetividade e cognição operam em conjunto, mantendo um equilíbrio que é essencial para o desenvolvimento intelectual. Essa visão reforça a importância de considerar o aspecto emocional nos processos educativos, garantindo um ambiente de aprendizagem que seja ao mesmo tempo intelectualmente estimulante e emocionalmente acolhedor.

Piaget afirma que:

[...] No ponto de partida da evolução mental, não existe certamente, nenhuma diferenciação entre o eu e o mundo exterior, isto é, as impressões vividas e percebidas não são relacionadas nem à consciência pessoal

sentida como eu nem a objetos concebidos como exteriores. [...] o eu, no início, estou no centro da realidade, porque é inconsciente de si mesmo e à medida que se constrói como uma realidade interna ou subjetiva o mundo exterior vai-se objetivando. Em outras palavras, a consciência começa por um egocentrismo inconsciente e integral, até que o progresso da inteligência senso-motor leve à construção de um universo objetivo, onde o próprio corpo aparece como elemento entre os outros, e ao que se opõe a vida interior, localizada neste corpo (Piaget, 1993, p. 19).

Conforme a citação de Piaget (1993) ele descreve o estágio inicial da evolução mental, onde não há uma distinção clara entre o eu e o mundo exterior. Nesse ponto de partida, as impressões vividas não são diferenciadas em termos de consciência pessoal ou objetos externos. O “eu”, inicialmente, está no centro da realidade, inconsciente de si mesmo. À medida que o desenvolvimento cognitivo avança, especialmente através da inteligência senso-motora, o “eu” começa a se construir como uma realidade interna e subjetiva, enquanto o mundo exterior se torna mais objetivado.

Nesse sentido, percebeu-se que a aquisição do conhecimento é um processo contínuo que passa por diversas etapas e estágios, sendo construídos de forma conjunta as ações e oportunidades que a criança tem de acordo com o que o ambiente lhe possibilita. Piaget fez uma abordagem construtivista do

conhecimento, onde acomete a ideia de que existe uma interdependência entre o organismo e o ambiente.

Para Pessoa (2000) a afetividade na teoria de Piaget é fator fundamental para a socialização do indivíduo, que compreende tanto os sentimentos de prazer, desprazer, simpatia, emoções e vontade, quanto os elementos energéticos de interesse, esforços, afetos das relações interindividuais, simpatias mútuas e sentimentos morais. Nesse sentido, existe um pareamento constante entre a vida afetiva e a intelectual, esse paralelismo continuará por todo o desenvolvimento, da infância à adolescência.

A afetividade desempenha uma função importante na socialização do indivíduo, englobando tanto os sentimentos de prazer quanto outras emoções. Existe uma conexão intrínseca entre a vida emocional e intelectual, que permanece ao longo de todo o desenvolvimento. A inteligência humana é impulsionada pela busca contínua do indivíduo em compreender o que acontece ao seu redor. Embora esteja presente em todas as fases da vida, a criança constrói sua inteligência atribuindo significados próprios às experiências vividas no cotidiano.

Diante do exposto, podemos perceber que a afetividade e a cognição dão suporte uma à outra de modo que o equilíbrio dos sentimentos vai aumentando com o decorrer da idade, onde se fortalecem com as relações sociais de forma gradativa no desenvolvimento infantil. O equilíbrio entre todos esses aspectos

possibilita que a criança tenha seu desenvolvimento por completo, o levando a uma situação de êxito favorável para sua vida.

Ao refletirmos sobre o equilíbrio dos sentimentos da criança, é importante considerarmos a diferença entre o crescimento orgânico e o desenvolvimento mental. O crescimento orgânico tende a ser mais estável, enquanto o desenvolvimento mental, por ocorrer de forma mais lenta, é mais suscetível a variações e instabilidades. É nesse período que o indivíduo passa por uma evolução ascendente, onde o crescimento mental se torna o foco, exigindo uma atenção cuidadosa para garantir que esse desenvolvimento ocorra de maneira equilibrada e harmoniosa.

Como diz Piaget (1993), nas almas sadias o fim do crescimento não determina de modo algum o começo da decadência. Desse modo, a permanência do desenvolvimento da inteligência da criança e a estruturação do seu psíquico dependem de como foi sua preparação na infância e permitem o equilíbrio interior.

Assim sendo, partindo desses fundamentos, é importante destacar que o indivíduo nunca para com o seu desenvolvimento, ele está em constante transformação, seja fisicamente ou mentalmente.

A importância da afetividade no contexto escolar: ações pedagógicas

A criança ao chegar à escola, ela traz consigo um conjunto de vivências e experiências, sejam elas positivas ou negativas, que devem ser consideradas pelo professor e por todos os profissionais da escola. Essas experiências influenciam diretamente o comportamento e o aprendizado da criança, tornando essencial que a equipe escolar esteja atenta e preparada para integrá-las ao processo educativo de forma sensível e inclusiva.

A docência evoluiu além de ser apenas um transmissor de conhecimento; ele agora é fundamental em ajudar o aluno a aprender. Essa mudança transforma todo o processo educativo, pois o sucesso ou fracasso da aprendizagem não recai apenas sobre o aluno, mas também sobre o professor. No entanto, esse fracasso nem sempre está relacionado à competência do docente, mas muitas vezes à falta de afetividade na relação entre professor e aluno. Quando essa relação carece de afeto, o vínculo se enfraquece, comprometendo a eficácia do ensino e o desenvolvimento do aluno.

A pobreza afetiva é um fator que prejudica significativamente o indivíduo, impactando diretamente o aprendizado. No contexto educacional, essa questão se torna ainda mais séria. As conquistas intelectuais estão

profundamente ligadas à afetividade, conferindo a essa relação um caráter essencialmente cognitivo, onde o emocional e o intelectual se entrelaçam para promover um aprendizado mais eficaz e significativo.

Neste sentido, Leite e Tassoni (2007, p. 103) evidenciam que:

[...], podemos pressupor que as interações que ocorrem no contexto escolar também são marcadas pela afetividade em todos os seus aspectos. Podemos supor, também, que a afetividade se constitui como um fator de grande importância na determinação da natureza das relações que se estabelecem entre os sujeitos (aluno) e os diversos objetos de conhecimento (áreas e conteúdos escolares), bem como na disposição dos alunos diante das atividades propostas e desenvolvidas.

Conforme a citação de Leite e Tassoni (2007) destacam a importância da afetividade como um componente central nas interações sociais e no desenvolvimento cognitivo, sublinhando que essas interações, especialmente no contexto escolar, são profundamente influenciadas por aspectos afetivos. Isso implica que a qualidade das relações entre alunos e os conteúdos escolares, assim como a motivação e o engajamento dos estudantes nas atividades propostas, são significativamente moldados pelo clima afetivo presente na sala de aula.

A afetividade não apenas facilita a assimilação de novos conhecimentos, mas também promove um ambiente de aprendizagem mais receptivo e motivador.

Fortalecer as relações afetivas entre o professor e o aluno, é contribuir para melhorar o rendimento escolar, além do desenvolvimento nas atividades propostas em sala de aula. A educação precisa que todos os sujeitos participem e colaborem nessa construção, pois, toda aprendizagem da criança, bem como o raciocínio, estará ligada as interações com o meio onde ela se encontra.

Dentre os sujeitos é pertinente destacar a importância da participação da família na vida da criança desde o seu ambiente familiar como na escola.

De acordo com Beraldi (1992):

A família é indispensavelmente, a principal responsável pelos primeiros ensinamentos, cuidados com as crianças e jovens. Consciente ou inconscientemente, ela prepara os filhos para conviver com a sociedade, imprimindo pensamentos e ações, acordam com a sua cultura; posteriormente, surge a escola, com o objetivo de ensinar conteúdos, mas também imprimindo regras e normas de convivência muito explícitas, sendo que os alunos são cobrados por cumpri-las nas relações que estabelecem dentro desse ambiente tão heterogêneo (Beraldi, 1992, p. 88).

Conforme a citação de Beraldi (1992) o autor ressalta o papel fundamental da família na formação inicial das crianças e jovens, estabelecendo as bases de seus valores, comportamentos e formas de pensar, que são moldados pela cultura familiar. A escola, por sua vez, complementa esse processo, não apenas através da transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas também ao impor regras e normas de convivência que os alunos devem seguir. Essa dupla influência, familiar e escolar, é fundamental para a preparação dos indivíduos para a vida em sociedade, pois a escola reforça e amplia as aprendizagens sociais e culturais iniciadas no ambiente familiar.

Portanto, é notório, trabalhar a afetividade em sala de aula e no meio familiar da criança, pois, dessa forma agregará valores e aflorando os sentimentos de tolerância e respeito para si e para o próximo. A responsabilidade do professor na educação é indispensável, pois, ele será fundamental na formação de cada aluno.

A afetividade no processo de ensino é fundamental, pois permite que o aluno se sinta seguro e acolhido pelo professor. Essa relação afetiva não deve ser vista como uma forma de cobrança, mas sim como uma expressão de amizade, carinho, respeito e determinação mútua. Quando o professor e o aluno estabelecem uma conexão afetiva, a sala de aula se torna um ambiente motivador, onde ambos se sentem incentivados a estar presentes, a ensinar e a aprender com entusiasmo.

O docente deve ter em mente que a entonação da voz, sua postura, altura, somada aos seus gestos e expressões faciais influenciam radicalmente na resposta dos alunos neste processo de ensino-aprendizagem. O processo deve refletir sobre suas práticas pedagógicas e buscar compreender quais sentimentos e emoções são passadas por elas.

Quando se fala do ato de observar, não se quer dizer somente as ações dos alunos, mas sim, as próprias ações do professor, se elas não estão causando algum transtorno no processo de aprendizado das crianças e interferindo diretamente no seu conhecimento.

O profissional envolvido no processo de ensino-aprendizagem deve estar atento às dificuldades apresentadas pelos alunos e disposto a agir de maneira que possa suprir essas necessidades. Esse processo é bidirecional, onde as respostas e reações dos alunos refletem suas reais situações e desafios. Com base nisso, o docente pode intervir de forma segura e eficaz, buscando superar essas dificuldades e, assim, alcançar os resultados desejados no aprendizado dos discentes.

Ao se falar em emoções no âmbito educacional, há uma diferença entre emoção e afetividade. Normalmente tem-se em mente que estas palavras são sinônimas, mas Wallon (2007) estabelece uma distinção entre elas. Afirma que os sentimentos, as emoções e os desejos, são manifestações contínuas da vida afetiva. As emoções possuem características as quais as

diferem de outras manifestações da afetividade. São acompanhados de alterações orgânicas responsáveis por provocar alterações faciais, na forma a qual são executados os gestos e na postura.

Quando a criança é bebê, suas emoções são expressas por meio de gestos e reações corporais. À medida que ela cresce e se desenvolve, sua afetividade começa a se desvincular dos aspectos físicos, avançando em seu processo de formação. Nesse contexto, a afetividade e a inteligência devem ser vistas como parceiras no processo de aprendizagem. Quando essas dimensões são tratadas separadamente no ambiente escolar, há uma tendência de se enfatizar apenas a inteligência, limitando o conhecimento à racionalidade e deixando de lado o desenvolvimento emocional, que é igualmente essencial.

A forma com que a afetividade é expressa pelos alunos é um aspecto muito importante neste processo de aprendizagem, pois, por muitas vezes ele expressa sentimentos e emoções que trazem do âmbito familiar. Este processo de expressar sentimento advindos de sua família faz com que o profissional que ali atua veja qual a dificuldade do aluno, bem como a método de ensino para ser usado com esse aluno. A família é um ponto crucial de apoio para as crianças, mas muitas vezes não oferece o suporte necessário para seu desenvolvimento adequado. Nessas situações, o vínculo entre o aluno e o processo educativo se torna essencial para suprir essas lacunas. A escola, então, assume

uma função semelhante ao da família, proporcionando a educação e o carinho que muitas vezes faltam em casa. Por isso, é fundamental que o afeto com o qual o professor trata o aluno seja valorizado, pois ele desempenha um papel importante no desenvolvimento emocional e acadêmico da criança.

Quando uma criança recebe carinho e afetividade em casa, ela tende a buscar no professor uma continuidade desse ambiente afetivo, tornando o aprendizado mais satisfatório. No entanto, quando a criança não tem esse tipo de estímulo familiar, ela procura no vínculo com o professor o amor e o apoio que faltam em casa, essencial para seu desenvolvimento.

É importante ressaltar que, embora a principal responsabilidade de educar seja da família, a escola frequentemente assume essa função quando a família não cumpre seu papel. Nesse cenário, o profissional da educação acaba desempenhando múltiplas funções – professor, pai, mãe, amigo, psicólogo – o que pode levar a uma sobrecarga de responsabilidades e, conseqüentemente, a uma exaustão emocional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é um estudo bibliográfico de natureza qualitativa. Para se realizar este artigo, foi realizada uma intensa revisão bibliográfica com ênfase nas teorias de Henry Wallon,

mas também buscando contribuições de outros autores como Piaget (1993), Vygotsky (1989) e Galliani (2013), que discorrem sobre o desenvolvimento humano e a afetividade, buscando o entendimento da importância dela para o aprendizado do aluno. A pesquisa se deu com leituras e fichamentos de livros nas suas maiorias virtuais, diversos artigos e monografias capturados da internet e revistas acadêmicas.

De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e de atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A autora ainda afirma que a pesquisa qualitativa "[...] responde a questões muito particulares [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado (Minayo, 2001, p. 22)".

Por fim, fez-se uma análise dos resultados obtidos durante as leituras e análises das informações para a construção desse artigo científico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com esta pesquisa verificou-se que os professores se sentem mais preparados quando o aluno se sente mais seguro. Tem-se em mente que o aprendizado da criança não é retilíneo,

ou seja, sofre alterações conforme seu estado de espírito, seu humor, suas angústias, medos e expectativas que também fazem parte de seu universo.

Vimos que os métodos utilizados para lidar com as diversas dinâmicas emocionais e comportamentais em sala de aula são extremamente importantes, pois as atitudes e reações do professor podem determinar o grau de envolvimento e engajamento dos alunos. Para enfrentar essas emoções de maneira eficaz, o professor deve estar preparado emocional e fisicamente. Esse preparo é essencial para que o docente possa gerir adequadamente sua própria afetividade e a das crianças, promovendo um ambiente de aprendizado mais harmonioso e produtivo.

É importante que o aluno se sinta a vontade para expressar seus sentimentos e emoções naquele ambiente, assim, possibilitará que o profissional que ali atua use os melhores métodos de ensino para que o discente obtenha seu aprendizado de forma adequada.

Mas, se pensarmos, a criança ali não tem culpa, ela apenas busca oportunidades e caminhos para se ter um desenvolvimento cognitivo adequado, mesmo que seja inconscientemente. E o profissional que ali está, se realmente gostar do que faz, mesmo desgastado, vai ajudar aquela criança a chegar ao seu objetivo, mesmo que seja de forma lenta e gradual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrermos sobre a temática, buscou-se refletir sobre o quanto o entendimento do que seja “Afetividade” significa de fato na vida do aluno e do professor. A afetividade ocupa lugar extremamente importante na vida humana, sendo responsável pelas interações sócias motoras da criança. O sujeito como ser social que é, necessita das interações para aprender desenvolver-se. A vivência da afetividade é essencial e vital no desenvolvimento do ser humano como um todo.

Relacionar as práticas educacionais com a afetividade ao comprometimento do educador que proporciona um desenvolvimento cognitivo dos educandos. O compromisso professor-aluno norteado por práticas efetivas em sala de aula influencia no processo ensino/aprendizagem e por consequentemente no desenvolvimento cognitivo de forma positiva.

Importante que o professor busque metodologias que possibilitem que o aluno se expresse de forma íntegra e que demonstre seus sentimentos à medida que o processo for acontecido, sem contar que o ato de ganhar um braço e um beijo, faz com que o elo educacional entre professor e aluno se fortaleça garantindo assim, um melhor resultado ao final de todo esse processo de ensino.

O professor deve ter em mente que o aluno que está ali na sala de aula, é um ser em aprendizado e, então, todo e qualquer incentivo que ele tenha será primordial para sua carreira acadêmica, e o professor como profissional atuante ali, deve observar isso e garantir que durante este processo aconteçam as metodologias certas para os resultados concretos.

Assim sendo, podemos considerar que é fundamental uma formação afetiva para os profissionais que atuam no campo da educação, a fim de que haja o fortalecimento deste vínculo que é tão impagável para a educação.

REFERÊNCIAS

ARANTES, V. A. **A afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus - editorial, 2003.

BERALDI, L.T; LOGSDON, N. B. **Dimensionamentos de elementos estruturais submetidos a compreensão**. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Ementa Constitucional** Nº 59, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 18 abr. 2024.

GALLIANI, Simone da Silva. **A afetividade nas práticas pedagógicas: atitudes e expressões verbais nas interações professora-crianças, sob a perspectiva de Henri Wallon**. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/db00dea6-5474-4516-bf97-823815db3d05/content>. Acesso em: 18 abr. 2024.

LEITE, S. A. S.; TASSONI, E. C. M. Afetividade e ensino. *In*: ABDALLA, M. F. B.; FERREIRA, M. C. C.; LEITE, S. A. S. (org.). **Percursos e perspectivas na formação de professores das séries iniciais**. Marília: Oficina Universitária, 2007. p. 99-114.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: vozes 2001.

PESSOA, Vilmarise Sabim. A afetividade sob ótica psicanalítica e Piagetiana. **Publicatio UEPG, Ciências Humanas**, n. 8, v. 1, p. 97-107, 2000.

PIAGET, J. **Psicologia da Inteligência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

SULEIMAN, Amal Rahif. **O Jogo e a educação matemática: um estudo sobre as crenças e concepções dos professores de matemática quanto ao espaço do jogo no fazer pedagógico**, 2008, 258 f. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agendapos/educacao_escolar/1526.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CAPÍTULO II

AS CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Adriana da Silva
Otacílio Marcelino do Nascimento
Evanilda de Brito Lopes

AS CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Adriana da Silva³ / Otacílio Marcelino do Nascimento⁴ /
Evanilda de Brito Lopes⁵

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade analisar “As contribuições da ludicidade na educação infantil”, como desenvolver a prática das atividades desenvolvidas nesse nível de ensino e busca se aprofundar sobre a ludicidade para um melhor desenvolvimento do currículo escolar de forma prática e objetiva.

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e qualitativo e foi elaborada, dispondo de vários autores como Kishimoto (2014), Dallabona e Mendes (2004) e Almeida (2014), além de pesquisas realizadas em revistas eletrônicas especializada nessa temática, sites de busca como Google Acadêmico, dentre outros.

É de conhecimento geral que, realizar a ludicidade na Educação Infantil é fundamental para o processo de ensino

³ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: mariaadriana1606@gmail.com;

⁴ Especializado em Intervenção Sociopsicoeducativa na área da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Graduado em Pedagogia com habilitação em Gestão Educacional.

⁵ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Portugal.

aprendizagem da criança, auxiliando o desenvolvimento das capacidades cognitivas, sociais, físicas, psicológicas e emocionais. Dessa forma, a ludicidade contribui para o desenvolvimento da autonomia, a socialização e a interação durante a prática educativa na criança, que forma que também ela possa expressar suas emoções e vontades através das brincadeiras.

A prática da ludicidade ajuda a criança a aprender regras, limites e sentimentos como também frustrações devido à perda e satisfação devido aos momentos de vitória, compreendendo assim como lidar com os sentimentos sejam eles bons ou ruins. A criança quando brinca, também, amplia seus conhecimentos, desperta a curiosidade, aumenta a concentração, a atenção, a motivação e a criatividade, instrui-se de forma significativa e sem cobranças tornando o processo de ensino aprendizagem de qualidade.

O ambiente para se praticar a ludicidade está no cotidiano da criança, ou seja, na escola, em casa, nas praças, na rua e torna a aprendizagem algo natural. O espaço em que a criança vive é indispensável para a aprendizagem, pois é através dele que é possível constituir relações entre o ensino e a aprendizagem do aluno que se tornam expressivas.

Diante do exposto, é pertinente destacar que, na escola o professor deve ser o mediador nesse processo de ensino e aprendizagem, pois é necessário ter um olhar que observe o

comportamento da criança quando realiza as atividades lúdicas, tendo em vista que quando a criança se socializa e interage com as outras, deve-se observar se há situações conflituosas e a sua capacidade na resolução de problemas.

O artigo está dividido de forma que o leitor possa seguir uma sequência lógica, iniciando pela introdução, seguida da revisão de literatura a qual está dividida em três subtópicos. O primeiro discorre sobre um breve histórico da ludicidade na educação brasileira, no segundo descrevemos acerca dos benefícios da ludicidade no processo de aprendizagem na educação infantil e o terceiro ressalta a respeito das práticas e desafios da ludicidade na educação infantil. Seguida da Metodologia onde fazemos uma abordagem sobre os métodos utilizados na consecução desse artigo, após esse tópico discorreremos sobre os Resultados e Discussões, acerca da pesquisa realizada. Por fim, as considerações finais e seguida das referências.

REVISÃO DE LITERATURA

Este estudo buscou fundamentar a temática utilizando os seguintes autores Kishimoto (2014), Dallabona; Mendes (2004) e Almeida (2014),

A atividade lúdica estimula o desenvolvimento das habilidades de aprendizagem e de sua socialização com o outro,

auxilia também no desenvolvimento cognitivo, físico, social e psicológico da criança. Trabalhar o lúdico com a criança estimula a atenção e a prepara para a interação social e em grupo, desenvolve o imaginário de uma forma significativa.

Ao brincar de faz de conta, a criança está estimulando suas habilidades que vão além da sua idade, quando imita os adultos e atividades do cotidiano essa forma de brincar é de grande relevância para o seu desenvolvimento. Os recursos lúdicos são grandes aliados na prática pedagógica em sala de aula, pois torna os alunos participativos, trabalha em grupo e é uma atividade prazerosa.

O lúdico é uma ferramenta muito importante para a formação das crianças como expõe Dallabona e Mendes (2004, p. 107).

O lúdico permite um desenvolvimento global e uma visão de mundo mais real. Por meio das descobertas e da criatividade, a criança pode se expressar, analisar, criticar e transformar a realidade. Se bem aplicada e compreendida, a educação lúdica poderá contribuir para a melhoria do ensino, quer na qualificação ou formação crítica do educando, quer para redefinir valores e para melhorar o relacionamento das pessoas na sociedade.

Segundo os autores, a ludicidade contribui para o desenvolvimento social, cognitivo, afetivo e motor da criança que irá contribuir na sua vida futura. Mas para que isso aconteça de

uma forma correta, o professor precisa estar qualificado, que tenha um objetivo na realização das atividades lúdicas para que possa contribuir para o desenvolvimento da criança. Para Kishimoto (2014, p. 83).

Diante de sua importância, a natureza do brincar ou de jogar está sendo vista pelos atributos que a caracterizam: um pensamento segundo grau, que se aplica às situações do cotidiano, como simular ser motorista, ou o ingresso no imaginário, que tem a ver com o desempenho do jogador, de uma reprodução interpretativa. Essa forma lúdica é configurada pela sequência de decisões do brincante quando se trata de um ser social com capacidade de decisão, com protagonismo, que também é embebida pela cultura na qual vive o brincante, acompanhada por regras, que provêm do exterior, mas que orientam as ações lúdicas.

Sendo assim, as atividades envolvendo as brincadeiras e jogos na educação infantil é muito importante para o desenvolvimento do conhecimento da criança, onde ela desenvolve sua linguagem, se socializa com os demais, trabalha o respeito, o compartilhamento dos brinquedos, seu progresso na formação pessoal e na sua vivência do seu cotidiano.

Carvalho (1992, p. 14 *apud* Almeida, 2014, p. 12), afirma que

(...) desde muito cedo o jogo na vida da criança é de fundamental importância, pois quando ela brinca, explora e manuseia tudo aquilo que

está a sua volta, através de esforços físicos e mentais e sem se sentir coagida pelo adulto, começa a ter sentimentos de liberdade, portanto, real valor e atenção as atividades vivenciadas naquele instante.

Ainda de acordo com Carvalho (1992 apud Almeida, 2014), é basilar a prática dos jogos e brincadeiras na vida de uma criança, pois quando ela explora desperta sua criatividade, atribuindo significados a tudo aquilo que está ao seu redor. Um objeto que a criança brincar, pode se tornar um outro brinquedo imaginário, a mente da criança evolui. Este é o alicerce para uma educação infantil de qualidade. É preciso deixar a criança ser criança e estimular o seu conhecimento.

Como destaca a autora Kishimoto (2008, p. 36):

As situações lúdicas são intencionalmente criadas pelo adulto com vista estimular certos tipos de aprendizagem, surgindo assim à dimensão educativa, desde que mantidas as condições para a expressão do jogo, ou seja, a ação intencional da criança para brincar.

De acordo com Kishimoto (2008), é preciso criar situações pelo adulto, onde venha despertar o interesse da criança, a curiosidade, através de jogos ou brincadeiras, estimulando assim seu aprendizado e instigando suas descobertas.

Segundo o RCNEI (Brasil, 1998, p. 21):

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio, e isto porque, através das interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditórias que presenciam [...], explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos.

Dessa forma, precisamos ter um olhar diferenciado em cada comportamento da criança, onde o adulto e o meio em que está inserida são um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento dela. A criança deve ser preparada para aprender a viver em sociedade, onde não se deve tirar o direito dela de ser criança.

Como bem expressa Aroeira (1996, p. 22):

O conceito de infância se dá de acordo com a classe social a que nos referimos porque a criança é um ser social e histórico, não é abstrata não é um modelo teórico de desenvolvimento, para conhecê-la melhor é necessário sempre levar em conta suas condições reais de vida, a origem social, a cultura, pois é a partir desse contexto que determinamos que ela construa seu conhecimento.

É a partir desse processo social que passou a ter uma atenção maior com as atividades lúdicas na educação infantil para que a criança tenha um melhor desenvolvimento global.

Um breve histórico da ludicidade

A ludicidade passou a ser empregada no processo de ensino e aprendizagem em vários períodos históricos desde a pré-história, passando pela idade média, idade moderna e até chegar à idade contemporânea, e nesse sentido, podemos compreender que a ludicidade fez parte e foi um grande auxiliador em todos esses períodos até os dias atuais.

Na antiguidade uma das primeiras civilizações a praticar a ludicidade foi a Egípcia, onde valorizavam o jogo como esporte e diversão. A civilização Romana, era através dos jogos em que os romanos se socializavam e viviam em conjunto. A ludicidade já fazia parte na vida das pessoas e é vista por alguns filósofos como uma prática fundamental para a educação. É importante mencionar que a ludicidade na educação brasileira faz parte até os dias de hoje, proporcionando muitos benefícios para a criança.

As brincadeiras, as músicas, a contação de histórias, os jogos são formas de trabalhar a ludicidade desde a educação infantil até os anos iniciais do ensino fundamental, pois a educação é a forma natural do ser humano aprender com

naturalidade e está inserida desde o seu nascimento. De acordo com Borba, (2005, p. 33-34):

A experiência do brincar cruza diferentes tempos, e lugares, passados, presentes e futuros, sendo marcado ao mesmo tempo pela continuidade e pela mudança. A criança, pelo fato de se situar em um contexto histórico e social, ou seja, em um ambiente estruturado a partir de valores, significados, atividades e artefatos construídos e partilhados pelos sujeitos que ali vivem, incorpora a experiência social e cultural de brincar por meio das relações que estabelece com os outros adultos e crianças.

Conforme afirma Borba (2005), a prática com brincadeiras vem desde as épocas passadas até os dias de hoje, as brincadeiras são recriadas onde a criança imagina e cria com objetos e pessoas ao seu redor, ela produz o novo, no ambiente em que estiver, reproduzindo sua cultura ou realidade social.

Atualmente, o brincar é empregado como uma prática curricular na educação infantil, pois é nessa forma lúdica que o professor executa, a criança desenvolve suas percepções e compreende com facilidade as atividades propostas. O brincar, o jogar, faz parte do seu cotidiano, trazendo suas experiências familiares para a sala de aula. O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil – RCNEI (Brasil, 1998, p. 30) aponta que o professor:

É mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança os seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano.

Diante do exposto, o professor mediador precisa incluir brincadeiras e cada vez mais a contação de histórias, músicas, como recursos de seu trabalho, de forma que ele irá perceber o desenvolvimento emocional e a criatividade da criança, tendo em vista que será nessa ocasião que ela vivenciará o faz de conta.

Segundo Freire (1991, p. 39) afirma que:

A criança que brinca em liberdade, podendo decidir sobre o uso de seus recursos cognitivos para resolver os problemas que surgem no brinquedo, sem dúvida alguma chegará ao pensamento lógico de que necessita para aprender a ler, escrever e contar. De forma que a criança tenha de ser privada de seu direito de ser criança e feliz.

De acordo com Freire (1991) é fundamental o brincar livre para o desenvolvimento cognitivo infantil. O autor ainda afirma que, ao brincar sem restrições, as crianças exercitam suas habilidades cognitivas, resolvendo problemas de forma autônoma. Essa prática natural e espontânea contribui

significativamente para o desenvolvimento do pensamento lógico necessário para aprender a ler, escrever e contar.

Portanto, respeitar o direito da criança de brincar e ser feliz é basilar para seu crescimento saudável e equilibrado, sem privá-la de sua essência infantil.

Os benefícios da ludicidade no processo de aprendizagem na educação infantil

Desenvolver atividades lúdicas é muito prazerosa para a criança e não está exclusivo apenas à jogos e brincadeiras, mas a qualquer atividade que possa proporcionar momentos de integração, onde pode ser realizada também em seu ambiente familiar e não só na escola. Visto que, a ludicidade é apontada pelos teóricos como essencial para a saúde mental, emocional, não só para a educação infantil, mas no transcorrer de sua formação humana e cidadã.

As atividades devem ser ensinadas de uma forma descontraída, onde a criança possa aprender brincando e o docente possa observar e assim poder identificar algo que de alguma forma deixa de ser conveniente nesse momento. E saber como lidar com cada situação, auxiliar e ajudar nas atitudes, se colocando no lugar da criança para melhor compreender.

A prática da ludicidade na educação infantil é essencial na vida da criança, pois ela pode transformar o processo de

aprendizagem e pode fazer toda a diferença. Quando inserimos a ludicidade em sala de aula, incentivamos a autonomia criativa da criança, onde tornará prazeroso o aprendizado. Essas atividades possibilitam trabalhar de uma forma simples para a criança entender sobre resolução de problemas ou outros assuntos complexos e também despertar emoções positivas, ao qual são ativadas a concentração da criança.

Posto isso, o que a criança aprende de forma lúdica, ficará na memória por mais tempo. Nesse sentido, podemos destacar como benefício o emprego das tecnologias da informação e da comunicação em sala de aula, o qual poderá ser um facilitador do aprendizado concreto do aluno, despertando mais suas curiosidades, através de vídeos, filmes educativos e músicas. O educador, ciente dos benefícios desses recursos, irá proporcionar o desenvolvimento global da criança.

Ainda nesse contexto, Santos (1999, p. 115):

O brincar está sendo cada vez mais utilizado na educação constituindo-se numa peça importantíssima nos domínios da inteligência, na evolução do pensamento e de todas as funções superiores, transformando-se num meio viável para a construção do conhecimento.

De acordo com Santos (1999), o brincar é uma peça importante para a evolução e o bem-estar da criança, tornando-as

independentes onde a criança brincando assimila o que aprendeu com facilidade.

Nessa perspectiva, para se obter bons resultados no processo de aprendizagem é preciso examinar a faixa etária e as particularidades de cada criança para poder planejar qualquer atividade lúdica. Outro benefício que envolve a ludicidade são os livros de contos infantis, bem ilustrados, para isso é fundamental provocar a participação das crianças em rodas de leituras de uma forma que desenvolva sua capacidade de imaginar, de questionar e de interpretar as histórias. Teixeira (2012, p. 72) ressalta:

O professor deve ajudar seus alunos a interagirem na atividade lúdica, incentivando a participação, fazendo perguntas para quem não sabe como fazê-lo ou é mais inibido. Sua participação é adequada à medida que sua presença for um aval para que todos participem com liberdade e espontaneidade.

Para Teixeira (2012), o professor deve estar ciente da sua participação nas atividades lúdicas com as crianças, pois ele é um mediador neste processo de construção de conhecimentos, interagindo e incentivando as crianças.

Com a participação do professor e dedicação em tornar uma aula lúdica e participativa para todos os alunos, integrando-os espontaneamente certamente haverá um resultado satisfatório.

As práticas e os desafios da ludicidade na Educação Infantil

É sempre um desafio para o professor ministrar qualquer atividade em sala de aula na educação infantil em especial, e com a inserção de atividades lúdicas não é diferente, necessita ser observada de perto e exige mais atenção e elaboração das atividades. As atividades lúdicas, devem estar presente nos conteúdos, mas muitas vezes o professor se depara com a falta de um auxiliar para ajuda-lo, pois, um dos desafios é o fato de algumas crianças não desejar participar das atividades propostas.

Sabemos que é desafiador, mas é necessário estar preparado para situações de rejeição, pois é importante a prática das brincadeiras e jogos na educação infantil. Entretanto, muitos educadores não compreendem o significado da ludicidade e outros não tem incentivo para trabalhar com essas atividades, pois para acontecer é necessário sair do processo de ensino tradicional e planejar aulas lúdicas, em outros termos, o lúdico requer mais atenção na aplicação das aulas, e muitas vezes não querem modificá-las, sabendo que a ludicidade favorece o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, (2017):

A Instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de

movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo. (Brasil, 2017, p. 41).

Conforme a citação da BNCC, toda Instituição escolar precisa oferecer oportunidades em ambientes e atividades onde as crianças possam explorar seus movimentos, gestos, desenvolver sua criatividade e seu corpo, descobrindo o novo que está ao seu redor.

As brincadeiras possibilitam que a criança explore, construa, questione, interaja. E nesse sentido, cabe a Instituição escolar e ao professor ser um mediador oferecendo recursos para o desenvolvimento dos alunos. Por vezes o professor sente dificuldades em participar das brincadeiras com as crianças, por aflição, ansiedade, cansaço físico e mental, impedindo-o de fazer parte desse momento lúdico o qual é fundamental para a criança.

Por fim, os cursos de licenciatura em pedagogia são muito teóricos, a ludicidade é aperfeiçoada através da prática, do cotidiano do professor. Do ponto de vista de Libâneo (1998, p. 22):

A atividade essencial de uma escola é assegurar a relação cognitiva do aluno com a matéria, ou seja, a aprendizagem dos alunos, com a ajuda pedagógica do professor. O professor é o mediador desse encontro do aluno com os objetos de conhecimento. O professor introduz os alunos no mundo da ciência, da linguagem, para ajudar o aluno a desenvolver seu pensamento, suas

habilidades, suas atitudes. [...] Sem professor competente no domínio das matérias que ensina, nos métodos, nos procedimentos de ensino, não é possível a existência de aprendizagens duradouras. Se quisermos lutar pela qualidade da oferta dos serviços escolares e pela qualidade dos resultados do ensino, é preciso investir mais na pesquisa sobre formação dos professores.

Para Libâneo (1998), para que se tenha um resultado de ensino de qualidade é necessário que o professor além de ter o curso de pedagogia, precisa ter domínio dos seus conteúdos propostos para seus alunos e habilidades para que seu método seja repassado da melhor forma, fazendo com que seu aluno assimile bem os conteúdos.

Por fim, a ludicidade é uma atividade prática e dinâmica em que o professor deve participar, interagindo com as crianças, dessa forma, ele estará conhecendo melhor seus alunos, saber que é capaz, pois fazer parte desse mundo mágico para a elas é recompensador para o desenvolvimento dela.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada nesse estudo, foi realizada por meio de leitura e análise de artigos através das pesquisas bibliográficas de autores como Kishimoto (2014), Dallabona; Mendes (2004) e Almeida (2014), entre outros ao qual regem o tema em questão. Em razão de que trabalhar a ludicidade nos

anos iniciais das crianças na escola é de fundamental importância para o seu desenvolvimento global. Descreve Gil (2002, p. 45):

[...] que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aulas que se propõem a uma análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvida quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é baseada em pesquisas de livros e artigos científicos, onde são propostos análises de um problema a ser desenvolvido. Em suma, a pesquisa bibliográfica se fundamenta das contribuições dos vários autores, de acordo com cada assunto proposto, que neste caso, investigar a ludicidade como ferramenta para o desenvolvimento do aluno na educação infantil. As pesquisas são realizadas através de livros e material impresso definido para um público.

De acordo com os autores Silva e Menezes (2005, p. 20), a pesquisa qualitativa:

[...] Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Na educação, a pesquisa qualitativa tem o objetivo de aprofundar mais as ações, a partir da realidade de cada ser humano, pois permite a compreensão de muitos aspectos sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo desse estudo constatamos que é fundamental trabalhar a ludicidade na infância, pois podem ser notados alguns dos benefícios da ludicidade no processo de aprendizagem na educação infantil, porém observamos também, que nas pesquisas realizadas, desenvolver atividades lúdicas em sala de aula ainda é um desafio, há professores sem apoio de auxiliares, e outros que se negam a desenvolverem atividades lúdicas, por insistirem em um plano de aula e prática tradicional de ensino e aprendizagem, as crianças se reservam ao direito de não participarem das atividades.

É necessário ressaltar que, muitos professores não sabem o quanto é importante para a criança inserir a ludicidade na sua rotina. As atividades lúdicas na educação infantil são essenciais na vida da criança, transforma o processo de aprendizagem,

tornando-o prazeroso e possibilitando o entendimento delas na resolução de problema e na adaptação das regras. Desenvolver atividades envolvendo a ludicidade desperta a concentração da criança, permitindo a ela armazenar na memória os conhecimentos adquiridos por mais tempo.

Cabe frisar que os autores mostram que a ludicidade é fundamental para a saúde mental, social, emocional, cognitiva e psicológica para a formação integral da criança. Para que isto aconteça de uma forma descontraída, o professor precisa se colocar no lugar da criança de forma que ele possa melhor compreendê-la e ajudá-la de uma forma mais apropriada. Dentro desse contexto, podemos afirmar que o brincar, a contação de histórias, o faz de conta, a prática das leituras faz com que a capacidade de imaginar, de questionar e de interpretar por parte da criança seja despertada.

Por fim, vimos que as atividades lúdicas como o brincar de boneca, de casinha ou de qualquer outro tipo de brinquedo ou brincadeiras, estimulam também as relações interpessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa expôs a importância da prática da ludicidade na educação infantil, pois é notório ver o resultado em diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento de cada criança em idade escolar. As contribuições da ludicidade nesse nível da

educação de ensino regular, são relevantes para a sociedade e para os profissionais em educação. Acrescentar a ludicidade na rotina da criança é permitir que ela interaja com o outro, a criar autonomia, a desenvolver sua imaginação, ajudar nas experiências do seu cotidiano familiar.

A ludicidade é uma forma prazerosa para a criança aprender brincando. As atividades lúdicas promovem a formação de sua identidade, onde brincando ela tem a oportunidade de imitar os adultos, em diversos aspectos como reproduzir a maneira de andar e falar. Como foi visto, o professor precisa ter o olhar observador, onde irá observar tanto o avanço quanto as dificuldades da criança durante o processo de aprendizagem.

Diante do exposto, podemos destacar que a pesquisa buscou trazer mais resultados diante das leituras, o conhecimento do processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, valorizando mais a prática da ludicidade, de forma que a proposta de um ensino tradicional, bancário seja cada vez menos praticado em sala de aula em especial em nível da educação infantil.

Assim sendo, podemos considerar que o estudo, nos trouxe a importância das atividades lúdicas em sala de aula e se esta for planejada pelo professor alcançará resultados satisfatórios. Pressupomos que nos dias atuais o reconhecimento das melhores práticas pedagógicas, destaca-se a ludicidade,

sejam reconhecidos como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento da criança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elaine Ribeiro. **O brincar na educação infantil das escolas de piritiba/BA: o olhar docente**. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9670/1/2014_ElaineRibeiroAlmeida.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

AROEIRA, Maria Luísa Campos. **Didática de Pré-escola: vida da criança: brincar e aprender**. São Paulo: FTD, 1996.

BORBA, Angela Meyer. **Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar: um estudo com crianças de 4-6 anos em instituição pública de educação infantil**. 2005. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Niterói. 2005.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, Brasil, 2017, p. 41.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DALLABONA, S. R.; Mendes, S. M. S. O Lúdico na Educação Infantil: Jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 1, n. 4, p. 107- 112, mar./2004.

FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro: Teoria e Prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1991.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. **Jogos, Brinquedos e Brincadeiras do Brasil**. 2014, p. 83 Disponível: <http://www.scielo.org.ar/pdf/eb/v24n1/v24n1a07.pdf>. Acesso: 09 mar. 2024.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. **Jogos, Brinquedos, Brincadeiras e a Educação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIBANÊO, J. Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis, SC: UFSC, 2005.

TEIXEIRA, Sirlândia Reis de O. **Jogos, Brinquedos, Brincadeira e Brinquedoteca: Implicações no Processo de Aprendizagem e Desenvolvimento**. Ed. RJ: Wak Editora, 2012.

CAPÍTULO III

OS BENEFÍCIOS DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Alaide Gomes de Sena
Otacílio Marcelino do Nascimento

OS BENEFÍCIOS DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Alaide Gomes de Sena⁶ / Otacílio Marcelino do Nascimento⁷

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda os sobre os benefícios do brincar na Educação Infantil, destacando os valores das atividades lúdicas como uma forma eficaz de aprendizagem que desperta o interesse das crianças nas atividades pedagógicas. Para evitar que as aulas se tornem monótonas e repetitivas, é essencial que o professor invista continuamente em sua formação. Assim, ele poderá planejar aulas com objetivos claros e metas específicas, utilizando as brincadeiras e a interação com os alunos como ferramentas para alcançar resultados educacionais significativos.

Sabemos que ao longo dos anos o ato do brincar é uma prática valiosa que auxilia no processo de ensino e aprendizagem na educação, sendo ela fundamental para o processo educativo. O

⁶ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: clientemaria462@gmail.com;

⁷ Especializado em Intervenção Sociopsicoeducativa na área da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Graduado em Pedagogia com habilitação em Gestão Educacional.

professor deve dar um direcionamento eficaz e criativo na ludicidade para que o aluno se sinta motivado pelo aprender.

Autores como Kishimoto (2010), Vygotsky (1987) e Freire (2004) defendem que o ato de brincar permite às crianças explorar o mundo por meio de diferentes linguagens. O brincar não é apenas uma forma de distração ou de gastar energia; na verdade, é uma ferramenta essencial que coloca a imaginação em ação, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e psicológico. Os teóricos afirmam que o brincar é uma atividade espontânea e necessária, pois, ao brincar, as crianças desenvolvem habilidades fundamentais para seu crescimento e construção de identidade. No entanto, é importante que essa atividade seja orientada para maximizar o aprendizado, criando um ambiente que favoreça o desenvolvimento de habilidades de forma prazerosa e natural.

Por fim, o artigo está organizado de maneira a proporcionar uma sequência lógica ao leitor. Ele começa com esta introdução, seguida pela revisão de literatura, que é dividida em três subtópicos: o primeiro apresenta um breve histórico sobre o brincar; o segundo aborda a função do brincar no desenvolvimento emocional e psicológico das crianças; e o terceiro discute os desafios do brincar na educação infantil. Em seguida, são descritos os tópicos sobre a metodologia empregada na elaboração do artigo, bem como os resultados obtidos ao final

da pesquisa. Assim, o artigo conclui com as considerações finais e a lista de referências utilizadas nesse estudo.

REVISÃO DE LITERATURA

Esta pesquisa é importante porque contribui para uma melhor compreensão da função das brincadeiras no processo de aprendizagem. As brincadeiras estão presentes ao longo de toda a infância, sendo essenciais devido à grande criatividade das crianças. Na Educação Infantil, as brincadeiras são um valioso aliado para os professores durante a fase de ensino-aprendizagem. Além de promover o desenvolvimento infantil, o brincar também serve como fonte de lazer e conhecimento, transformando-se em uma atividade educacional fundamental.

O Brincar permite ainda, aprender a lidar com as emoções, segundo Vygotsky (1987, p. 134), os efeitos do brincar vêm sendo investigado pelos pesquisadores que consideram a ação lúdico como meta, comunicação, ou seja, a possibilidade de a criança compreender o pensamento e a linguagem do outro.

Nesse contexto Vygotsky (1987), nos repassa que é através da brincadeira que a criança estimula seus pensamentos na comunicação e compreensão da linguagem dos outros. Brincar é uma das atividades fundamentais no desenvolvimento da autonomia, pois brincando ela se comunica nos gestos, no som e até mesmo com papel desenvolvendo sua imaginação. Além de

estimular a memória, atenção, imitação, ela começa a se socializar com outras crianças e com adultos também.

De acordo com Vygotsky (1987) ele destaca a importância do brincar como uma atividade que vai além do simples entretenimento, atuando como um meio de comunicação e compreensão entre as crianças. Ao brincar, as crianças não apenas se divertem, mas também desenvolvem a habilidade de interpretar e compreender o pensamento e a linguagem dos outros. Isso evidencia a importância das brincadeiras no desenvolvimento social e cognitivo, permitindo que as crianças experimentem diferentes perspectivas e estabeleçam conexões significativas com seus pares.

Por fim, diante do exposto podemos perceber que é no brincar que a criança se sente plena pois é uma atividade que estimula seu desenvolvimento, habilidades psicomotora, cognitiva, emocional, físico, afetivo e social.

Um breve histórico sobre o brincar na educação infantil no Brasil

A história do brincar na educação infantil no Brasil revela uma evolução significativa desde o período imperial até os dias atuais. Durante o Brasil Império, que se estendeu do século XIX até o início do século XX, a educação infantil não era devidamente valorizada. As crianças eram frequentemente submetidas a um

ambiente educativo rígido e disciplinar, inspirado pelos modelos europeus. O brincar, nesse contexto, era visto como uma mera forma de distração, sem grande valor pedagógico. Segundo Kishimoto (2000), “o brincar era tratado apenas como uma atividade secundária, sem reconhecimento formal na prática educacional”.

Com a Proclamação da República em 1889, o Brasil começou a passar por mudanças sociais e culturais que influenciaram a educação infantil. O início do século XX trouxe a introdução de novas concepções sobre a infância, influenciadas por teóricos como Jean Piaget e Maria Montessori. Piaget (1975) destacou que “o brincar é uma forma primordial de atividade através da qual a criança explora e constrói seu entendimento do mundo”. Essas ideias começaram a se refletir na prática educativa no Brasil com a criação dos primeiros jardins de infância e escolas maternas. Nesse período, o brincar começou a ser incorporado de maneira mais formal às atividades pedagógicas, embora ainda fosse limitado.

A década de 1930 foi um marco importante com as reformas educacionais promovidas por Anísio Teixeira. Teixeira (1964) defendeu que “a educação infantil deve ser vista como um espaço onde o brincar não apenas complementa, mas fundamenta a aprendizagem”. Ele argumentou que o brincar é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento integral das crianças, promovendo habilidades sociais e cognitivas. A partir

desse período, o brincar passou a ser reconhecido como um direito das crianças e uma prática indispensável no processo educativo.

A partir da década de 1980, com a redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição de 1988, a educação infantil ganhou um novo status. A Constituição estabeleceu a educação como um direito universal, incluindo a educação infantil. Com isso, o brincar foi formalmente integrado ao currículo da educação infantil, como evidenciado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. De acordo com essas diretrizes, “o brincar é uma atividade central na vida das crianças, essencial para seu desenvolvimento integral” (Brasil, 2010).

Atualmente, o brincar é reconhecido como um elemento fundamental na educação infantil no Brasil. As práticas pedagógicas contemporâneas valorizam o brincar como um espaço de exploração, criatividade e aprendizagem. Como afirma Vygotsky (1984), “o brincar cria um espaço onde as crianças podem agir de maneira criativa e livre, promovendo seu desenvolvimento cognitivo e emocional”. Essa mudança reflete uma transformação profunda na forma como a infância é percebida e valorizada, evidenciando a importância do brincar no desenvolvimento pleno das crianças.

Por fim, a trajetória do brincar na educação infantil no Brasil ilustra uma evolução significativa de uma atividade

marginalizada para uma prática educativa central. Essa mudança demonstra uma crescente compreensão da importância do brincar para o desenvolvimento integral das crianças, fundamentada em teorias educacionais e legislações que reconhecem o valor do lúdico no processo educativo.

De acordo com Kramer (1995 *apud* Guimarães, 2017, p. 113)

Nos anos de 1960 e 1970, incide uma proliferação da assistência social sob a influência da teoria da "privação cultural" difundida nos Estados Unidos que, por sua vez, passa a influenciar as políticas desenvolvidas nas instituições de atendimento à criança pequena brasileira, de modo que tais instituições passam a ser vistas como resposta para compensar as carências das crianças e principalmente prevenir o fracasso escolar.

Conforme citado por Kramer (1995) o autor destaca uma mudança significativa nas políticas de assistência social e educação infantil no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970. A teoria da "privação cultural", originada nos Estados Unidos, influenciou diretamente a abordagem brasileira para lidar com as carências das crianças em situação de vulnerabilidade. Essa teoria sugeria que a falta de estímulos culturais e educacionais adequados nas primeiras fases da vida poderia levar ao fracasso escolar e à marginalização social.

Com base nessa teoria, as instituições de atendimento à criança pequena no Brasil passaram a ser encaradas como

soluções para compensar essas deficiências, oferecendo suporte educacional e cultural para mitigar as desvantagens socioeconômicas enfrentadas por muitas crianças. A ideia era que, ao fornecer um ambiente estruturado e estimulante, essas instituições poderiam ajudar a prevenir o fracasso escolar e promover uma integração social mais efetiva.

Os benefícios das brincadeiras na aprendizagem da educação infantil

O brincar é uma atividade essencial no desenvolvimento infantil, especialmente no que diz respeito ao aspecto emocional e psicológico. Através do brincar, as crianças têm a oportunidade de explorar seus sentimentos, expressar emoções e lidar com situações complexas de maneira simbólica e segura. Segundo Winnicott (1975), "é no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto fruem sua liberdade de criação". Isso significa que, ao brincar, a criança desenvolve sua capacidade de enfrentar medos, inseguranças e ansiedades, elaborando simbolicamente suas experiências cotidianas.

Além disso, o brincar também promove a resiliência emocional. Através de jogos e brincadeiras, as crianças aprendem a lidar com frustrações, a esperar a vez, a perder e a ganhar, o que contribui significativamente para a formação de uma personalidade equilibrada e segura. Para Vygotsky (1984), "a

brincadeira é a criação de uma nova forma de relação com o ambiente, na qual a criança aprende a controlar o comportamento emocional e a desenvolver a autodisciplina."

Ao oferecer às crianças um espaço seguro para experimentar e expressar emoções, o brincar também facilita o desenvolvimento da empatia e das habilidades sociais. Elas aprendem a compreender e respeitar as emoções dos outros, o que é crucial para o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis. De acordo com Piaget (1975), "o jogo simbólico permite que a criança adote diferentes papéis e compreenda as perspectivas dos outros, o que é fundamental para o desenvolvimento da empatia." Portanto, o brincar não apenas proporciona momentos de alegria e diversão,

mas também desempenha uma função central no desenvolvimento emocional e psicológico das crianças, preparando-as para enfrentar os desafios da vida de maneira saudável e equilibrada.

E nessa perspectiva, é pertinente destacar que para facilitar a aprendizagem das crianças, o educador deve adotar uma abordagem lúdica. É essencial que o professor explore o universo infantil com criatividade e entusiasmo, utilizando emoções e motivação para criar um ambiente que promove a cooperação, a tomada de decisões e o respeito. O brincar, quando integrado aos recursos da ludicidade na Educação Infantil,

transforma-se em um meio eficaz para o desenvolvimento desses aspectos e para a construção de conhecimento.

As brincadeiras representam um importante meio de comunicação para as crianças, proporcionando um aprendizado significativo e único na Educação Infantil. O profissional da área educacional deve utilizar jogos, brinquedos e atividades lúdicas como ferramentas pedagógicas essenciais. Assim, o brincar não apenas desperta novos conhecimentos, mas também ajuda na adaptação das crianças ao ambiente escolar.

O brincar em sala de aula não deve ser visto apenas como um passatempo; é uma atividade que prepara as crianças para a convivência social e futura vida em sociedade. Brincar estimula a concentração, a atenção e a alegria de aprender, permitindo que a criança assimile conceitos de forma natural e espontânea. Esse processo é crucial para o desenvolvimento, como afirmam Dallabona e Mendes (2004), que destacam a importância do brincar para o desenvolvimento humano.

O brincar é fundamental para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. Desde cedo, as crianças usam gestos e sons para se comunicar e, posteriormente, representam papéis nas brincadeiras, o que estimula a imaginação e outras capacidades importantes, como a atenção, a memória e a imitação. A interação social e a experimentação de regras e papéis sociais durante o brincar promovem a maturidade e o desenvolvimento social das crianças (Brasil, 1998, p. 22).

No entanto, é crucial que as brincadeiras sejam orientadas para aprimorar o desenvolvimento infantil e potencializar a aprendizagem. Vygotsky (1984) defende que o brincar é essencial não apenas para o desenvolvimento, mas também para a construção do pensamento da criança, sendo uma parte integrante da infância.

A brincadeira enriquece o imaginário infantil e as experiências das crianças, permitindo-lhes interagir com seu ambiente sociocultural e com a comunidade (Santos, 1995, p. 12). Ao brincar, a criança cria um mundo de vivências que favorecem a interação social e o desenvolvimento de habilidades no convívio social. Brincar proporciona uma reprodução prazerosa e natural da realidade, ajudando as crianças a relacionar informações, reconhecer fenômenos, autoconhecer-se, autocontrolar-se e elevar a autoestima (Queiroz; Jordano, 2002).

Kishimoto (2010, p. 5) ressalta que a criança não se comunica apenas através da linguagem verbal, mas utiliza “cem linguagens”, incluindo gestos, palavras, desenhos, pintura, construções tridimensionais, imitação e música. Essas diversas formas de expressão lúdica oferecem oportunidades para um aprendizado variado e integral.

Diante do exposto, podemos afirmar que o brincar é uma prática essencial na educação infantil, promovendo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. É fundamental que os educadores integrem o brincar de maneira

intencional e orientada, reconhecendo sua importância para o crescimento e aprendizado das crianças.

Desafios do brincar na educação infantil

Ao realizarmos uma pesquisa sobre os desafios do brincar na educação infantil, identificamos que muitos desses desafios estão relacionados à falta de experiência do professor ou ao fato de ele estar sozinho em sala de aula. A maior dificuldade reside, frequentemente, na falta de preparo acadêmico do educador, que precisa compreender sua própria função e interagir com as crianças de maneira que elas possam entender o verdadeiro significado das brincadeiras.

Essa necessidade evidencia a importância de ter um auxiliar em sala de aula na Educação Infantil, que possa oferecer suporte ao professor e contribuir para um melhor desenvolvimento das crianças. No entanto, a realidade é que, muitas vezes, esse auxílio não está disponível, deixando o professor sobrecarregado.

A inexperiência pode levar à falta de criatividade e à insegurança, fatores que impactam negativamente a capacidade do educador de lidar com o comportamento das crianças e de promover um ambiente lúdico e enriquecedor.

Kishimoto (2010) firma que,

A pouca qualidade da educação infantil pode estar relacionada com a oposição que alguns estabelecem entre o brincar livre e o dirigido. É preciso desconstruir essa visão equivocada para pensar na criança inteira que, em sua subjetividade, aproveita a liberdade que tem para escolher um brinquedo para brincar e a mediação do adulto ou de outra criança, para aprender novas brincadeiras (Kishimoto, 2010, p. 1).

Conforme a citação de Kishimoto (2010), a dicotomia entre o brincar livre e o dirigido, que muitas vezes é vista como uma oposição. Essa visão limitada pode impactar negativamente a qualidade da educação oferecida às crianças. É essencial compreender que o desenvolvimento infantil requer uma abordagem equilibrada, onde o brincar livre e o dirigido se complementam.

Ao desconstruir essa falsa oposição, podemos promover uma educação que valorize a criança como um ser integral, respeitando sua subjetividade e autonomia. O brincar livre permite que a criança explore suas preferências e crie suas próprias narrativas, enquanto a mediação do adulto ou de outra criança pode introduzir novas perspectivas e enriquecer as experiências lúdicas. Essa combinação potencializa o aprendizado, permitindo que a criança se desenvolva de maneira completa, explorando tanto sua criatividade quanto sua capacidade de interação e cooperação.

Kishimoto (2009, p.30) Fala que o ato de brincar não se resume apenas em brincar de bola, carrinhos, pipas entre tantas outras brincadeiras, vão além de agachar, correr, pular, saltar, agarrar, jogar, todas as atividades lúdicas são excelentes para o desenvolvimento psicomotor e cognitivo, portanto são essenciais nessa fase primordial da criança.

As crianças agem com naturalidade, e isso se reflete nas brincadeiras, que também acontecem de forma espontânea. Na educação, esse processo não é diferente; elas aprendem naturalmente, cada uma no seu próprio ritmo.

No entanto, apesar de sua importância amplamente reconhecida, a implementação eficaz do brincar nas escolas enfrenta inúmeros desafios. Esses desafios estão relacionados a fatores como a formação e preparo dos professores, a infraestrutura das instituições e as percepções sociais sobre a função do brincar na educação.

Um dos principais desafios é a falta de formação específica dos professores para integrar o brincar de forma eficaz no currículo escolar. Muitos educadores ainda enfrentam dificuldades em entender como utilizar o lúdico como ferramenta pedagógica. Segundo Kishimoto (2010), "o brincar na escola deve ser planejado, organizado e acompanhado pelo educador, que deve estar preparado para mediar e potencializar as experiências lúdicas das crianças". Porém, essa preparação nem sempre é oferecida nos cursos de formação inicial, o que leva

à insegurança e à subutilização do brincar como recurso pedagógico.

Outro desafio significativo é a falta de infraestrutura adequada nas instituições de ensino. Espaços limitados e a ausência de materiais lúdicos apropriados dificultam a criação de um ambiente propício para o brincar. "Para que o brincar seja uma prática educativa eficaz, é necessário que as escolas ofereçam espaços adequados e uma variedade de brinquedos e jogos que estimulem a imaginação e a criatividade das crianças" (Vygotsky, 1984). Infelizmente, muitas escolas, especialmente em regiões menos favorecidas, não possuem esses recursos, o que limita as oportunidades de aprendizado por meio do brincar.

Além disso, há uma percepção equivocada por parte de alguns educadores e gestores sobre o papel do brincar na educação infantil. Muitos ainda veem o brincar como uma atividade secundária, destinada apenas ao lazer, sem reconhecer seu valor educativo. Freire (2004) destaca que "o brincar é uma forma de expressão da criança e deve ser compreendido como uma prática educativa que contribui para o desenvolvimento de múltiplas habilidades". A resistência em aceitar o brincar como parte integral do processo de ensino-aprendizagem impede a implementação de práticas lúdicas significativas nas salas de aula.

Por fim, a falta de apoio institucional e de políticas públicas que valorizem o brincar também constitui um obstáculo.

Embora a importância do brincar seja reconhecida em documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 1998), na prática, as políticas educacionais ainda falham em assegurar que todas as crianças tenham acesso a oportunidades de brincar de qualidade. Isso requer uma mudança de paradigma, onde o brincar seja visto não apenas como um direito da criança, mas como uma necessidade fundamental para seu desenvolvimento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de abordagem bibliográfica e qualitativa. A abordagem bibliográfica foi fundamentada de acordo com Pizzani (2012) o qual destaca que “essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes.”

De acordo com a citação de Pizzani (2012), ele destaca a importância e a abrangência do levantamento bibliográfico, um processo fundamental na construção de qualquer trabalho acadêmico. Realizar uma revisão bibliográfica permite ao pesquisador situar seu estudo no contexto das discussões já existentes sobre o tema, além de fundamentar suas análises com base em autores e fontes confiáveis. A diversidade de materiais

que pode ser consultada, como livros, periódicos, artigos de jornais e sites na internet, enriquece o estudo, proporcionando uma visão mais ampla e bem embasada do assunto investigado.

Nesse sentido, para a realização deste artigo buscou-se baseá-lo em um levantamento de dados obtidos por meio de leituras de obras de autores como Kishimoto (2010), Vygotsky (1987) e Freire (2004), que discutem a importância do lúdico no contexto educativo. Além das obras desses autores, também foram realizadas pesquisas em revistas eletrônicas especializadas na temática, assim como em sites de busca, como o Google Acadêmico, revistas eletrônicas, livros e artigos científicos relevantes.

Quanto a pesquisa qualitativa de acordo com Minayo (2012):

A pesquisa qualitativa, responde questões que se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Conforme citado por Minayo (2012) o autor destaca a essência da pesquisa qualitativa, enfatizando que ela é voltada para aspectos da realidade que vão além da quantificação. Na medida em que as Ciências Sociais buscam compreender fenômenos complexos e subjetivos, a pesquisa qualitativa se

torna indispensável. Ela explora o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, permitindo uma análise profunda das experiências humanas.

Por fim, podemos considerar que essa abordagem é essencial para captar nuances e dimensões que os métodos quantitativos, focados em números e estatísticas, muitas vezes não conseguem revelar. Assim, a pesquisa qualitativa proporciona uma compreensão mais rica e contextualizada das realidades sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa demonstram que o brincar na educação infantil no Brasil passou por uma evolução significativa, refletindo transformações nas concepções pedagógicas e nas políticas educacionais ao longo do tempo. Desde o período imperial, quando o brincar era tratado como uma atividade secundária e sem valor pedagógico, até os dias atuais, houve um reconhecimento progressivo da importância do lúdico no desenvolvimento integral das crianças.

No início, o brincar era marginalizado na educação infantil, sendo visto apenas como distração em um contexto dominado por um modelo educativo rígido e disciplinar. Com a Proclamação da República e a influência de teóricos como Piaget e Montessori, a percepção sobre o brincar começou a mudar.

Durante as reformas educacionais conduzidas por Anísio Teixeira na década de 1930, o brincar foi integrado ao currículo escolar, sendo reconhecido como um elemento essencial para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Com a redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição de 1988, o brincar foi formalmente incorporado como parte do direito à educação infantil.

Atualmente, a prática pedagógica na educação infantil valoriza o brincar como um meio de exploração e aprendizagem, em alinhamento com as teorias de Vygotsky, que destacam o brincar como fundamental para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças. Além de promover a resiliência emocional, o brincar ensina as crianças a lidar com frustrações e a desenvolver habilidades sociais, como empatia e cooperação.

A implementação de práticas lúdicas na educação infantil deve ser intencional e bem orientada, integrando o brincar ao processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a falta de preparo acadêmico dos educadores e de infraestrutura adequada muitas vezes limita a eficácia dessas práticas.

Os desafios relacionados ao brincar na educação infantil estão majoritariamente ligados à formação insuficiente dos professores e à carência de infraestrutura nas escolas. Muitos educadores não recebem a preparação necessária para utilizar o lúdico como uma ferramenta pedagógica eficaz, resultando em uma subutilização do brincar na prática educativa.

Além disso, a falta de infraestrutura adequada nas escolas, especialmente em regiões menos favorecidas, limita a criação de ambientes propícios para o brincar. A resistência de alguns educadores e gestores em reconhecer o valor educativo do brincar também se apresenta como um obstáculo significativo.

Esses desafios ressaltam a necessidade de políticas públicas e de apoio institucional que valorizem o brincar na educação infantil, garantindo que todas as crianças tenham acesso a oportunidades de brincar de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo sobre os benefícios do brincar na educação infantil revelou de forma clara que os objetivos propostos foram atingidos, evidenciando o papel do lúdico como uma forma eficaz de aprendizagem. O brincar é essencial para despertar o interesse dos alunos pelo ambiente escolar e pelas aulas, transformando a experiência educacional em algo desejado, e não imposto.

Observou-se que a melhor forma de engajar as crianças é por meio do brincar. O docente deve, portanto, integrar práticas lúdicas com uma linguagem apropriada às necessidades e ao desenvolvimento infantil. Na Educação Infantil, é fundamental utilizar brincadeiras e jogos nas atividades pedagógicas, visto que as crianças estão entrando em contato com a escola pela primeira vez e enfrentando mudanças em sua rotina e ambiente.

Essa fase de transição pode provocar resistência e falta de interesse, especialmente se a prática de atividades lúdicas for negligenciada.

Podemos compreender que é através das brincadeiras que as crianças aprendem conceitos básicos, como números, letras e cores, entre outros. A experiência de brincar na educação infantil contribui para um aprendizado significativo e prepara a criança para enfrentar os desafios dos anos iniciais do ensino fundamental com mais motivação e conhecimento.

Portanto, este artigo pode servir como um referencial valioso para futuras pesquisas e para orientar novos profissionais da educação infantil, proporcionando uma perspectiva renovada sobre a importância do brincar no processo educativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DALLABONA, Sandra Regina; MENDES, Sueli Maria Schimit. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar.

Revista de divulgação técnico-científica do ICPG, v. 1, n. 4, p. 107-112, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2000.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

KISHIMOTO, T. M. **Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil**. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: Imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PIZZANI, Luciana *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

QUEIROZ, T.D.; MARTINS, J. L. **Pedagogia Lúdica: jogos e brincadeiras de A a Z**. São Paulo: Rideel, 2002.

SANTOS, S. M. P. das. **Brinquedoteca: sucata vira brinquedo**. Artes Médicas. Porto Alegre 1995.

TEIXEIRA, A. Educação e Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem Lisboa: Antídoto, 1979.

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: livraria Martins Fontes, 1984.

WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

CAPÍTULO IV

A FUNÇÃO DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS

Maria Ariadini da Silva Ferreira
Otacílio Marcelino do Nascimento
Evanilda de Brito Lopes

A FUNÇÃO DOS JOGOS E BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS

**Maria Ariadini da Silva Ferreira⁸ / Otacílio Marcelino do Nascimento⁹
/ Evanilda de Brito Lopes¹⁰**

INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre o tema A função dos jogos e brincadeiras no processo de aprendizagem das crianças. Os jogos e as brincadeiras são ferramentas fundamentais para o aprendizado das crianças, é uma forma de comunicação, e é por meio deste ato que a criança pode reproduzir o seu cotidiano, em um mundo de fantasia e imaginação. O ato de brincar possibilita o processo de aprendizagem da criança, pois facilita a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade, estabelecendo, desta forma, uma relação estreita entre jogo e aprendizagem.

O objetivo desse estudo é: refletir sobre quando as aulas lúdicas com jogos brinquedos e brincadeiras oferecem um aprendizado de qualidade.

⁸ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: mari.ariad@icloud.com;

⁹ Especializado em Intervenção Sociopsicoeducativa na área da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Graduado em Pedagogia com habilitação em Gestão Educacional.

¹⁰ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Portugal.

Este estudo se justifica pela compreensão da significativa função desempenhada pelos jogos, brinquedos e brincadeiras no desenvolvimento infantil. É essencial que esses elementos acompanhem a criança desde a educação infantil, uma vez que este período de vida abarca aspectos cruciais de sua formação. Nessa fase, a criança dá passos fundamentais em direção a uma futura escolarização e sociabilidade adequadas, construindo sua identidade biopsicossocial cultural e se preparando para integrar-se de maneira efetiva ao grupo social ao qual pertence.

Portanto, para que pudéssemos realizar esse estudo foi preciso realizar uma pesquisa bibliográfica, através de livros, revistas e busca pela internet. Realizando um levantamento de informações sobre o tema, objetivando a compreensão do conceito lúdico dos jogos e brincadeiras procurando diagnosticar como eles podem auxiliar na aprendizagem das crianças.

Por fim, para melhor entendimento da leitura deste artigo, ele foi dividido seguindo a ordem de forma que iniciamos a revisão bibliográfica discorrendo sobre um breve histórico da Origem dos jogos e brincadeiras no Brasil, seguido acerca da temática Brinquedo, brincadeiras e jogos no desenvolvimento da criatividade e fechamos esse ponto da revisão bibliográfica discorrendo sobre: A prática pedagógica e o resgate do lúdico, em seguida apresentamos a metodologia com o tipo de pesquisa realizada para a fundamentação dessa pesquisa, e na sequência

apresentamos os resultados e discussões e por fim as considerações finais

REVISÃO DE LITERATURA

Na visão de Vygotsky (1989), as brincadeiras são atividades que tem essência cultural e para ser praticada na instituição necessita de um planejamento que defina o conhecimento dos elementos coletivos que estão introduzidos ao intelecto cultural. Ainda segundo Vygotsky (1989), os brinquedos e os jogos lúdico passam a estimular o interesse e a segurança da criança, favorecendo a evolução da fala, do entendimento e da atenção.

Diante desse entendimento, Oliveira, (2000, p. 160) afirma:

Por meio da brincadeira, a criança pequena exercita capacidades nascentes, como as de representar o mundo e de distinguir entre pessoas, possibilitadas especialmente pelos jogos de faz-de-conta e os de alternância respectivamente. Ao brincar, a criança passa a compreender as características dos objetos, seu funcionamento, os elementos da natureza e os acontecimentos sociais. Ao mesmo tempo, ao tomar o papel do outro na brincadeira, começa a perceber as diferenças perspectivas de uma situação, o que lhe facilita a elaboração do diálogo interior característicos de seu pensamento verbal.

De acordo com Oliveira (2000) ele afirma que, a brincadeira é fundamental para que a criança desenvolva suas habilidades, visto que por meio dos jogos e brincadeiras as possibilidades de desenvolvimento da criança são infinitas.

Contudo, cabe ao professor fazer corretamente as escolhas das brincadeiras para seus alunos, pois cada faixa etária exige jogos e brincadeiras diferenciadas, de acordo com as etapas de crescimento e desenvolvimento do infantil. Assim, uma escolha correta trará facilidades no aprendizado, pois a criança realiza uma atividade lúdica, educativa, agradável e satisfatória que é o brincar.

Dessa forma, é a partir das brincadeiras que as crianças começam a compreender as regras e a melhorar o seu convívio social, assim essa prática facilita na aprendizagem, na atenção e concentração como destaca abaixo Maluf (2003, p. 03):

Brincar proporciona a aquisição de novos conhecimentos, desenvolve habilidade de forma natural e agradável. Ele é uma das necessidades básicas da criança, é essencial para um bom desenvolvimento motor, social, emocional e cognitivo.

De acordo com Oliveira (2000) ele afirma que, o brincar oferece novos conhecimentos como também, novas habilidades, a brincadeira é satisfatória para a criança.

Portanto, para trabalhar com os jogos, é preciso que o docente esteja bem fundamentado nas práticas pedagógicas, para que o significado pedagógico do jogo lúdico possa facilitar a aprendizagem do discente. A criança desenvolve-se pela experiência social, nas interações que estabelece, desde cedo, com a experiência sócio histórica dos adultos e do mundo por eles criado (Wajskop, 1995). Para que isso ocorra, é imprescindível que o professor tenha bom domínio do jogo ou de qualquer atividade lúdica a ser realizada, e é necessário saber qual a finalidade e eficiência da prática pedagógica utilizada, e quais benefícios de aprendizagem que ela proporcionará às crianças.

Revisitando a origem dos jogos e brincadeiras no Brasil

No que tange a história dos jogos no Brasil segundo Kishimoto (1993) é influenciada pelos portugueses, negros e índios nas brincadeiras das crianças brasileiras. Os jogos e brincadeiras presentes na cultura portuguesa, africana e indígena acabaram difundindo na cultura lúdica brasileira. A autora ainda acrescenta que, “para entender a origem e o significado dos jogos tradicionais infantis, primeiro é preciso investigar as raízes folclóricas que são responsáveis pelo seu nascimento”.

Segundo Kishimoto (1993), os jogos foram introduzidos na vida das crianças brasileiras, por meio da oralidade, e assim,

foram criadas os contos, as lendas, superstições, versos, adivinhas e as parlendas, e também personagens como o Bicho-papão, a Mula sem cabeça, a Cuca, o Lobisomem, e outros, trazidas pelos portugueses e conseqüentemente se originaram as brincadeiras infantis tendo estes personagens.

Para Kishimoto (1993, p. 18):

O jogo tradicional infantil é considerado como parte da cultura popular, o jogo tradicional guarda a produção espiritual de um povo em certo período histórico [...] e por ser um elemento folclórico, esse jogo assume características anônimas, tradicionalidade, transmissão oral, conservação, mudança e universalidade.

De acordo com Kishimoto (1993), os jogos culturais devem sempre estar presentes no universo infantil. Nesse contexto, ao refletirmos sobre a ludicidade associada aos jogos, percebemos que há diferenças entre jogos, brinquedos e brincadeiras. O termo "jogos" pode se referir a atividades como futebol, jogos olímpicos, jogos de damas ou jogos de azar. Já "brinquedos" são objetos destinados a entreter as crianças. Por sua vez, "brincadeira" é a ação de brincar, caracterizada por momentos de divertimento e interação, como uma festinha entre amigos

Ainda na visão de Kishimoto (1993, p. 28), os jogos foram transmitidos de pais para filhos:

A tradicionalidade e universalidade dos jogos assenta-se no fato de que povos distintos e antigos como os da Grécia e Oriente brincavam de amarelinha, de empinar papagaios, jogar pedrinhas e até hoje as crianças o fazem quase da mesma forma. Esses jogos foram transmitidos de geração em geração por meio de conhecimentos empíricos e permanecem na memória infantil.

Conforme a citação de Kishimoto (1993), a autora ressalta a riqueza cultural e histórica dos jogos tradicionais, evidenciando como essas atividades lúdicas transcendem o tempo e o espaço, conectando gerações e culturas diferentes. Ao mencionar brincadeiras como a amarelinha, empinar papagaios e jogar pedrinhas, demonstra-se como essas práticas simples e acessíveis foram preservadas ao longo dos séculos, mantendo-se vivas na memória coletiva das crianças. Ainda de acordo com a autora esses jogos, transmitidos por meio de conhecimentos empíricos, não apenas promovem o desenvolvimento físico e social, mas também reforçam a identidade cultural, evidenciando o poder das tradições na formação de vínculos entre as gerações.

Segundo Nallin (2005), com o aparecimento da Companhia de Jesus, (uma organização religiosa inspirada em moldes militares, decididos a lutar em prol do catolicismo e que utilizaram o processo educacional como sua arma) o jogo educativo passou a ser empregado como um material auxiliador do ensino, se expandindo desde então.

Os jogos refletem a imitação que emerge da preparação instintiva e do prazer genuíno das crianças. Para Vygotsky (1989, p. 23 *apud* Bertoldo; Ruschel, 2011, p. 12). Os brinquedos criam uma zona de desenvolvimento proximal, os jogos determinam a ação de uma criança que possui três características: a imitação, a imaginação e a regra.

De acordo com a citação de Vygotsky (1989) ele destaca a função fundamental dos brinquedos e jogos no desenvolvimento infantil, referindo-se à teoria da zona de desenvolvimento proximal. Ao afirmar que os brinquedos criam essa zona, sugere-se que eles permitem que as crianças experimentem e aprendam habilidades que estão além de sua capacidade atual, mas que podem ser alcançadas com apoio. Além disso, o autor aponta que os jogos são importantes ao promoverem três características essenciais: a imitação, que permite às crianças reproduzir comportamentos observados; a imaginação, que as encoraja a criar cenários e possibilidades além da realidade imediata; e a regra, que introduz a compreensão de limites e normas sociais. Nesse sentido, podemos afirmar que essas três características juntas, contribuem para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança, ajudando-a a navegar e entender o mundo ao seu redor.

Portanto, as brincadeiras proporcionam as crianças muitas formas para eles se expressarem, descobrirem o mundo e encontrarem estas respostas aos acontecimentos cotidianos que

marcam sua existência. Nota-se que a posição do jogo na escola melhorou muito, mas ninguém pensaria, em fazer qualquer tipo de jogo em sala de aula. Mas a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão e sim como a possibilidade de promover aprendizado.

Brinquedo, brincadeiras e jogos no desenvolvimento da criatividade

É fundamental que se compreenda que a brincadeira da criança, não determina o tipo de brinquedo. Ao contrário: o ato de brincar (jogar, participar) é que revela o conteúdo do brinquedo. Para uma criança, quanto mais atraente ou sofisticado for o brinquedo, mais distante estará de seu valor como instrumento de “brincar”.

O brinquedo, por sua vez, é parte essencial da vida da criança, pois simboliza a conexão entre pensamento e ação. Nesse sentido, ele constitui a base de toda atividade linguística, ao possibilitar o desenvolvimento da fala, do pensamento e da imaginação.

Deste modo, à criança estará resolvendo conflitos e hipóteses de conhecimento e, ao mesmo tempo, desenvolvendo a capacidade de compreender pontos de vista diferentes, de fazer-se entender e de demonstrar sua opinião em relação aos outros, e

ainda é nesse ato que podemos diagnosticar e prevenir futuros problemas de aprendizagem infantil.

É importante perceber e incentivar a capacidade criadora das crianças, pois está se constitui em uma das formas de relacionamento e recriação do mundo, na perspectiva da lógica infantil.

Sabemos que o mundo da criança é composto pelo brinquedo, que representa o apego, a imitação, a representação e não aparece simplesmente como uma exigência indevida, mas faz parte da vontade de crescer e se desenvolver. A riqueza do brinquedo decorre de sua capacidade de instigar a imaginação infantil.

Ressaltamos que a criatividade não é um dom de um determinado número de privilegiados bem-nascidos, como não é uma prática que necessariamente ocorre quando se dá “liberdade”. A criatividade supõe trabalho. É resultado do processo de produção de algo novo, conscientemente novo, através do trabalho realizado por agentes atuantes na cultura, a partir de elementos preexistentes numa dada realidade. (Kishimoto, 1993).

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil - RCNEI (Brasil, 1998, p. 23):

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam

contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Diante desse entendimento, compreendemos que, educar não se limita em repassar informações ou mostrar apenas um caminho, mas ajudar a criança a tomar consciência de si mesmo, e da sociedade. É oferecer várias ferramentas para que a pessoa possa escolher caminhos distintos, aquele que for compatível com seus valores, sua visão de mundo e com as circunstâncias adversas que cada um irá encontrar.

No brincar, a criança consegue separar pensamento (significado de uma palavra) de objetos, e a ação surge das ideias, não das coisas. Por exemplo: um pedaço de madeira torna-se um boneco. Isso representa uma grande evolução na maturidade da criança.

Diante do exposto, podemos perceber que de acordo com os autores citados nesse tópico o uso do brinquedo, brincadeiras e jogos contribuem significativamente no desenvolvimento da criatividade em especial das crianças.

A prática pedagógica e o resgate do lúdico

Sabemos que, as atividades lúdicas permitem a criança pensar, construir, decidir, experimentar, sentir emoções, cooperar, descobrir, aceitar limites, competir. Nas brincadeiras as crianças ficam frente a frente com situações já vividas pelos seus pais. Segundo Benjamin (2011, *apud* Porto, 2003, p. 28), “o brinquedo, mesmo quando não é apenas miniatura de objetos que circulam no mundo dos adultos, é confronto, não tanto da criança com os adultos, mas destes com a criança”.

De acordo com Benjamin (2011) os brinquedos desempenham uma função profunda na relação entre crianças e adultos. Mesmo quando não são réplicas em miniatura de objetos do mundo adulto, os brinquedos representam um espaço de confronto e diálogo entre as duas esferas. Esse confronto não se dá tanto pela criança tentar imitar os adultos, mas sim pela maneira como os adultos interagem com o mundo infantil.

Ao observar e interagir com as brincadeiras das crianças, os adultos são desafiados a reconsiderar suas próprias perspectivas, compreendendo melhor o universo lúdico e criativo das crianças. Nesse sentido, o brinquedo se torna uma ponte entre os dois mundos, promovendo uma troca mútua de aprendizado e compreensão. Quando a criança cria ou confecciona um jogo, a motivação tende a ser maior, fazendo com que se sinta valorizada, especialmente aquelas que são tímidas ou têm baixa autoestima. Esses recursos permitem que as crianças expressem curiosidade sobre os conhecimentos que já possuem

e explorem os diversos materiais à sua disposição. Ao jogar e brincar, a criança assimila novos conhecimentos, experiências e valores, o que contribui para o seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo.

Diante desse entendimento, Araújo, (1992, p. 14), ressalta que:

É de fundamental importância o jogo na vida da criança, pois quando ela brinca, explora e manuseia tudo aquilo que está a sua volta, através de esforços físicos e mentais e sem se sentir coagida pelo adulto, começa a ter sentimentos de liberdade e satisfação pelo que faz, dando, portanto, real valor e atenção às atividades vivenciadas naquele instante.

De acordo com Araújo (1992) é essencial a inserção do jogo para a criança, visto que melhora o desenvolvimento mental e físico, dependendo do jogo que for oferecido a criança.

Contudo ressaltamos que o valor educativo contido nas atividades lúdicas, o educador poderá alcançar um desenvolvimento globalizado, atingindo necessidades de seu aprendiz, de forma que este seja um sujeito ativo na construção de seu conhecimento, pois o encanto natural das crianças de todas as idades e realidades sociais pelo brincar, nos faz pensar na importância dos jogos e brincadeiras como parceiros do processo de ensino-aprendizagem.

Diante dessas considerações, é pertinente destacar também que o professor precisa explorar o raciocínio da criança

por meio dos brinquedos visto que, o êxito do ensino aprendizagem depende em grande parte, da interação professor-aluno, devemos alertar que o professor é um facilitador da aprendizagem e assim deverá criar condições para que a criança explore seus movimentos, manipule materiais e interaja com seus companheiros e assim, resolva situações problemas. E que guie seus alunos para ações participativas em tarefas e atividades que o façam se aproximar mais dos conteúdos programados.

As crianças brincam, transformando os brinquedos, reelaborando-os criativamente. Combinando os dados da própria experiência, elas constroem uma nova realidade e quando as crianças brincam entre si, ou sozinhas, não estão

“perdendo tempo”, mas sim, construindo uma série de conhecimentos e de habilidades importantíssimas, ao mesmo tempo que podem reviver e resolver uma série de conflitos emocionais, brincando na presença de adultos que se interessam por seus jogos (Rischbieter, 2000, p. 98).

É pertinente enfatizar que, o ato de brincar, jogar, criar e imitar é um meio para que as crianças se apropriem da cultura corporal na qual estão inseridas, contribuindo assim para o desenvolvimento de relações interpessoais na sala de aula e fora dela. Em um ambiente organizado os jogos e brincadeiras auxiliam as interações, o desenvolvimento cognitivo e a autonomia das crianças.

Nesse sentido, a prática pedagógica voltada para o resgate do lúdico é essencial para o desenvolvimento integral das crianças. O lúdico, entendido como o conjunto de atividades que promovem o prazer, a criatividade e a imaginação, é fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Assim sendo, incorporar o lúdico na educação vai além de simplesmente utilizar jogos e brincadeiras; trata-se de reconhecer o valor dessas atividades como ferramentas pedagógicas que facilitam a construção do conhecimento de maneira significativa.

De acordo com Kishimoto (1993), "os jogos culturais devem sempre estar presentes no universo infantil", evidenciando a importância de manter viva a tradição das brincadeiras e dos jogos na educação. Esses elementos, ao serem integrados à prática pedagógica, permitem que as crianças explorem suas habilidades cognitivas, emocionais e sociais de forma natural e prazerosa.

O resgate do lúdico na prática pedagógica implica em criar um ambiente onde a aprendizagem seja permeada pelo prazer de descobrir, experimentar e interagir. Através de atividades lúdicas, os educadores podem estimular a curiosidade e a criatividade dos alunos, aspectos essenciais para o desenvolvimento crítico e reflexivo. Além disso, o lúdico contribui para o fortalecimento dos vínculos afetivos entre professor e aluno, tornando o processo de aprendizagem mais humanizado e significativo.

A integração do lúdico na educação também favorece a inclusão, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou dificuldades, participem de maneira ativa e igualitária. Conforme apontado por Vygotsky (1987), os brinquedos criam uma "zona de desenvolvimento proximal", na qual as crianças podem alcançar níveis de desenvolvimento mais avançados com o suporte adequado, demonstrando o potencial transformador do lúdico na educação.

Portanto, é essencial promover uma mudança na postura pedagógica dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino, além de incentivar as instituições educacionais a investirem na formação de seus profissionais. Isso permitirá a incorporação do lúdico na proposta pedagógica, proporcionando o suporte necessário para que essas atividades contribuam efetivamente no desenvolvimento das funções psiconeurológicas e nas operações mentais associadas a elas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo em questão tratou-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e bibliográfico. A pesquisa qualitativa, responde questões que se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (Minayo, 2012).

Quanto a pesquisa bibliográfica utilizou-se da literatura de autores como Vygotsky (1989), o qual destaca a função fundamental dos brinquedos e jogos no desenvolvimento infantil, referindo-se à teoria da zona de desenvolvimento proximal. A autora Kishimoto (1993), a autora destaca a riqueza cultural e histórica dos jogos tradicionais, demonstrando como essas a ludicidade transcende o tempo e o espaço, conectando gerações e culturas diferentes. E por fim, Araújo (1992), que destaca que é essencial a inclusão do jogo para a criança, visto que melhora o desenvolvimento intelectual e físico, dependendo do jogo que for oferecido a criança.

A abordagem adotada foi de natureza qualitativa. Como destaca Pizzani (2012), essa metodologia envolve o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, que pode ser realizada por meio de livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet, entre outras fontes.

De acordo com a citação de Pizzani (2012) a flexibilidade e a amplitude da metodologia qualitativa, especialmente no contexto de uma pesquisa bibliográfica. Ao enfatizar que o levantamento bibliográfico pode ser realizado a partir de diversas fontes, como livros, periódicos, artigos de jornais e sites da Internet, o autor ainda sublinha a importância de explorar uma variedade de materiais para construir um quadro teórico robusto.

Por fim, podemos considerar que essa abordagem permite ao pesquisador acessar diferentes perspectivas, enriquecer a análise e garantir que o estudo esteja fundamentado em um amplo espectro de conhecimentos. A revisão bibliográfica, portanto, não apenas amplia o horizonte de investigação, mas também confere rigor e profundidade à pesquisa qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O artigo busca mostrar nesses resultados que, os jogos e brincadeiras desempenham uma função fundamental no processo de aprendizagem das crianças, oferecendo uma abordagem dinâmica e envolvente para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Através dessas atividades lúdicas, as crianças têm a oportunidade de explorar e experimentar conceitos de maneira prática e divertida, facilitando a assimilação de conhecimentos de forma natural e significativa. Os resultados indicam que os jogos e brincadeiras ajudam a melhorar a capacidade de resolução de problemas, promovem a criatividade e incentivam a colaboração entre os colegas. Essas atividades lúdicas permitem que as crianças enfrentem desafios e descubram soluções de forma independente, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades de comunicação e cooperação.

Além disso, a integração de jogos e brincadeiras no ambiente escolar contribui para a motivação e o engajamento dos alunos, criando um ambiente de aprendizagem mais positivo e estimulante. Ao permitir que as crianças participem ativamente de seu próprio processo de aprendizagem, os jogos e brincadeiras promovem um aprendizado mais profundo e duradouro.

Os jogos e brincadeiras têm uma função vital no processo de aprendizagem das crianças, oferecendo uma abordagem interativa e estimulante que facilita o desenvolvimento de diversas habilidades. Através dessas atividades lúdicas, as crianças não apenas se divertem, mas também aprimoram competências cognitivas, sociais e emocionais de maneira integral.

Em termos cognitivos, os jogos e brincadeiras estimulam o pensamento crítico e a resolução de problemas. Atividades como quebra-cabeças, jogos de estratégia e desafios matemáticos incentivam as crianças a pensar de forma lógica e criativa.

Do ponto de vista social, os jogos e brincadeiras são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades interpessoais. Atividades em grupo ensinam as crianças a cooperar, negociar e resolver conflitos de maneira construtiva.

Em termos emocionais, os jogos e brincadeiras oferecem um espaço seguro para que as crianças explorem e expressem suas emoções. Através de atividades lúdicas, elas podem

enfrentar desafios, experimentar sucessos e lidar com frustrações de maneira saudável.

Além disso, a incorporação de jogos e brincadeiras na prática pedagógica contribui para a criação de um ambiente de aprendizagem mais engajante e motivador. As crianças tendem a se sentir mais envolvidas e interessadas quando as atividades são dinâmicas e prazerosas.

Portanto, por meio da atividade lúdica e do jogo a criança forma conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra percepções, faz estimativas compatíveis com o crescimento físico e desenvolvimento e, o que é mais importante, vai se socializando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o estudo podemos compreender que o professor que se apropria do recurso lúdico para trabalhar com seus alunos, os conteúdos e as ações parecem ficar menos complexas e mais prazerosas.

Vimos que, não é uma tarefa fácil abordar a questão dos valores na educação escolar, como o ganhar e o perder; o aceitar, o desculpar, entre outros. E saber o porquê não é tão complicado assim. A Pedagogia Tradicional levou os indivíduos a acreditar e sua influência ainda não desapareceu totalmente do meio escolar, por muitos séculos, que a principal tarefa da escola era a

de transmitir conteúdos escolares. E o método de ensino tradicional é um modelo pedagógico que não se enquadra mais às exigências do mundo moderno.

O tema, apesar de conhecido ainda é bastante amplo e entende-se que para o momento já foram feitas as abordagens cabíveis. Destaca-se a importância de desenvolver um estudo que dê conta da formação docente para a utilização do lúdico e do ensino, através de recursos concretos.

Em síntese, os resultados mostram que o lúdico contribui muito para a aprendizagem das crianças, para a construção do conhecimento, pode e deve ser trabalhado nas escolas de maneira adequada, por meio de atividades diversificadas e interessantes.

Assim, foge-se da ideia de que o lúdico é apenas um momento de descontração e brincadeira. Assim sendo, podemos afirmar que a temática abordada, deixa espaço para pesquisas futuras, tendo em vista que devido a sua complexidade, poderá somar no sentido de aprimorar o conhecimento da problemática em questão, visto as singularidades, a necessidade de intervenção para a melhoria da educação por meio do lúdico.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vânia Carvalho de. O jogo no contexto da educação psicomotora. São Paulo: Cortez, 1992.

BERTOLDO, Janice Vidal; RUSCHEL, Maria Andrea de Moura. **Jogos, Brinquedo e Brincadeira: Uma Revisão Conceitual**. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

KISHIMOTO, T. M.; SANTOS, M. W. dos. **Jogos e Brincadeiras: tempos, espaços e diversidade**. São Paulo: Cortez, 1993.

KISHIMOTO, T. M.; SANTOS, M. W. **O Brinquedo na Escola: a cultura lúdica no ensino escolar**. São Paulo: Cortês, 1993.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **Brincar prazer e aprendizado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & saúde coletiva*, v. 17, p. 621-626, 2012.

OLIVEIRA, Vera Barros de. (Org.) **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012.

PORTO, Cristina L. **Jogos e brincadeiras: desafios e descobertas**. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/jbdd/teimp.htm>. Acesso em: 04 mar. 2024.

RISCHBIETER, Luca. **Guia Prático de pedagogia elementar**. Curitiba Nova Didática, 2000.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. A Formação Social da Mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WAJSKOP, Gisela. 1995. O brincar na educação infantil. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.92, p. 62-69, fev.

CAPÍTULO V

JOGOS E BRINCADEIRAS: ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

María da Conceição Batista da Silva
Otacílio Marcelino do Nascimento

JOGOS E BRINCADEIRAS: ESTRATÉGIAS E POSSIBILIDADES DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Maria da Conceição Batista da Silva¹¹ / Otacílio Marcelino do
Nascimento¹²**

INTRODUÇÃO

O presente artigo, traz uma reflexão sobre jogos e brincadeiras: estratégias e possibilidades de ensino - aprendizagem na educação infantil. Os jogos estão presentes em todas as fases da vida dos seres humanos, promovendo momentos agradáveis à sua existência. As brincadeiras surgem, de forma espontânea, nas praças, esquinas e calçadas das residências, em qualquer lugar onde há pessoas reunidas, aí está a ludicidade.

Nessa ótica, o brincar proporciona para a criança a autonomia que ela tem de si, do mundo, e dessa forma, explorando toda a sua imaginação e interação com o mundo. Nessa perspectiva, nos remetemos a seguinte problemática: Qual

¹¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: mari.ariad@icloud.com;

¹² Especializado em Intervenção Sociopsicoeducativa na área da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Graduado em Pedagogia com habilitação em Gestão Educacional.

a contribuição dos jogos e brincadeiras no processo formativo da criança na fase pré-escolar da educação infantil? Ressaltamos que os jogos e as brincadeiras têm um papel muito importante na educação infantil e para a vida de uma criança, pois ao brincar a criança espontaneamente adquire uma aprendizagem mais significativa e prazerosa, já que é um momento de comunicação consigo mesma buscando através de sua realidade a sua imaginação.

Nesse viés, na tentativa de responder à pergunta acima mencionada, temos como objetivo discutir a função das brincadeira no processo formativo das crianças na fase pré-escolar; Entender a criança enquanto sujeito histórico; Refletir sobre a educação infantil como primeira etapa de desenvolvimento da criança; Demonstrar a importância dos jogos e brincadeiras como estratégias e possibilidades de ensino-aprendizagem na educação infantil e Analisar a contribuição do lúdico, bem como o impacto das novas tecnologias nesse contexto. A justificativa baseia-se na importância de aprofundar o conhecimento sobre a educação infantil e reconhecer que, nessa fase crucial do desenvolvimento, a brincadeira é um recurso essencial na prática pedagógica. Jogos e brincadeiras não são apenas formas de entretenimento, mas instrumentos pedagógicos eficazes que facilitam o processo de ensino-aprendizagem. Esses recursos permitem que as crianças se envolvam de maneira significativa, promovendo uma

aprendizagem que se integra ao seu cotidiano. Além disso, criam um ambiente onde a interação entre a criança e o professor é prazerosa, colaborativa e enriquecedora, fortalecendo o vínculo e estimulando o desenvolvimento integral da criança.

Contudo, na busca de uma melhor compreensão, o presente artigo, está estruturado da seguinte maneira: introdução, onde abordamos a temática, seguida da Revisão de literatura, base de sustentação para o estudo, cujo, divide-se em tópicos bem objetivos e definidos. A metodologia, onde se expõe, a maneira que a pesquisa foi desenvolvida e realizada. Resultados e discussões, onde busca-se compreender a análise dos dados e por último, as considerações finais, tendo em vista, a abrangência e relevância do estudo, para os futuros pesquisadores. Todavia, espera-se, proporcionar ao leitor, uma excelente e interessante leitura, já que buscamos autores renomados para contribuir na literatura.

REVISÃO DE LITERATURA

Conceituando criança à luz teórica

No sentido de compreender a criança enquanto sujeito, precisamos saber a sua conceitualização. Assim sendo, recorreremos ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N°

8.069, de 13 de julho de 1990), e encontramos o conceito de criança como a pessoa até os doze anos de idade incompletos, sendo reconhecida a sua infância em condições dignas de existência como sujeitos de direitos.

Nessa mesma direção, consultamos o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RENEI (1998), encontramos uma análise acerca da reflexão sobre a criança, onde diz o seguinte:

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também a marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais (Brasil, 1998, p. 21).

Nessa dimensão, as crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos.

No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem.

O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. Por isso, Kuhlmann (1998, p. 31), denota que é “preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, reconhecê-las como produtoras da história”.

Por esta razão, a escola é fundamental nesse processo e a educação infantil, primeira etapa de desenvolvimento integral da criança é o alicerce, onde deve oferecer momentos prazerosos que venham satisfazer as necessidades básicas das crianças, proporcionando-lhes atividades com jogos e brincadeiras infantis que resultem na aprendizagem delas, descobrindo assim, suas competências e habilidades.

Segundo Chateau (1987, p. 14), "uma criança que não sabe brincar é uma miniatura de velho, será um adulto que não saberá pensar". Assim, para manter-se em harmonia consigo, com seus semelhantes e com o mundo que a rodeia, ela necessitará de estímulos para assim, construir seus conhecimentos.

Dessa forma, entendemos que a criança nesta etapa da vida, depende do outro para sobreviver e aprender e, esta condição de dependência não deve ser entendida como fragilidade ou incapacidade, mas como fator estimulante para o desenvolvimento infantil. Portanto, a criança é sujeito social, que aprende e se desenvolve no processo das interações sociais.

Educação infantil primeira etapa de desenvolvimento da criança

Ao iniciarmos esse tópico é pertinente destacar que é de conhecimento geral que dentro do contexto histórico da Educação Infantil brasileira, por décadas foi posta em segundo plano, tendo em vista que as crianças eram invisíveis para a sociedade.

De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996, a Educação Infantil, é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996).

Para Souza (2015), esta etapa de desenvolvimento é muito importante, pois é durante esse período que as bases do ser humano começam a ser estruturadas, visto que são estimulados e

iniciados os processos de formação e integração das várias outras áreas do desenvolvimento infantil. É o momento de interação da criança com o mundo, com todos os que a cercam e consigo mesma.

Sob essa ótica, a LDB, assegura que ela deve ser oferecida em creches e pré-escolas, ou seja, a instituição de ensino, deverá atender crianças de creches (de 0 a 3 anos) e crianças de pré-escolar (de 4 a 5 anos de idade) (Brasil, 1996).

Nesse sentido, as crianças que frequentam creches e pré-escolas, aprendem a compartilhar o espaço, os brinquedos e até mesmo os próprios sentimentos. Nesta fase, a educação não está voltada para conteúdos ou conhecimento formal, ela atua sobre a interação e a brincadeira, fazendo com que a criança aprenda a se relacionar com outras crianças, cria suas próprias experiências.

Nesse nível de ensino, os profissionais devem ser especializados em educação infantil, proporcionando os cuidados necessários em consonância com a escolaridade adequada. É fundamental valorizar a criatividade das crianças e utilizar materiais, brinquedos e livros em quantidade suficiente, variados e apropriados para a faixa etária dos alunos.

Além do mais, o ambiente escolar deve ser um espaço amplo e dinâmico, onde possam ocorrer brincadeiras. É importante que seja um lugar bastante explorado, de fácil acesso, organizado, limpo e seguro. Nas pré-escolas, as salas de aulas devem ser adequadas as idades dos alunos, e sugere-se atividades

como pintura e música, contação de histórias, oficinas de desenho, isto é, atividades que envolvam os cuidados com o corpo, pois estas, são indicadas e adequadas para esse nível de educação. É relevante também, ter recursos pedagógicos variados, e professores qualificados que atendam às necessidades das crianças.

Para Piaget (1972, p. 121):

“a educação infantil, é aquela que deve possibilitar na criança um desenvolvimento amplo e dinâmico no período sócio motor.” Pois a criança é um ser ativo que vivencia a realidade a todo instante e age com as pessoas e objetos. Com isso a criança vai começar a desenvolver sua personalidade e construirá parte da sua formação integral no meio social onde se encontra.

É válido acrescentar que os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – RCNEI (Brasil, 1998), chama a atenção e sensibiliza os educadores para a importância da socialização da criança, através do brincar tanto em situações formais quanto em informais. Neles, a brincadeira é definida como a linguagem infantil que vincula o simbólico e a realidade imediata da criança.

De acordo com o RCNEI:

O desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança, estão intimamente

relacionados com os processos formativos de socialização. É nas interações sociais, que se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas. Isso pode ocorrer nas instituições de educação infantil que se constituem, por excelência, em espaços de socialização, pois propiciam o contato e o confronto com adultos e crianças de várias origens socioculturais, de diferentes religiões, etnias, costumes, hábitos e valores (Brasil, 1998, p. 11).

Contudo, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017), fomenta, que as interações e a brincadeiras, são eixos norteadores na educação infantil conforme propõe as Diretrizes Curriculares Nacionais e define, que os direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituam as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental.

Portanto, a educação infantil é uma etapa de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas, e por isso, privilegiada, pois é nesse nível que são oferecidas condições básicas e necessárias para o desenvolvimento integral da criança.

A importância dos jogos e brincadeiras como estratégias e possibilidades de ensino - aprendizagem na educação infantil

A inserção de jogos e brincadeiras no processo de ensino e aprendizagem pode ser visto por muitos cidadãos como algo que deixa de acrescentar na vida escolar das crianças. Enquanto uns acreditam que o lúdico possa contribuir nesse processo, outros, afirmam que os jogos e as brincadeiras na sala, tira a autonomia do professor e atrapalham a aula, porém podemos afirmar que de acordo com alguns autores a realidade é diferente.

Conforme explica Soares (2010, p. 18), o jogo, pode trazer várias contribuições para a criança na educação infantil, pois é algo específico e está inserido no cotidiano da criança, além do mais, auxilia no desenvolvimento físico, mental e intelectual; proporciona prazer, socialização, imaginação e regras tornando a aprendizagem significativa, prazerosa e sem cobranças.

Esse mesmo autor explica, que o jogar é algo natural e universal do ser humano, compreende atividade que proporciona alegria, divertimento, prazer para o que está envolvido na ação, além de ajudar no desenvolvimento físico, intelectual, emocional, social do sujeito. Pensando assim:

O jogo se vincula ao prazer, a satisfação de estar junto, ao companheirismo, aos antagonismos (competição), as complementaridades (equipes), faz-se presente cotidianamente, sobretudo entre

crianças, levando-nos no campo da educação a investigá-lo com um olhar sensível, capaz de compreendê-lo como fenômeno social e cultural onde o brincar/jogar faz parte do aprendizado dos indivíduos, levando-os a vivenciar emoções e situações próprias da natureza humana (Nhary, 2006, p. 42).

De acordo com Nhary (2006) destaca o jogo como um fenômeno social e cultural integral ao desenvolvimento infantil. O jogo está intrinsecamente ligado ao prazer, ao companheirismo e à competição, sendo uma presença constante no cotidiano das crianças. No contexto educacional, é essencial adotar um olhar sensível para compreender o brincar e jogar como parte fundamental do aprendizado. Essas atividades permitem que as crianças vivenciem uma ampla gama de emoções e situações, refletindo aspectos essenciais da natureza humana. Portanto, investigar e valorizar o jogo no ambiente educacional é crucial para promover um desenvolvimento integral, que englobe tanto as habilidades cognitivas quanto as emocionais e sociais dos alunos.

O jogo tem um caráter de recurso de ensino, porém, para a criança é uma atividade do seu dia-a-dia. O trabalho do professor, nesse contexto, deve ser o de organizador da sala de aula como espaço lúdico, selecionando jogos que facilitem o desenvolvimento cognitivo, sócio afetivo e motor do aluno (Peres, 2004).

O jogo apresenta sempre duas funções no ensino-aprendizagem: a lúdica e a educativa. A primeira, a criança encontra o prazer e a satisfação no jogar, e na segunda, a criança é educada para a convivência social, por isso, o jogo é uma metodologia de ensino que precisa ser planejada e utilizada de maneira coerente para facilitar a transmissão de conhecimento, já que o caráter lúdico proporciona prazer e o educativo ensina regras (Ribeiro, 2013).

Segundo Peres (2004, p. 39), “o jogo é um momento mágico e espontâneo de interação na vida dos alunos da educação infantil, que se divertem e aprendem através do raciocínio, da criatividade e da espontaneidade proporcionada por ele”. Trabalhar com os jogos em sala de aula, possibilita diversos objetivos, dentre os quais podemos elencar:

Desenvolver a criatividade, a sociabilidade e as inteligências múltiplas; dar oportunidade para que aprenda a jogar e a participar ativamente; enriquecer o relacionamento entre os alunos; reforçar os conteúdos já aprendidos; adquirir novas habilidades; aprender a lidar com os resultados independentemente do resultado; aceitar e respeitar regras; fazer suas próprias descobertas; aumentar a interação e integração entre os participantes e proporcionar a autoconfiança e a concentração (Lisboa, p. 4).

No entanto, ao utilizar o jogo como método de ensino na educação infantil, o professor poderá despertar no aluno a criatividade, a socialização, a participação, a espontaneidade, as regras e as frustrações de maneira a aumentar sua autoestima quando adulto.

Outra importante estratégia de ensino-aprendizagem na educação infantil, são as brincadeiras, pois elas, despertam a curiosidade, desenvolvem a concentração, a atenção, a motivação e a criatividade da criança. As brincadeiras fazem parte da infância, é algo natural e proporcionam muitos benefícios, pois desenvolvem a cooperação, as regras, o respeito ao próximo, as diferenças entre outros.

Na concepção de Soares (2010, p. 12),

o ato do brincar traz muitos benefícios para quem participa dessa atividade, pois, contribui para o desenvolvimento físico, social, intelectual, respeito ao outro, a criança supera os desafios através da brincadeira ou jogo, além disso, os educando aprendem a serem cooperativos, aprendem regras, a lidar com seus limites, enfim, não é somente uma atividade que proporciona alegria, prazer, divertimento, direta ou diretamente está trabalhando na formação do sujeito, para que ele aprenda a conviver com os outros, a respeitar, a aceitar as pessoas que são diferentes, independente que tenham ou não alguma deficiência.

De acordo com Soares (2010), a autora ressalta a importância multifacetada do brincar no desenvolvimento infantil. O ato de brincar não apenas oferece alegria e prazer, mas também desempenha um papel crucial no crescimento físico, social e intelectual das crianças. Através da brincadeira, as crianças aprendem a superar desafios, desenvolver cooperação, entender regras e reconhecer seus próprios limites. Esse processo é fundamental para a formação do indivíduo, ensinando-o a conviver com os outros, a respeitar e a aceitar a diversidade, independentemente de diferenças ou deficiências.

Portanto, o brincar é uma atividade essencial na educação infantil, promovendo valores e habilidades que contribuem para uma convivência harmoniosa e inclusiva na sociedade.

Alguns estudos psicológicos e educacionais revelam, que brincar é fundamental para a construção do pensamento e para aquisição de conhecimento pela criança, pois além de contribuir para que ela aprenda a se expressar e a lidar com suas próprias emoções, a brincadeira contribui para o desenvolvimento da autoestima (Almeida, 2014, p. 7).

Assim, sendo, os jogos e brincadeiras, são instrumentos metodológicos através dos quais os educadores podem estimular na criança o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, moral, linguístico e físico-motor; como também propiciar aprendizagens curriculares específicas (Mafra, 2008, p. 16).

Todavia, se faz necessário pensar, que apesar de ambos serem estratégias de ensino- aprendizagem na educação infantil e trazerem contribuições no processo formativo da criança, elas precisam serem executadas de forma planejada. É bem verdade, que brincando, a criança também aprende, porém, essas brincadeiras, deverão conter objetivos, pois assim, através da ludicidade, desenvolvemos na criança suas habilidades e competências, levando em consideração os seus direitos de aprendizagem bem como os campos de experiências.

O lúdico e as novas tecnologias

O avanço das novas tecnologias, nas mídias tem ao longo dos anos provocado mudanças nas relações sociais passando a influenciar diretamente no ato de brincar e em atividades que até então eram comuns o contato direto com outras crianças. Os jogos virtuais estão ganhando cada vez mais a atenção, brincadeiras e brinquedos tradicionais vem perdendo espaço nessas relações das crianças de hoje.

É importante destacar que eles podem trazer benefícios, todavia, também, podem trazer malefícios. Ao serem usados com frequência excessiva, os jogos eletrônicos podem se caracterizar como um vício, igual a qualquer outro. Entre os principais indícios do vício em games pode-se citar: baixo rendimento escolar, não ter o controle sobre a quantidade de tempo de jogo,

exclusão social, priorizar o jogo a outras atividades sociais. Além do surgimento de problemas físicos: postura inadequada, problemas de audição (já que muitos jogam com fones de ouvido no volume muito alto), irritação dos olhos (por conta da luminosidade).

No cenário atual as crianças já nascem imersas em uma cultura que não vive sem tecnologia, trazendo um novo olhar, novas formas de brincar e aprender. Alguns dos aparelhos eletrônicos como tablets, smartphones e videogame possuem jogos que estimulam a criança aumentando o desenvolvimento mental, a oralidade a até mesmo a percepção, porém as habilidades motoras vão se tornando pouco desenvolvidas, o que pode comprometer, inclusive, o desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem das crianças.

Dessa forma, é relevante frisar que as novas tecnologias podem ajudar, mas, também, prejudicar. Precisamos pensar em brincadeiras saudáveis para as crianças nesse contexto, pois o lúdico remete aos jogos e brincadeiras, é uma atividade de entretenimento, que busca prazer e diversão. Na educação infantil, o lúdico se torna uma ferramenta fundamental, pois ele permite a construção de saberes de uma maneira agradável, sendo então o lúdico nesse contexto um sinônimo de aprender.

É sabido compreender que hoje os pais preferem presentear as crianças com aparelhos de telefonia móvel de alto custo, ao invés de brinquedos saudáveis. Preferem deixar a

criança a vontade com um jogo no celular, do que estimular o cognitivo da criança com brincadeiras interativas que outrora se utilizavam. Enfim, as novas tecnologias da informação e da comunicação ganharam espaço, todavia, se faz necessário pensar, até que ponto, elas são favoráveis a criança.

Entende-se que o brincar é parte da infância, ou seja, ela é considerada uma prática da natureza da criança e por esse motivo ao ser explorado da forma correta pode se tornar um facilitador de conhecimentos, tornando assim o processo de ensino aprendizagem possível.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico com abordagem qualitativa, uma vez que os estudos foram pautados pelo levantamento de referenciais bibliográficas, buscando fundamentação teórica para coletar dados necessários e, embasar o estudo em questão. Para isso, contou com a ancora de: Souza (2007), Almeida (2014), Mafra (2008), Soares (2010) entre outros.

Segundo Gil (1991, p. 48), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos relacionados com o estudo em questão. Por esta razão foram empregados os seguintes procedimentos técnicos:

Seleção bibliográfica e documentos afins à temática e em meios físicos e na Internet, interdisciplinares, capazes e suficientes para que o pesquisador construa um referencial teórico coerente sobre o tema em estudo, responda ao problema proposto, corrobore ou refute as hipóteses levantadas e atinja os objetivos propostos na pesquisa; b) Leitura do material selecionado; c) Análise e reflexão crítica sobre o material selecionado; d) Exposição dos resultados obtidos através de um texto escrito (Gil, 1991, p. 49).

Ressaltamos que a busca literária, foi realizada nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), Lilacs, Scopus, Portal CAPES, repositórios de instituições públicas, além do Google Acadêmico, utilizando-se dos seguintes descritores: “Estratégias de ensino-aprendizagem no contexto dos jogos e brincadeiras, educação infantil primeira etapa de desenvolvimento da criança e ludicidade”.

No que concerne a pesquisa qualitativa, o olhar do pesquisador, se volta para as questões de qualidade, considerando o meio educacional favorável para essa técnica, já que envolve a pluralização da vida em sociedade. Conforme o pensamento de Oliveira *et al.* (2020, p. 02), a pesquisa qualitativa “[...] busca dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas sem mensuração de dados”.

Nesse caso, entendemos que a pesquisa qualitativa é aquela que não se pode mensurar apenas com números e dados

obtidos por meio de um questionário, por exemplo. É uma pesquisa focada em entender aspectos mais subjetivos, como comportamentos, ideias, pontos de vista, entre outros, de forma minuciosa e crítica sobre determinados assuntos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, apresentamos de forma clara e objetiva os resultados e discussões da pesquisa, oferecendo ao leitor uma visão geral da temática abordada.

Historicamente, na Idade Média, a criança era vista como um adulto em miniatura, trabalhando e vestindo-se como tal. Compreendemos que a educação infantil é a primeira etapa do desenvolvimento da criança enquanto sujeito, exigindo planejamento cuidadoso, pois nessa fase a criança ainda está construindo sua personalidade.

A escola deve ser acolhedora, e os professores devem estar preparados para ensinar e educar as crianças em colaboração com a família. O professor de educação infantil é fundamental na vida das crianças, funcionando como um dos pilares para o crescimento saudável. A função do professor é basilar na formação de cidadãos, pois ele é um agente ativo nesse processo. As crianças necessitam de modelos a serem seguidos, e seus principais exemplos nos primeiros anos de vida são os pais, seguidos dos professores e amigos no ambiente escolar. O

professor deve contribuir nas interações e brincadeiras para que o aluno se desenvolva integralmente, pois a criança aprende brincando.

O estudo revelou a importância dos jogos e brincadeiras como estratégias de ensino- aprendizagem na educação infantil. Vimos que de acordo com os autores, brincar é uma atividade humana criativa, onde imaginação, fantasia e realidade interagem, permitindo novas interpretações, expressões e ações, além de novas formas de construir relações sociais. Jogos e brincadeiras estimulam o raciocínio e a imaginação das crianças, permitindo que explorem diferentes comportamentos, situações, capacidades e limites.

É essencial promover a diversidade dos jogos e brincadeiras para ampliar as oportunidades que esses recursos oferecem, tendo em vista que eles proporcionam desenvolvimento físico, mental e intelectual na educação infantil, mas devem ser empregados de forma planejada.

Muitos profissionais ainda não utilizam esses recursos adequadamente. Entretanto, é responsabilidade do professor planejar suas metas e ações, criando condições favoráveis para que as crianças se sintam seguras e aprendam a viver em coletividade num ambiente saudável e acolhedor.

Por fim, observamos também que os jogos e brincadeiras tradicionais têm perdido espaço para os aparelhos digitais e brinquedos tecnológicos. Tablets e smartphones podem ser úteis

para o desenvolvimento da criança, com jogos e vídeos educativos que auxiliam no aprendizado e entretêm em momentos de lazer. Contudo, o uso excessivo das telas digitais pode ser prejudicial à saúde da criança em determinadas circunstâncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo parte da reflexão sobre os jogos e brincadeiras: estratégias e possibilidades de ensino - aprendizagem na educação infantil e buscou responder a seguinte problemática: Qual a contribuição dos jogos e brincadeiras no processo formativo da criança na fase pré-escolar da educação infantil? Diante desses questionamentos, traçou-se alguns objetivos e foi possível compreender o conceito de criança enquanto sujeito de direitos e deveres, refletir sobre a educação infantil, primeira etapa da escolarização, a qual tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Ainda assim, foi possível compreender que tanto os jogos quanto as brincadeiras são ferramentas indispensáveis na educação infantil e servem como estratégias e possibilidades de ensino-aprendizagem no contexto escolar. Dessa forma, precisamos trazer o lúdico para a sala de aula, atentando para os

conhecimentos prévios dos alunos, explorando os campos de experiências e promovendo os seus direitos de aprendizagem nas interações e brincadeiras.

Além do mais, averiguamos que as brincadeiras tradicionais tem perdido espaço para os jogos eletrônicos e que isso nos chama bastante atenção, pois o uso das telas em excesso tem gerado discussões nos espaços escolares e decerto impactado na vida da sociedade atual.

Assim sendo, podemos considerar que as discussões aqui levantadas, sirvam de inspiração para outros pesquisadores. Além de despertar novos olhares na área educacional e principalmente aos educadores da educação infantil, no sentido de ressignificar sua prática, considerando essa fase, de muita relevância para o desenvolvimento integral da criança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aline Marques da Silva. **A importância do lúdico para o desenvolvimento da criança**. Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/A-import%C3%A2ncia-do-l%C3%ADico-para-o-desenvolvimento-da-crian%C3%A7a.aspx>. Acesso em: 08 de jan. 2023.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a**

educação infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Versão Final. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9394/196.** Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** 6. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008.

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança.** São Paulo: Summus, 1987.

FREITAS, M.E.C.V. **O brincar na educação infantil.** Trabalho de conclusão de curso em Especialização Educação Infantil. Florianópolis-SC, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

KUHLMANN JR., M. **Infância e Educação Infantil.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

LISBOA. Monalisa. **A importância do lúdico na aprendizagem, com auxílio dos jogos.** [s/d], Disponível em: <http://brinquedoteca.net.br/?p=1818> Acesso em: 09 de jan. 2023.

MAFRA, Sônia Regina Corrêa. **O Lúdico e o Desenvolvimento da Criança Deficiente Intelectual.** 2008. Disponível: em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2444-6.pdf>. Acesso em: 08 de jan. 2023.

NHARY, Tania Marta da Costa. **O que está em jogo no jogo: Cultura, imagens e simbolismos na formação de professores.** Dissertação de Mestrado em Educação. UFF. Niterói: RJ, 2006.

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Grupo Focal: uma Técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? **Cadernos da Fucamp**, UNIFUCAMP, v. 19, Monte Carmelo, MG, 2020.

PERES, Regina Cristiane N. C. O lúdico no desenvolvimento da criança com paralisia cerebral espástica. **Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.** S. Paulo, 14(3), 2004. Disponível em: [file:///C:/Users/Familia/Downloads/40114-47351-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Familia/Downloads/40114-47351-1-SM%20(1).pdf) Acesso em: 09 de jan. 2020.

RIBEIRO, Suely de Souza. **A Importância do Lúdico no Processo de Ensino-Aprendizagem no Desenvolvimento da Infância.** 2013. Disponível em: [https://psicologado.com/atuacao/psicologia escolar/a-importancia-do-ludico-no-processo-de-ensino-aprendizagem-no-desenvolvimento-da-infancia](https://psicologado.com/atuacao/psicologia%20escolar/a-importancia-do-ludico-no-processo-de-ensino-aprendizagem-no-desenvolvimento-da-infancia) Acesso em 09 de jan. 2023.

SOUZA, Gisele. **A criança em perspectiva: o olhar do mundo sobre o tempo infância.** São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Eulina Castro de. **A importância do lúdico na aprendizagem.** 2015. Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/A-import%C3%A2ncia-do-l%C3%ADico-na-aprendizagem.aspx>. Acesso em: 09 de jan. 2023.

SOARES, Edna Machado. **A ludicidade no processo de inclusão de alunos especiais no ambiente educacional.** 2010. Disponível em: <http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/EMS.2.2010.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2023.

SANTOS, C. S. A importância do lúdico no processo ensino aprendizagem. Universidade federal Santa Maria, curso de pós-graduação a distância, Santa Maria, RS, 2010.

CAPÍTULO VI

A INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR

Maria da Conceição Batista da Silva
Otacílio Marcelino do Nascimento

A INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR

**Maria da Conceição Batista da Silva¹³ / Otacílio Marcelino do
Nascimento¹⁴**

INTRODUÇÃO

A questão da inclusão de pessoas com deficiências em todos os recursos da sociedade ainda é muito incipiente no Brasil. Portanto, o presente artigo tem como tema central A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, tem como objeto investigar a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

Desta forma, tratou-se como problema, reconhecer se é possível propiciar a aprendizagem e incluir, de maneira efetiva os alunos com deficiência no ensino, com isso, os discursos de educação inclusiva vem ganhando espaço com o passar do tempo, o qual vem se caracterizando por defender uma educação democrática, de qualidade que visa atender todas às pessoas,

¹³ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: Salesmicelina@gmail.com;

¹⁴ Especializado em Intervenção Sociopsicoeducativa na área da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Graduado em Pedagogia com habilitação em Gestão Educacional.

considerando a diversidade humana, com o objetivo de analisar seus reflexos inclusivos nos processos de socialização e de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, observando-se os comportamentos de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, decorrentes de suas necessidades educacionais especiais no cotidiano da sala de aula.

Com isso podemos perceber que a inclusão é de suma importância para os alunos que tenha algum tipo de deficiência, seja ela física ou psicológica. A inclusão tem como principal objetivo, acolher e dar possibilidade de todas as crianças e adolescentes terem o direito deles garantido, O que é educação desde o ensino básico até o ensino médio, independentemente da classe social, condição psicológica ou física.

Nota-se que o princípio fundamental da inclusão está no respeito à diversidade. Os professores, pais e os próprios alunos são de fundamental importância no processo de aprendizagem. Para isso, a escola precisa mudar sua postura diante da Educação Especial e da Inclusão, pois é necessário reformular as suas ações e práticas pedagógicas. Também é dever da escola não apenas contratar profissionais capacitados, mas também promover formações continuadas, que possibilitem o ensino às crianças com necessidades educacionais especiais.

A metodologia foi realizada através de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. Elegendo como principais teóricos e autores: Carvalho (2008), Fonseca (2006), Mantoan, (2006),

Vygotski (1997), entre outros de renome. A inclusão escolar pode ser vista como uma forma de possibilitar ao indivíduo novas maneiras de aprendizagem e conhecimento, buscando novos caminhos para a construção de uma nova sociedade centrada na valorização das diferenças e nas políticas públicas que assegurem de fato a inclusão social. Sendo assim, o enfoque ao ensino da necessidade especial se torna algo necessário e diário diante do contexto atual onde a inclusão é lei que ampara a todos que dela necessitam, precisando apenas de um olhar mais minucioso de quem executa para poder ampliar de maneira consciente e necessária.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: uma introdução que contextualiza os objetos de estudo. sequencialmente divide-se em tópicos, os quais se voltam para análise da importância da temática, O conceito e princípios fundamentais da educação inclusiva. Adaptações para atender alunos com necessidades, público alvo da educação especial, a deficiência visual na escola, dando continuidade a metodologia utilizada. Por último, as considerações finais que apontam os resultados e as nossas perspectivas em relação às constatações evidenciadas ao longo deste estudo.

REVISÃO DE LITERATURA

A inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais é um tema complexo atualmente vivenciamos um momento em que mundialmente se fala na inclusão escolar, porém sabemos que a legislação é explícita, quanto a obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças.

Hoje em dia a inclusão de aluno com Necessidade Educacional Especial (NEE) está legislada com a premissa de que a educação é um direito de todas as crianças e que, por isso, todos devem ter as mesmas oportunidades independentemente de ser uma criança típica ou atípica. Por outro lado, é importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mais que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades.

Considerando que os fundamentos teóricos e metodológicas da educação inclusiva, basear-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos alunos, é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço deste importante reforma educacional, para o atendimento das necessidades educativas de todos os com ou sem deficiência.

Nesse contexto, vale lembrar que para que os direitos desse público fossem concretizados foi necessário à realização de vários movimentos, tal como de algumas conferências ocorridas em vários países no intuito de legitimar o direito a educação á todos aqueles que apresentassem necessidades educacionais especiais procurando maneiras de eliminar com a segregação escolar, apostando em uma escola inclusiva tendo em vista que a escola deve ser por excelência o cenário principal para essa integração.

A Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001) em seu Art.2º Par. 1 afirma que: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Nessa perspectiva, a escola tem como papel acolher a todos os alunos que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizado, uma vez que a educação escolar é vista como um direito social para o ser humano, sendo fundamental para o desenvolvimento da pessoa, como uma necessidade inerente a condição humana, juntamente com a família e a sociedade é uma peça fundamental no processo educacional, segundo a Constituição Federal de 1988 em seu art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e

incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A sigla NEE é um conjunto de letras iniciais de necessidades educativas especiais está associado a pessoas com problemas de diversas ordens, que sejam sensoriais, físicos, intelectuais, emocionais e com dificuldades de aprendizagem que se deriva de fatores orgânicos ou ambientais.

Com isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 define, no artigo 59, inciso III, (Brasil, 1996) que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses estudantes nas classes comuns.

Com essa ótica, é relevante que a escola disponibilize um conjunto de professores qualificados, uma boa infraestrutura que seja acessível a todos os alunos, suporte didático e materiais especiais E importantes destacarem que existem dois tipos de necessidades educativas especiais, ao saber a NEE permanente e a temporário.

No primeiro caso, exige-se a adaptação generalizada do currículo escolar, de acordo com especificidades de cada aluno durante grande parte ou todo seu percurso escolar. Já no segundo

exige-se modificação parcial, cujas adaptações no currículo são feitas apenas por um determinado momento de desenvolvimento do aluno, respeitando suas características individuais e suas NEE.

Segundo Sassaky (2006) se, desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de punho humano, é imprescindível conhecer e usar corretamente os termos técnicos, a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente carregados de preconceitos, estigmas e estereótipos.

A expressão “necessidades educacionais especiais” tornou-se bastante conhecida, no meio acadêmico, no sistema escolar, nos discursos oficiais e mesmo no senso comum. Surgiu da intenção de atenuar ou neutralizar os efeitos negativos de terminologias adotados anteriormente para distinguir os indivíduos em sua singularidade, por apresentarem limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitiva, linguística, síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes.

Tais como: deficientes excepcionais, subnormais, enfartados, incapacitados, superdotados, entre outros. Segundo a deliberação nº 02/03-CEE, a terminologia “necessidades educacionais especiais” para referir-se às crianças e jovens, seja necessidades decorre de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender.

De acordo com os estudos de Mazzota (2001):

É possível destacar três atitudes sociais que marcaram o desenvolvimento da Educação especial no tratamento dado às pessoas com necessidades especiais, especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência: marginalização assistencialismo e educação/reabilitação.

Nesse sentido, a marginalização são atitudes de total descrença na capacidade de pessoas com deficiência, o que gera uma completa omissão da sociedade na organização de serviços para esse grupo da população e cabe à sociedade respeitar as diferenças e desconstruir a ideia de que é preciso criar oportunidades de aprendizagem.

Portanto, a segunda é o assistencialismo que são atitudes marcadas por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, que buscavam apenas dá proteção a pessoas com deficiência, permanecendo a descrença no potencial destes indivíduos.

Outra atitude marcada pela Educação/Reabilitação atitudes de crença nas possibilidades de mudanças e desenvolvimento das pessoas com deficiência e em decorrência preocupação com a organização de serviços educacionais.

De acordo com Mantoan (2006), a educação inclusiva é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora, haja vista que ela gera uma crise escolar, ou seja, uma crise de

identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno.

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais é um processo de desafios, desde a integração no espaço físico da escola até o convívio familiar. São várias etapas que requerem modificações, estudos e dedicação aos detalhes tanto para o aluno dito normal, quanto para o aluno especial.

Ao explicar sobre o processo de inclusão/integração educacional situa quatro fases que ocorreram ao longo do desenvolvimento da história da inclusão:

Sassaky (2006, p. 48), discorre que:

Fase de exclusão- período em que não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com pessoas deficientes era rejeitado e ignorado pela sociedade.

Fase da segregação institucional- neste período, as pessoas com necessidades especiais eram afastadas de suas famílias. Foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação.

Fase de integração- algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência. Os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade.

Fase de inclusão- Todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos e que devem ser adaptados aos alunos.

Com essa ótica, incluir pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular pré supõe uma grande reforma no sistema educacional. Isto implica na flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensino, metodologia e avaliação, implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de aula e na criação e adequação de estruturas físicas que facilitem o ingresso e a movimentação de todas as pessoas.

Essas adaptações são assim chamadas, justamente por não exigirem autorização de instâncias superiores e terem sua implementação totalmente realizada através do trabalho docente. A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aprimoramento da educação escolar e para o benefício de todos os estudantes, com e sem deficiência, pois conviver com a diversidade humana enriquece e desenvolve a todos.

Mantoan (2006 p. 41), afirma que:

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: docentes, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral que faz parte do currículo para garantir a inclusão.

De modo geral dentre essas adaptações que fazem parte do currículo, para garantir a inclusão e a permanência do aluno

com necessidades educacionais especiais no ensino regular, estão: A criação de condições físicas, materiais e ambientes na sala de aula; também alvorecer o melhor nível possível de comunicação e interação do aluno com toda a comunidade escolar; permitir e favorecer a participação do aluno em toda e qualquer atividade escolar; lutar pela aquisição de equipamentos e materiais específicos necessários.

O Conceito e princípios fundamentais da educação inclusiva

Para entender melhor a educação inclusiva, é importante compará-la com o modelo de educação especial. Enquanto a educação inclusiva busca a participação de todas as pessoas na escolarização, a educação especial concentra-se no desenvolvimento das habilidades de indivíduos com deficiência.

No modelo inclusivo, a educação especial é integrada à escola regular, transformando-a em um ambiente onde todos convivem juntos, reconhecendo que qualquer estudante pode apresentar necessidades especiais em seu processo de aprendizado.

Segundo, Carvalho (2008), enfatiza que, incluir não significa apenas pôr todas as crianças em uma mesma condição, haja vista incorrer-se no risco de parti-la da prática uma perversa exclusão, observando que, o estar fisicamente em um lugar não quer dizer que se faça parte dele.

O princípio central da educação inclusiva é a promoção da igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas em todos os aspectos. Isso implica uma transformação cultural no ensino, refletida em adaptações promovidas por: Gestão escolar também pelas políticas públicas e estratégias pedagógicas incluindo a capacitação e treinamento de professores, com a presença da comunidade interna e externa e profissionais do segmento educacional entre outros.

A Declaração de Salamanca (1994), deixa claro que a escola inclusiva deve prover assistência adicional, isto quer dizer que é o apoio dentro das diferentes necessidades dos alunos especial.

Através da Declaração de Salamanca de 1994 foi observado que cada criança tem características, interesses e capacidades de aprendizagem que lhe são próprios, demonstrando que os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades. Através da mesma, portanto, ficou evidenciado que as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.

Pensar em educação e inclusão torna-se indispensável quando a sociedade e a escola buscam meios de garantir a todos o cumprimento dos seus direitos e deveres garantido em Lei, dentre estes, educação de qualidade, buscando atender a alunos

com necessidades educacionais especiais. Nessa perspectiva de educação inclusiva adentramos a mais uma reflexão do processo inclusivo.

Adaptações para atender alunos com necessidades, público alvo da educação especial

Para que o processo de inclusão possa ser direcionado ao atendimento eficaz dos alunos que apresentam necessidades especiais, no atual modelo escolar Brasileiro, devemos repensar a escola e suas práticas pedagógicas, visando o benefício de alunos e professores. E preciso organizar e estabelecer o desenvolvimento de estratégias de intervenção que facilitem a implementação desta proposta. Claro que não a modelos pedagógicos prontos, fechadas, nem diretrizes que possam da conta de uma transformação da escola tradicional, para uma escola inclusiva de qualidade para todos.

Mantoan, (2006, p. 137), afirma que: Inclusão significa convidar aqueles que (de alguma forma) têm esperado para entrar e pedir lhes para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajem todas as pessoas a participar da completude de suas capacidades como companheiras e como membros.

Cada escola, cada turma, cada professor, cada aluno, possui suas especificidades e estão inseridos em diferentes realidades. Mas, é possível estabelecer algumas adaptações que

possam contribuir de forma simples, prática e abrangente as diversas situações, dificuldades e necessidades especiais existentes nas escolas, uma vez que os alunos com necessidades especiais já estão chegando nas escolas, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar aconteçam avanços e transformações; ainda que pequenos, mais que possam proporcionar o início de uma inclusão escolar possível no intuito de favorecer uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos envolvidos no processo.

Adaptações de pequeno porte não significativo constitui pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula. Além dessas Adaptações gerais, e importantes refletirem também nas Adaptações mais específicas de acordo com cada necessidade.

Segundo Fonseca (2006), complementa que o objetivo da educação inclusiva é mostrar não só para os professores, mas para a sociedade, que é preciso de uma educação mais que inclusiva, no qual possam ser respeitadas todas as diferenças, para que eles possam exercer seus direitos a igualdade.

Nesse sentido, é importante ressaltar ainda, que antes de se iniciar um trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, no ensino regular, é necessário que se faça um preparo dos demais alunos no sentido de

conscientização da importância da convivência na diversidade e no respeito às diferenças.

A deficiência visual na escola

A visão, um dos cinco sentidos fundamentais, exerce o importante papel na vida de um ser humano. Sendo através da percepção visual, captando estímulos luminosos e pigmentadas as cores, desde os primeiros anos de vida, a principal forma pela qual surgem motivações que despertam o relacionamento com meio.

Na infância, até a iniciação pré-escolar e escolar, é comum que o déficit visual passe despercebido pelos pais, devido às experiências e manifestações da criança, com relação à noção do que seria enxergar bem, ou mesmo se queixar de um mal estar visual.

A inclusão escolar é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela diferença de classe social, etnia, educação, idade, gênero, deficiência, manifestação de fé, ou preconceitos raciais. Porém, a inserção não deve ser vista somente como sendo um problema pessoal a ser resolvido nas estruturas do sistema, onde já deveria fazer presente.

Portanto posicionar o aluno de modo a favorecer as condições de audições na sala de aula, facilitando a locomoção e

o deslocamento do aluno, proporcionando maior grau de independência evitando acidentes, através da melhor disposição possível do mobiliário. O professor explica verbalmente, de forma detalhada o material utilizado em sala, para que o aluno tenha noção do que e de como está se desenvolvendo as atividades, oferecendo suporte físico, verbal e instrucional, para a locomoção do aluno, no que se refere à orientação espacial.

Assim, também nos ampliamos o tempo disponível para a realização das atividades e provas, evitando da uma avaliação diferente, pois isso pode ser considerado discriminatório e dificulta a avaliação comparativa com os outros estudantes, ajudar só na medida do necessário.

O MEC, na Portaria nº 2.678/02 (Brasil, 2002), comprova e aprova as diretrizes e normas para o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa em todo o país.

O educador pode utilizar de sua criatividade e estabelecer à criação de jogos adaptados a necessidade da criança, entendendo a melhor forma de inserir o aprendizado e desenvolver.

Aspectos importantes relacionados à orientação e mobilidade para deficiente visual e outras deficiências especificamente como postura, andar, equilíbrio, maneirismo (tiques), desenvolvimento motor, destreza de mobilidade, até

mesmo roupas e calçados são de extrema importância. Como traz o documento de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com o momento e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação do aluno para a sociedade (Brasil, 2017).

Quando há compreensão da deficiência, o aluno não é privado de realizar atividades em conjunto, mas depende da comunidade escolar, da família e alunos, a responsabilidade de abordar tal inclusão e transformar todas as barreiras em oportunidade de ensino e aprendizagem.

Para Rodrigues (2008, p. 18), incluir significa fazer parte da comunidade da escola, ser reconhecido como membro da comunidade escolar, ter as mesmas oportunidades que o outro tem e ser tratado com igualdade, é um processo que nunca termina, porque sempre haverá um aluno que encontrará barreiras para aprender.

A escola é uma instituição total de tempo parcial, e a única que apresenta característica de enquadramento obrigatório de toda a população, serve a reprodução social de classes, mas para a criança a experiência escolar é muito importante, é difícil não adotar como imagem própria, ou como parte da mesma, a que lhes devolve a escola para os alunos com deficiência visual.

Segundo Vygotsky (1997 p.73), diz que:

Não apenas a falta de vista (o defeito de um órgão específico), se não que assim mesmo provoca uma grande reorganização de todas as forças do organismo e da personalidade. A cegueira, ao criar uma formação peculiar da personalidade, reanima novas forças, altera as direções normais das funções e, de uma forma criadora e orgânica, refaz e forma a psique da pessoa. Portanto, a cegueira não é somente um defeito, uma debilidade, se não também, um em certo, uma fonte de manifestação das capacidades, uma força (por estranho e paradoxal que seja!).

De acordo com o autor, a forma de superar a deficiência sensorial da visão se dá por meio da composição, não de um sentido por outro, como, por exemplo, acreditava que todas as pessoas com deficiência visual desenvolvem uma audição aguçada, para compensar a perda visual.

Com relação à questão de materiais para a utilização dos deficientes visuais, as universidades de países do primeiro Mundo dispõem de diferentes recursos para o uso de seus estudantes deficientes visuais. Tais como: gravação de livros, livros computadorizados para cegos, livros e manuais em disquetes para impressão em braille, disquetes com tipos ampliados para os que não podem ler o tipo de imprensa de tamanhos standard. Contam também com serviços de

voluntários que atendem aos portadores de deficiência como ledores voluntaries.

As necessidades materiais para o deficiente visual incluem a falta de estrutura física para o acesso aos diversos locais, a falta de investimentos para melhoria das suas condições básica e materiais didáticos não adaptados para o seu uso.

Seguno Bruno (1999, p. 128) com relação a esse assunto, “a falta de investimentos investimentos em recursos humanos, em pesquisa educacional e de acesso a tecnologias e equipamentos específicos que assegurem educação qualitativa são fatores determinantes na área da deficiência visual”.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A referida pesquisa se desenvolveu em um formato metodológico de abordagem qualitativa e bibliografia ao qual se deu por meio da revisão da literatura primeiramente foi desenvolvido um levantamento bibliográfico sobre conceitos e concepções na área de inclusão, para que se tivesse um estudo mais aprofundado sobre a temática.

A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014).

A inclusão implica na reformulação de políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais do sentido excludente ao sentido inclusivo, a garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças.

Para Gil (2008, p. 8), o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento. Para que seja considerado conhecimento científico, é necessária a identificação dos passos para a sua verificação.

Nesse contexto ainda de acordo com Gil (1999, p. 9), por sua vez discorre que a pesquisa bibliográfica se serve de material secundário, ou seja, é realizada através de levantamento de bibliografia já publicada, em forma de livros, publicações avulsas, revistas, imprensa escrita, cujo objetivo é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com aquilo que foi escrito acerca de determinado assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A promoção de um ensino que corresponda não somente às necessidades específicas do aluno com necessidades educativas especiais, mas que atenda aos interesses e necessidades de todos os alunos da classe requer a adaptação do

ensino entre outros aspectos, significa alocar os recursos humanos na escola para trabalharem conjuntamente no sentido de desenvolver métodos e programas de ensino, adaptados à nova situação, bem como para atuarem em conflitos e desafios que toda situação educacional apresenta.

Permitir a inclusão escolar de crianças com deficiência é um verdadeiro aprendizado para toda a comunidade. Primeiramente, os próprios alunos especiais sentem-se mais acolhidos através da convivência com os demais. Assim, eles conseguem ter uma vida muito melhor, e o principal: conseguem desenvolver melhor as suas habilidades, uma vez que não são submetidos ao sentimento de exclusão. Já para os outros alunos, a convivência com colegas com deficiência também é de grande importância. O contato com eles faz com que se desenvolva o lado mais humano.

Nas questões estruturais, as instituições de ensino devem ser equipadas com rampas, elevadores, banheiros adaptados, e materiais de apoio necessários para o bom acolhimento de crianças com necessidades especiais. Mas, além disso, a equipe gestora, os professores e demais funcionários também devem estar preparados para dar o suporte que for preciso.

Aí vale a pena investir na qualificação dos pedagogos, para que eles tenham formação para ensinar também os alunos especiais, mas também, contar com a ajuda de um profissional

especializado em ensino especial, pois ele dará todas as orientações e recomendações necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essencial que alunos com deficiência visual tenham toda a estrutura, tratando-se de materiais pedagógicos, ou aparato do profissional educador, para que seu aprendizado ocorra da mesma forma que as crianças sem deficiência visual.

Portanto, foi possível conhecer o processo histórico da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), sua organização e ainda abordar a questão da importância da formação de professores na busca de uma educação de qualidade. A educação especial e inclusiva são chaves importantes de um mesmo processo de ensino aprendizagem no qual se coloca em foco a escolarização de alunos com deficiências sejam elas educacionais ou especiais.

Nesta pesquisa, destacamos algumas adaptações para alunos com deficiência visual na escola. No qual a visão, seja um dos cinco sentidos fundamentais, e exerce o importante papel na vida de um ser humano. A inclusão de alunos com NEE está legislada com a premissa de que a educação é um direito de todas as crianças e que, por isso, todos devem ter as mesmas oportunidades independentemente de ser uma criança típica ou atípica.

Legislação e os textos pesquisados para a elaboração desse trabalho sobre educação de alunos com NEE deixam bem claro que renovação pedagógica exige, em primeiro lugar, que a sociedade e a escola se adaptem ao aluno com necessidades especiais, e não o contrário. Em segundo, que o professor, que é considerado o agente determinante da transformação da escola, deve ser preparado adequadamente para gerenciar o acesso às informações e conhecimentos por parte dos alunos.

Através da realização desse trabalho no qual se pautou em pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, foi possível observar e realizar uma análise sobre o cotidiano de alunos com algum tipo de necessidade, e até que ponto a instituição de ensino está realmente sendo um espaço inclusivo. Fazer nossa parte já é um começo, nos tornar capazes de contribuir de alguma forma para inclusão de pessoas, sejam elas no âmbito escolar ou dentre outros lugares. Para que a inclusão ocorra é necessário ter vontade, conhecimento e ver o outro com todo o seu potencial e seus limites, ajudando as suas dificuldades e ressaltando suas qualidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Rio de Janeiro: FAE, 1988.

BRASIL. Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Portaria n. 2.678. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação Especial: em busca de redimensionamento e construção coletiva. **Série Estudos periódicos de mestrado em educação da UCDB**, v 7, p. 114 e 130, abr. 1999.

CARVALHO, **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre/RS: Mediação, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais Brasília CORDE, 1994.

FONSECA, V. **Educação Especial: programa de estimulação precoce e uma introdução às ideias de Fuerstein.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memmon, 2006.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14^a ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p.

RODRIGUES, D. **Revista da Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-58, jul./out. 2008.

SASSAKY, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7ed. Rio de Janeiro: 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Obras corrigidas: Fundamentos de Defectologia**. Madrid: Visor, 1997.

CAPÍTULO VII

AS CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rayli Talita Pegado da Silva
Otacílio Marcelino do Nascimento

AS CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rayli Talita Pegado da Silva¹⁵ / Otacílio Marcelino do Nascimento¹⁶

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar as contribuições da música no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil. Além de ponderar como a integração da música em atividades educacionais podem enriquecer o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor das crianças em tenra idade.

Ao resgatar informações e produções sobre o tema, percebe-se que as cantigas são expressões culturais encantadoras, atraindo a atenção de todos que as escutam. Nesse sentido, as cantigas têm sido parte integrante da trajetória pedagógica, funcionando como um recurso didático e mediador de aprendizagem. Constantemente, surgem novos atrativos, recursos e contribuições que enriquecem a prática pedagógica.

¹⁵ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: Raylitalita99@gmail.com;

¹⁶ Especializado em Intervenção Sociopsicoeducativa na área da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Graduado em Pedagogia com habilitação em Gestão Educacional.

No entanto, a cantiga infantil tem um encantamento mágico que acolhe, acalenta e fortalece o vínculo do processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, o objetivo desse estudo segue dando contribuição apresentando a teoria e prática, proporcionando uma visão sobre a importância da cantiga e promover um resgate. As cantigas, as músicas infantis promovem a interação a partir das diversas atividades que integra os alunos no meio escolar, como também a reflexão do professor em implementar sua rotina com uma vivência e que essa seja significativa.

Dado o exposto, para a realização dessa pesquisa, o estudo das abordagens teóricas fundamentou-se em autores como Gaspar (2010), Martins (2003) e Piaget (1971), além de pesquisas em outras fontes que abordaram sobre essa temática, de forma que pudesse tornar esse estudo mais consistente.

Por fim, o artigo foi dividido de forma que facilite o entendimento do leitor iniciando por esse tópico, seguido de um breve histórico das contribuições das músicas e cantigas infantis no Brasil; na sequência discorreremos sobre os benefícios das cantigas e para finalizar o referencial teórico abordamos acerca dos desafios na educação infantil; seguindo a estrutura ponderamos sobre a metodologia, os resultados e discussões, considerações finais e por fim as referências que contribuíram para o embasamento teórico.

REVISÃO DE LITERATURA

A presente pesquisa buscou fundamentar-se em autores como Gaspar (2010), Martins (2003), Piaget (1971), que abordaram sobre essa temática. As cantigas tem contribuições fundamentais para o desenvolver da coordenação motora e socializar da criança no processo de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017, p. 37) deixa claro que as crianças se desenvolvem através das brincadeiras, e as cantigas de roda, as músicas, oferecem essa diversão possibilitando o desenvolvimento, a aprendizagem e a socialização.

As cantigas infantis tem como um dos objetivos desenvolver aspectos relacionados a linguagem da criança, tornado o aprendizado mais prazeroso, pois a música está presente em diversas ocasiões da vida humana, de forma a despertar interesse pelo saber em especial o das crianças.

Podemos destacar ainda que, as cantigas infantis fazem parte da cultura de diversas sociedades. Para Gaspar (2010, p. 223) as cantigas são:

Canções populares, que estão diretamente relacionadas com a brincadeira de Roda. Essas brincadeiras são feitas, formando grupos de crianças, geralmente de mãos dadas, que cantam as letras da canção que tem suas próprias características, geralmente ligadas à

cultura daquele local. Também são conhecidas como cirandas, e representam os costumes, as crenças, o cotidiano das pessoas, a fauna, a flora, a culinária, dentre outros aspectos de um lugar. As cantigas possuem uma letra fácil de memorizar, sendo formada por rimas e repetições que prendem a atenção das crianças, de modo que estimula a imaginação e a memória da criança.

De acordo com Gaspar (2010) as canções populares, muitas vezes associadas à brincadeira de roda, são expressões culturais que envolvem grupos de crianças unidas, entoando letras que refletem as particularidades da cultura local. Conhecidas também como cirandas, essas brincadeiras tradicionais representam os costumes, crenças, fauna, flora, culinária e outros aspectos do lugar de origem. Ainda conforme o autor, as letras das cantigas são simples e cativantes, compostas por rimas e repetições que facilitam a memorização e prendem a atenção das crianças, estimulando sua imaginação e memória. Essa prática não apenas fortalece os laços culturais, mas também promove o desenvolvimento cognitivo e social das crianças.

Nesse sentido, podemos afirmar que é fundamental a prática das canções populares, principalmente em brincadeiras e jogos, de forma que ela contribua com o desenvolvimento e a aprendizagem da criança proporcionando também prazer, espontaneidade e criatividade.

Diante dessa realidade, de acordo com Piaget (1971), nesse período, as crianças começaram a construir atividades simbólicas

que, “são as representações mentais de objetos do ambiente externo”. Essa representação é assimilada pelas ações corporais, ou seja, pelas ações que ela observa e vivencia no mundo.

Por fim, as fantasias, uma característica intrínseca das relações simbólicas, tornam-se evidentes nas atividades cotidianas das crianças desde cedo, sendo o brincar e o cantar práticas frequentes. O faz de conta, por sua vez, representa uma forma de assimilação e imaginação na construção da realidade infantil.

Um breve histórico sobre as contribuições da música e das cantigas infantis no Brasil

A manifestação das diversas atividades como as danças, cantigas de roda, músicas e cirandas que incentivam movimentos de diferentes qualidades expressivas e rítmicas realizadas em grupo, que possuem um profundo sentido socializador, estético e transcendente, mas que ainda não são devidamente valorizados no cotidiano das escolas no Brasil, de acordo com a história elas foram trazidas pelos portugueses.

As melodias e canções narrativas que refletem a memória e a alegria do povo representam rituais compartilhados por pessoas de todas as idades, podendo estabelecer laços afetivos e culturais entre a escola e a comunidade.

As cantigas (música) se evidenciam através dos momentos simples e acolhedores como em uma roda de conversas, o contato com os avós, pais, mães e demais familiares. Na escola os professores dialogam e até se confundem com as crianças, aprendendo e ensinando na roda das idades, na roda da vida, ou seja, possui todos os elementos para que possa ser definida como uma herança cultural principalmente pelo forte vínculo envolvendo também parentes e pessoas da comunidade.

No percurso da pesquisa sobre a cultura musical, o folclore emerge como uma janela para exibir a riqueza da diversidade do povo brasileiro por meio de suas melodias e energia vibrante.

Nesse sentido, Cascudo (2001, p. 240) afirma que

O folclore inclui nos objetos e fórmulas populares uma quarta dimensão sensível ao seu ambiente, porém não há como identificar os compositores das cantigas de roda, já que elas não têm sua autoria identificada e são continuamente modificadas, adaptando-se à realidade do grupo de pessoas que as cantam. Contudo, é preciso notar que em vários pontos do País, as crianças já se apropriaram de toadas locais para as suas rodas, cantando-as, porém, com um caráter próprio.

Cascudo (2001) destaca que o folclore possui uma natureza dinâmica e adaptável, refletindo e se ajustando ao ambiente e à realidade das pessoas que o praticam. Especificamente, as cantigas de roda são exemplos de

manifestações folclóricas cuja autoria é desconhecida e que são continuamente modificadas ao longo do tempo. Isso ocorre porque as músicas são adaptadas às necessidades e contextos específicos dos grupos que as cantam. Além disso, é observado que, em diferentes regiões do país, as crianças incorporam melodias locais nas suas cantigas de roda, imprimindo-lhes características próprias e únicas.

O profundo vínculo afetivo das cantigas de roda é antigo e de valor histórico para nosso país, como percebe-se pelos estudos e na afirmação de Almeida e Pucci (2011, p 16): “Introduzidas nas escolas no Brasil pelos povos colonizadores, as cantigas de roda foram modificadas e adaptadas pela comunidade ou sociedade para cada contexto brasileiro.”

Nesse contexto, fortalece a ideia que não era fins pedagógicos que as cantigas eram trabalhadas, mas, como maneira de domesticar e doutrinar as crianças. No Brasil a cultura é ampliada, diversificada a cada período da história, e fortalece as habilidades e descontração infantojuvenil.

Pode-se perceber nas afirmações dos autores mencionados que as crianças necessitam ser estimuladas a expressarem-se com liberdade, percebendo seu corpo em relação ao espaço, suas possibilidades e limitações, acompanhando com naturalidade seu timbre de voz, a dinâmica e as formas de interação no convívio social e educacional.

Por fim, na trajetória dos estudos sobre a cultura brasileira, destaca-se Cascudo (1988) ressaltando a importância do Folclore brasileiro através das Cantigas e Brincadeiras de Roda em relação às outras modalidades de canções populares pela sua constância, mesmo sendo transmitidas oralmente, abandonadas em cada geração e reerguidas pela outra “numa sucessão ininterrupta de movimento e de canto quase independente da decisão pessoal ou do arbítrio administrativo” (Cascudo, 1988, p. 146). Nesse pensamento é que se concentra no Brasil, uma variedade de culturas, e todas elas trazem benefícios desde o convívio familiar as interações sociais.

As cantigas infantis no processo de aprendizagem

A educação infantil é um período marcado por rápidas transformações no desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional da criança. E nesse sentido, vimos que um dos objetivos da escola em relação a esse nível de educação é contribuir para que as crianças tenham um desenvolvimento integral, de sua própria identidade e capazes de crescerem como cidadãos exemplares.

Nesse contexto, é basilar destacar que a inserção das cantigas e músicas na educação infantil soma-se de forma lúdica, no processo de aprendizagem das crianças. E nesse sentido, ressalta-se ainda que, a criança interage de forma criativa,

elaborando suas próprias músicas, construindo e ampliando o seu conhecimento.

Souza (2015) comenta que devemos observar a interação das crianças sobre as cantigas de roda no ambiente escolar. Segundo, Souza (2015, p. 39)

Por meio das cantigas de roda na Educação Infantil, a música vem sendo um suporte para atender os objetivos dos professores, com a formação de hábitos, comportamentos e atitudes. Memorização de conteúdos e aprendizado dos mesmos, além do resgate à cultura em que estão situados. A música não vem como um substituto da educação sistemática, ela tem como função agir na criança em sua totalidade, fazendo com que o mesmo se sinta mais à vontade. Nos dias de hoje as crianças estão mais voltadas as brincadeiras informatizadas. Com isso, as condições físicas e psicológicas estão sendo cada vez mais afetados.

De acordo com Souza (2015) a música é uma ferramenta que a criança aprende e descobre o mundo a sua volta.

É pertinente destacar que as cantigas de roda possuem um imenso valor histórico e ainda compõe alguns aspectos relevantes para impulsionar o conhecimento do corpo e da linguagem da criança, favorecendo suas descobertas no meio social e educativo. Propondo-se momentos de interatividade e conhecimento. Na perspectiva de Vygotsky (1988). O brincar é uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e

realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como outros sujeitos, crianças e adultos.

Diante do exposto, podemos afirmar que a música está sempre presente na vida das pessoas. A música é a arte de se expressar através dos sons o que a torna uma facilitadora no processo de aprendizagem, pois a criança aprende ao ouvir de maneira ativa e reflexiva, uma vez também que ela ao realizar o exercício de sensibilidade para os sons e perceber essa habilidade, maior será a capacidade para ela desenvolver sua atenção e memória além de outros aspectos.

De acordo com Martins (2003, p. 181):

A criança vive mergulhada num ambiente sonoro, ainda vive, brinca com os sons. A sua comunicação é lúdica onde se percebe que a criança inicia sua aprendizagem através das brincadeiras, pelas canções de ninar, de suas músicas infantis, sendo uma das formas mais importante de expressão humana, o que por si só, justifica sua presença no contexto da educação.

Conforme citado por Martins (2003), o qual ressalta que as crianças estão constantemente imersas em um ambiente sonoro, brincando e se comunicando através dos sons. As brincadeiras, canções de ninar e músicas infantis são fundamentais para o início da aprendizagem, sendo uma forma importante de

expressão humana. Essa importância justifica a presença dessas atividades no contexto educacional.

Por fim, a música tem se tornado essencial, especialmente na educação infantil. É muito importante observar um grupo de crianças cantando e articulando, pois elas se movimentam de várias maneiras, buscando ouvir a música e seguir seu ritmo. As crianças prestam atenção nas letras, repetem-nas cantando, mudam os passos, inventam novos movimentos e tentam imitar outras pessoas com seus gestos e ações.

Os desafios do uso das cantigas e das músicas na educação infantil

As tecnologias tem se tornado ferramentas presentes no cenário infantil, com isso, recursos como a cantiga e as músicas continuam presentes na jornada pedagógica, porém, um desafio da equipe docente está em ressignificar as contribuições e as estratégias metodológicas no espaço de atuação.

A música e as cantigas de roda estimulam a prática da linguagem oral, gestual, corporal, musical, assim como, a capacidade de socialização, habilidade colaborativa em diversos ambientes infantis que promovam a interação social e integração na coletividade. Nesse sentido, considerando o percurso do comedimento no dia a dia, a simbologia da “roda” terá cenários

bem mais amplos como a escola, o trabalho, a cidade, o país e a família que o adulto vier a formar e assim participar.

Tendo em vista, todas as contribuições anteriormente citadas que as cantigas de roda e a música trazem para o desenvolvimento integral das crianças, essa prática está cada vez mais ausente da realidade infantil atual. Muitas transformações vêm ocorrendo e uma delas é o abandono das brincadeiras mais simples no cotidiano das crianças, das comunidades. Ou seja, a expressiva presença da tecnologia chega com força e atinge os valores, atitudes e comportamentos das crianças.

Diante dessa realidade, a realização dessa atividade lúdica tem como objetivo promover o interesse e a aspiração pela aprendizagem através das músicas e cantigas de roda. Isso permite que as crianças revivam e experimentem hábitos ligados ao nosso passado, que são fundamentais para a construção do nosso povo e fazem parte das nossas manifestações culturais.

Para Alencar (2010, p. 111)

As cantigas-de-roda integram o conjunto das canções anônimas que fazem parte da cultura espontânea, decorrente da experiência de vida de qualquer coletividade humana e se dão numa sequência natural e harmônica com o desenvolvimento humano. As canções têm suas múltiplas facetas que envolvem desde o contexto cultural até a trajetória da humanidade, porém tiveram seu papel educativo, servindo a um propósito, de acordo com as circunstâncias experimentadas por

cada povo e pelo efeito que esta provoca na alma humana.

Conforme citou Alencar (2010) as cantigas de roda fazem parte das canções anônimas que emergem da cultura espontânea, refletindo a experiência coletiva e evoluindo em harmonia com o desenvolvimento humano. Essas canções possuem múltiplas facetas, abrangendo tanto o contexto cultural quanto a trajetória da humanidade. Elas desempenharam um papel educativo, adaptando-se às circunstâncias vividas por cada povo e impactando profundamente a alma humana.

O estudo consolida a compreensão, e não há dúvidas de que as cantigas de roda, as músicas são ferramentas indiscutivelmente importantes para a Educação Infantil, porém a função do professor vai além de meramente apresentá-las. É essencial que ele atue de forma a trabalhar essas canções de maneira contextualizada. Em outras palavras, o educador deve, em seu planejamento, abordar questões que favoreçam atividades significativas, explorando as músicas e cantigas de roda com a intenção de desenvolver tanto os aspectos cognitivos e motores quanto a dimensão cultural presente nessas canções.

Ao se examinarem alguns estudos realizados pelos autores mencionados anteriormente, fica evidente que é necessário incluir as músicas nas práticas infantis e explorar todas as suas possibilidades por meio do movimento, da

sonoridade e da integração de todas as crianças no ambiente infantil, promovendo assim a aquisição de conhecimentos.

Nessa perspectiva Dohme (2003, p. 60): aponta momentos importantes sobre as cantigas de roda, como benefícios trazidos para as crianças.

Cantigas de roda ou cirandas são tradicionalmente conhecidas como brincadeiras de crianças e nosso cancioneiro popular é rico em canções desse tipo. As crianças fazem uma roda de mãos dadas. Somente isto já é suficiente para tornar uma atividade prazerosa e permitir o contato entre todos.

De acordo com Dohme (2003) as cantigas de roda, também conhecidas como cirandas, são brincadeiras infantis tradicionais que fazem parte do rico cancioneiro popular brasileiro. O autor ainda afirma que são nessas atividades, onde as crianças se dão as mãos e formam uma roda, o que não apenas proporciona prazer, mas também facilita o contato e as relações interpessoais.

A tradição das músicas e brincadeiras está presente no cotidiano da sociedade, especialmente entre grupos de crianças. Em todos os lugares, as cantigas são constantemente resgatadas como forma de interação, seja em eventos culturais nas escolas ou em diversos locais da comunidade.

Atualmente, é evidente a importância das cantigas, músicas e ações pedagógicas que destacam seu valor no meio

social, especialmente na educação infantil como recurso atrativo. No entanto, é necessário que os professores, em seus planejamentos, continuem promovendo, criando e recriando momentos de interação e mediação da aprendizagem, utilizando recursos sonoros e lúdicos das cantigas.

Por fim, é sabido que a história do desenvolvimento humano e da sociedade está repleta de desafios. O uso da dinâmica musical como recurso pedagógico é atrativo, mas é fundamental que o docente desenvolva estratégias eficazes para alcançar resultados positivos. Isso terá um impacto significativo na vida escolar das crianças na fase da educação infantil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento da metodologia usada para a realização desse artigo foi através de levantamentos de dados obtidos a partir de leituras de algumas obras de autores como Gaspar (2010), Martins (2003), Piaget (1971). Dentre eles Martins (2003) destaca que a criança está constantemente imersa em um ambiente sonoro e interage ludicamente com os sons. Ainda de acordo com o autor, sua comunicação e aprendizagem começam através das brincadeiras e das músicas infantis, como canções de ninar. Essa forma de expressão humana é fundamental, justificando sua inclusão no contexto educacional.

Além desses autores citados anteriormente foram realizadas pesquisas em Revistas eletrônicas especializadas na temática, sites de busca como o Google Escolar, livros, artigos científicos entre outros.

As pesquisas foram realizadas por meio de uma abordagem qualitativa, pois de acordo com Goldenberg (1997, p. 34) “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.”

No entanto, no entendimento de Boccato (2006, p. 266), para que a pesquisa bibliográfica alcance plenamente suas finalidades é fundamental que “[...] o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação”.

Dessa forma, os estudos acadêmicos ampliam os conhecimentos, e é através da realização deles que se obtiveram novos conceitos que permeiam a visão teórica e a prática fundamentada, para que se desenvolvam, mais estudos sobre esta temática relacionada as contribuições da música como ferramenta de aprendizagem na Educação infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A integração das músicas, cantigas de roda na educação infantil é relevante para o processo de socialização e o desenvolvimento da criança. Para os alunos, quando conduzidos com práticas dinamizadoras, proporciona a eles aprenderem com a mediação da brincadeira levando em consideração que não é uma perda de tempo.

A criança tende a despertar e criar em sua própria imaginação a partir das músicas cantadas e por meio das brincadeiras, ela idealiza um cenário imaginário através de uma cantiga breve onde ela memoriza e socializa suas descobertas.

Para a linguagem, os símbolos se tornam essenciais, pois, a criança aprende a brincar, cantar, jogar de diversas maneiras e de forma apropriada, logo, constitui algo essencial para o seu desenvolvimento e a sua comunicação efetiva. A criança precisa de incentivos e objetos para poder recriar a função simbólica das músicas e das cantigas de rodas. Os jogos e a brincadeira infantil com brinquedos são uma possibilidade de ajudá-los a executarem os gestos representativos do que ouvem e cantam.

Os estudos realizados com base nos teóricos presentes nessa pesquisa, destacam que, com a mediação das músicas nas rodas com as crianças, elas se sentem mais à vontade, brincam com a melodia, transbordam de alegria com o corpo e se sentem bem. Além disso, a criança no brincar pode fazer um resgate de

suas memórias de forma que possam também desenvolver de maneira significativa a cognição.

A música, juntamente com as brincadeiras, proporciona à criança uma vivência plena de seu mundo. Embora a capacidade de dar significado comece com as palavras, ela se manifesta inicialmente nas brincadeiras. Desde os tempos remotos, sabe-se que o homem, já expressava sua humanização de maneira peculiar, mostrando a necessidade de movimento e o acesso a cantigas, músicas, jogos e brincadeiras.

No momento contemporâneo, há um movimento de educadores brasileiros empenhados na retomada do ensino musical nas escolas públicas, de modo que toda criança passe a cantar nas escolas, com a argumentação que o canto favorece a auto-estima e tem um forte apelo social, além de contribuir para o desenvolvimento educacional e cultural da pessoa e do país.

Nesse sentido, vimos que de acordo com os autores citados que na prática de ensino envolvendo a música desperta nas crianças a autonomia, que é resultante do equilíbrio entre a fantasia das cantigas de roda e a realidade, junto com suas possibilidades criativas, auxilia a criança no processo de aquisição de conhecimentos e no desenvolvimento de habilidades cognitivas, afetivas e motoras, permitindo-lhe aprender através dessa vivência diária.

Ainda sobre o desenvolvimento da autonomia o qual pode contribuir com o desenvolvimento holístico da criança, de acordo

com Vygostky (1988), existem duas zonas de desenvolvimento: real e proximal. A zona de desenvolvimento real é o conhecimento já adquirido, ou seja, é o que a pessoa traz consigo, já a proximal, só é atingida, de início, com o auxílio de outras pessoas, que já tenham adquirido esse conhecimento. Aprender através das cantigas e músicas infantis proporciona a criança aprender por meio da ludicidade a explorar e aprender a solucionar problemas.

As músicas antigas são vistas como elemento marcante na fase infantil do ser humano, pois, ajuda a desenvolver várias habilidades e competências, dependendo dos objetivos traçados e do condutor dessa atividade lúdica. No processo do desenvolvimento a criança começa usando as mesmas formas de comportamento que outras pessoas inicialmente usaram em relação a ela.

Com base em tudo o que foi discutido sobre a música e as cantigas de roda na educação infantil, é evidente que elas desempenham uma função significativa nesse contexto educativo, bem como em todas as dimensões da existência humana, especialmente na vida das crianças. Pode-se afirmar que cantar e experimentar as cantigas de roda é uma forma de viver plenamente. As crianças cantam com motivação e entusiasmo porque isso é uma necessidade básica, assim como a alimentação, a saúde e a educação no ambiente escolar e social.

Por fim, partindo das análises das leituras, interpretação e observação, pela prática, a realidade desta contextualização no cotidiano escolar, deve ser melhorada a cada momento, pois a musicalidade através da cantiga faz parte da cultura e da formação integral da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordarmos sobre as contribuições da música como ferramenta de aprendizado, podemos perceber que ao serem utilizadas no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, elas facilitam e muito no aprendizado das crianças. Sabemos que as músicas são utilizadas no cotidiano das salas de aula e apresentações culturais como uma forma de tornar o ambiente mais acolhedor.

Vimos nessa pesquisa que as cantigas de roda e as músicas infantis tem uma função fundamental na Educação Infantil, além de possibilitar o acesso a poesia, a dança, pois ela também, desenvolve a socialização entre os pares, a motricidade a afetividade, o cognitivo, a coordenação motora e a ludicidade. Com isso, permitindo compreender que as cantigas de roda na Educação Infantil também tem sido um suporte para que os professores atinjam seus objetivos, tendo em vista, que na música encontramos formas mais simplificadas e dinâmicas para

ensinar, onde as crianças se sentem à vontade e passam a memorizar os conteúdos exposto com mais facilidade.

Dessa forma, compreende-se também, que as cantigas ensinam boas maneiras, atitudes comportamentais, além de proporcionar o resgate da cultura onde ela está inserida. E isso explica a presença de atividades com música (Cantigas de Roda) em sala de aula e principalmente na educação infantil.

Por fim, é basilar deixar as crianças brincarem com rimas no espaço escolar, devemos aprender a rir, inverter a ordem, representar, engajar-se na notação, imitar, sonhar e imaginar com elas.

Assim sendo, diante do exposto, podemos considerar que as cantigas de rodas e a música contribuem para o desenvolvimento das crianças, além de promovem as descobertas no e durante o processo de aprendizagem na educação infantil.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Sylvia. **A música na Educação infantil**. 4. ed. São Paulo: Editora Paternoni, 2010.

ALMEIDA, Berenice de; PUCCI, Magda Dourado. **Outras terras, outros sons**. São Paulo: Callis, 2003.

ALMEIDA, Berenice de; PUCCI, Magda Dourado. **Outras terras, outros sons**. 2. ed. São Paulo: Callis, 2011.

BRASIL. BNCC. **Base Nacional Comum**. 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_vErsaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da Pesquisa Bibliográfica na Área Odontológica e o artigo Científico como Forma de comunicação. **Ver. Odontol.** Univ. São Paulo, São Paulo, SP, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CASCUDO, C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, MG, 1988.

CASCUDO. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 11. ed. Ilustrada. São Paulo: Global, 2001.

DOHME, Vania. **Atividades lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelos do aprendizado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GASPAR, Lúcia. Brincadeiras de Roda. **Pesquisa Escolar Online** Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Set 2010. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisas_escolar. Acesso Em: 15 jan. 2024.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MARTINS, M. A. N. S. **Cantigas de Roda: o estético e o poético e sua importância para a educação infantil**. Curitiba, PR: CRV: 2003

SOUZA, Carlos Eduardo de; JOLY, Maria Carolina Leme. A importância do Ensino musical na Educação Infantil. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, Ano 4. V. 4, n. 7, p. 98-99, jan-jun. 2010. Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/180/10>. Acesso em: 15 maio 2024.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança, imitação, jogo, sonho, imagem e Representação de jogo. São Paulo: Zahar, 1971.

VYGOTSKY, Lev S. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo: Icone, 1988.

CAPÍTULO VIII

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DAS EXPECTATIVAS A REALIDADE

Valeria da Silva Oliveira
Otacílio Marcelino do Nascimento

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DAS EXPECTATIVAS A REALIDADE

Valeria da Silva Oliveira¹⁷ / Otacílio Marcelino do Nascimento¹⁸

INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre a inclusão na educação infantil, e busca analisar as expectativas e realidades da inclusão. Atualmente as escolas que atendem as crianças em idade para a educação infantil vem recebendo uma grande procura por vagas de crianças com necessidades especiais. É cada vez mais notória, o discurso da escola inclusiva para receber essas crianças dividindo assim opiniões e dúvidas sobre o que é de fato inclusão escolar. Para lidar com essas questões é preciso que as escolas tenham estrutura física e profissionais preparados, docentes que busquem o conhecimento para atender esse público.

Tendo em vista, que a inclusão na educação infantil não era vista com bons olhos pela sociedade em seu primeiro momento, durante muito tempo foi caracterizada pela exclusão onde o portador de necessidades específicas muitas vezes era

¹⁷ Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Maciço de Baturité - UniMB. E-mail: Valeriadaso18@gmail.com;

¹⁸ Especializado em Intervenção Sociopsicoeducativa na área da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Graduado em Pedagogia com habilitação em Gestão Educacional.

excluído e escondido por causa da sua deficiência que a tornava diferente das outras crianças, ou seja, era negado o direito de aprendizagem.

A inclusão na educação infantil não se resume à presença na sala de aula, mas envolve garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de participar plenamente de experiências educacionais enriquecedoras. Isso nos mostra que estudar esse tema é fundamental para podermos analisar suas contribuições diante da realidade atual, pelo fato de que tem crescido o número de crianças com necessidades especiais, ingressando na escola de ensino da educação infantil.

Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, fundamentada em autores como Mantoan (2003), Vygotsky (1998) e Papim e Col. (2018), além de consultas a artigos e sites de busca como Google Scholar, revistas eletrônicas especializadas no tema, artigos científicos. O resultado é uma sólida fundamentação sobre a inclusão escolar.

Diante do exposto, a inclusão na educação infantil sendo uma expectativa ou realidade nas escolas, vimos que em algumas instituições de ensino, ainda se encontram sem estrutura ou qualificação para atender ao público que necessita de um atendimento especial, mesmo assim o que se pode fazer para mudar esse quadro é exigir seus direitos e assim poder encontrar uma solução, pois dessa forma nenhuma escola poderá mais se negar a receber essas crianças.

REVISÃO DE LITERATURA

Exploraremos as definições contemporâneas de inclusão na educação infantil, destacando as perspectivas teóricas que fundamentam a prática inclusiva. Isso incluirá uma análise dos princípios-chave da inclusão como respeito a diversidade, participação plena e igualdade da diversidade.

Ao discorrermos sobre Inclusão na educação infantil: das expectativas a realidade, buscamos fundamentar essa pesquisa em autores como Mantoan (2003), Vygotsky (1998), Papim e Col. (2018), os quais nos enriquecem com seus estudos, experiências e perspectivas.

Visto que, ser educador na educação infantil significa assumir um papel fundamental no desenvolvimento integral da criança, influenciando suas habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Esse privilégio de participar tão intimamente na formação de uma vida jovem é acompanhado por uma grande responsabilidade, pois é preciso compromisso, ética e uma sensibilidade aguçada para atender às necessidades individuais de cada criança, promovendo um ambiente de aprendizagem que seja acolhedor e estimulante.

A inclusão na educação infantil é um tema de grande relevância no campo educacional, uma vez que se busca garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas entre

outras, tenham acesso igualitário à educação. Este artigo tem como objetivo revisar a literatura existente sobre as práticas, desafios e avanços da inclusão na educação infantil, proporcionando uma visão abrangente das iniciativas e estudos realizados nessa área.

Mantoan (2003, p. 24), afirma que a inclusão educacional “implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades em aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.” A inclusão escolar refere-se à prática de integrar todas as crianças em um sistema educacional comum, sem discriminação, valorizando a diversidade e garantindo que todas as crianças tenham oportunidades equitativas de aprender e se desenvolver. Diferente da mera integração, a inclusão envolve uma mudança sistêmica que adapta o ambiente educacional às necessidades de cada criança (Mittler, 2003; Mantoan, 2003).

Mittler (2003) destaca que a inclusão na educação requer uma transformação abrangente das escolas para garantir que todos os alunos tenham acesso igual às oportunidades educacionais e sociais, abordando aspectos como currículo, avaliação, práticas de ensino e atividades extracurriculares.

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de

assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação (Mittler, 2003, p. 25).

De acordo com Mittler (2003), ele destaca a complexidade e abrangência do conceito de inclusão no campo educacional. A inclusão não se limita a colocar todos os alunos no mesmo espaço físico, mas requer uma profunda reforma e reestruturação das escolas para garantir que cada aluno tenha acesso pleno a diversas oportunidades educacionais e sociais. Isso significa adaptar o currículo, os métodos de avaliação, os registros acadêmicos, as formas de agrupamento de alunos, a pedagogia e as práticas de sala de aula. Ainda conforme o autor, é essencial fornecer acesso equitativo a atividades esportivas, lazer e diversão. Esse processo visa criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, onde a diversidade é valorizada e cada aluno tem a chance de desenvolver-se em sua totalidade.

Um breve histórico da inclusão na educação infantil

A inclusão na Educação infantil é um tema fundamental e amplamente debatido nas últimas décadas, refletindo a evolução significativa na maneira como essas sociedades abordam a educação de crianças com necessidades especiais entre outras diversidades. O conceito de inclusão está embasado na ideia de que todas as crianças, independentemente de suas capacidades ou condições, tem o direito de aprender juntas e de participar plenamente da vida escolar.

A inclusão na educação infantil pode ser definida como, independente do gênero, classe social entre outras características sociais, um direito de todas as crianças. Enquanto direito fundamental, o direito a inclusão não pode ser negado a nenhum grupo social nem a nenhuma faixa etária (Baptista et al., 1999).

No século XIX deu-se início a educação inclusiva, com os movimentos em direção a integração de crianças. Essa integração muitas vezes era superficial e as crianças com deficiência eram frequentemente segregadas em sala de aula separada. Durante o século XX, houve um aumento gradual no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e uma maior conscientização sobre importância da inclusão educacional.

Historicamente na Educação Especial no Brasil, o conceito de especialização de atendimento ou, ainda, de educação especializada passa de modo hegemônico por dois Aspectos compreendidos pelas classes especiais e às instituições especializadas. Diante das especificidades da política educacional brasileira, as mesmas foram caracterizadas como privada e a pública; dessa forma, o poder público criou classes especiais para atender alunos com deficiências nas instituições escolares das redes estaduais. Observa-se que a criação dessas instituições especializadas, vieram a responder às necessidades identificadas pelos profissionais da educação na transição dos séculos XIX e XX (Kassar; Rebelo, 2011, p. 2).

Conforme citado pelos autores Kassar; Rabelo (2011), a evolução da Educação Especial no Brasil, destacando a criação de classes e instituições especializadas como resposta às necessidades de alunos com deficiências. Historicamente, essa especialização do atendimento foi dividida entre instituições públicas e privadas, com o setor público estabelecendo classes especiais nas escolas estaduais. Essa estrutura foi uma resposta às demandas identificadas pelos profissionais da educação durante a transição dos séculos XIX e XX. O desenvolvimento dessas instituições especializadas reflete os esforços para atender de maneira mais eficaz às necessidades específicas dos alunos com deficiência.

No entanto, a segregação persistiu em muitos sistemas educacionais, e a educação especial permaneceu separada da

educação regular. Segundo Luckesi (2011), “a educação brasileira pelo menos nos últimos cinquenta anos, tem sido marcada pelas tendências liberais nas suas formas ora conservadora, ora renovada”.

Só no século XXI, que a inclusão passou a ser prioridade em muitos sistemas educacionais em todo o mundo. Ocorreu um reconhecimento crescente da importância da diversidade e da equidade na educação, levando a criar ambientes inclusivos que atendam a necessidade de todas as crianças.

Teve três movimentos importantes: “o primeiro refere-se à disseminação do discurso de inclusão escolar e a identificação das matrículas unicamente em espaços especializados como atitudes discriminatórias, o segundo aspecto refere-se ao processo de municipalização do atendimento ao ensino obrigatório (ensino fundamental), ocorrido a partir da Constituição Federal de 1988, quando muitos municípios passaram a assumir o oferecimento da educação infantil e do ensino fundamental, muitas vezes não prevendo espaços públicos para atendimento educacional aos alunos com deficiências, visto que esses espaços estavam historicamente ligados às escolas estaduais” (Kassar, 2012, p. 840).

O movimento pela inclusão na educação infantil ganhou força a partir das décadas de 1960 e 1970, com o avanço dos direitos civis e humanos. Nesse período, a educação especial era

marcada pela segregação, com muitas crianças sendo educadas em instituições separadas.

Um marco crucial para inclusão foi a declaração de Salamanca, adotada em 1994 pela conferência mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pela UNESCO. Este documento estabeleceu princípios orientadores para a educação inclusiva, defendendo que as escolas deveriam acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceiras com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...) (Salamanca, 1994, p. 61).

Atualmente, há um objetivo crescente na inclusão não apenas de crianças com deficiências, mas também de crianças marginalizados, como minorias étnicas, linguísticas e culturais.

As abordagens inclusivas sobre a educação infantil visam não apenas garantir o acesso à educação, mas também promover a participação plena e igualdade de oportunidades para todas as crianças. Segundo Papim e Col. (2018, p. 18)

De modo particular, o processo de inclusão na sala de aula deve apresentar uma diversidade de práticas didáticas, com aprendizagens diferenciadas e materiais adaptados, que potencializem as habilidades dos estudantes com deficiência e com conteúdo que estejam acordo com suas experiências.

Conforme citado por Papim e Col (2018), o processo de inclusão na sala de aula deve incorporar uma variedade de práticas didáticas, oferecer aprendizagens diferenciadas e utilizar materiais adaptados. Os autores ainda afirmam que essas estratégias visam potencializar as habilidades dos estudantes com deficiência, garantindo que os conteúdos estejam alinhados com suas experiências.

Essa afirmação ressalta a importância da modernização e adaptação da prática educacional para atender as demandas e realidades do século XXI. A discrepância entre métodos de ensino ultrapassados e alunos imersos na era digital podem resultar em uma falha na eficácia da educação. Isso pode levar a problemas como evasão escolar, analfabetismo funcional, desmotivação dos professores, violência escolar e uma crise mais ampla na sociedade.

Portanto, é basilar promover mudanças significativas na forma como a educação é concebida e entregue para garantir que os alunos estejam preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

O processo de aprendizagem na educação infantil

O processo de aprendizagem na educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos. Esta fase que atende crianças de zero a cinco anos, estabelece as bases para a aprendizagem futura e o desenvolvimento pessoal enquanto ser pensante, cidadão.

É uma área crucial de pesquisa e prática, pois envolve garantir que todas as crianças tenham acesso a oportunidades educacionais significativas e equitativas, independentemente de suas habilidades, necessidades ou características individuais.

Existem vários aspectos de suma importância nesse processo criar um ambiente de aprendizagem que promova o respeito às diferenças entre os alunos para o desenvolvimento de uma escola inclusiva e acolhedora fazendo com que as crianças sintam-se inseguras amadas e respeitadas adaptação do currículo com práticas de ensino para melhor atender as necessidades de todas as crianças incluindo o uso de materiais excessivos e estratégias de ensino atividades e projetos coletivos promovendo

a cooperação a comunicação e o compartilhar de ideias o apoio individual para cada criança para que ela conheça o seu potencial sendo importante a disponibilização de terapia ocupacional, fonoaudióloga, auxiliares de sala de aula ou tutores para um suporte extra.

O professor atua como mediador, guiando os alunos através de novas experiências e desafios, ajudando-os a aprender e a resolver problemas de maneira eficaz. Hernández (1998, p. 75), destaca a relevância do professor: “O papel do professor é o de interpretar desse processo facilitador de novas experiências que levam os alunos a outras situações e problemas”.

É importante também o envolvimento da família no processo educacional a comunicação regular com a escola e a colaboração com profissionais de saúde alguns aspectos fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças são os aspectos cognitivos emocionais sociais e físicos podendo ser abordados através do lúdico permitindo assim que as crianças explorem o mundo ao seu redor desenvolvendo habilidades motoras sociais e cognitivas por meio da interação com adultos e outras crianças ajudando a desenvolver habilidades linguísticas sociais e emocionais promovendo a empatia e a cooperação.

Conclui-se que o processo de aprendizagem é complexo e multidimensional, requerendo uma abordagem integrada que considere as especificidades de cada criança. A combinação de um ambiente estimulante, práticas pedagógicas inovadoras e

uma forte parceria com a família são elementos-chave para o sucesso nessa fase educativa.

Desafios da inclusão na educação infantil

A inclusão na educação infantil apresenta alguns desafios que exigem preparação, sensibilidade e adaptação por parte dos educadores e das instituições de ensino. Entre as principais dificuldades está a necessidade de criar ambientes acessíveis e acolhedores para todas as crianças, independentemente de suas diferenças físicas, cognitivas ou sociais.

Mesmo na escola se presentificando muitas tensões e desafios, ela pode se constituir em um espaço de conhecimento capaz de criar alternativas para a garantia de uma proposta de aprendizagem para todos os alunos (Miranda; Filho, 2012, p. 21). De acordo com a citação de Miranda; Filho (2012), os autores destacam que, apesar das tensões e desafios presentes na escola, esta pode se tornar um espaço de conhecimento promissor. A escola tem o potencial de criar e implementar alternativas que assegurem uma proposta de aprendizagem inclusiva e eficaz para todos os alunos. Esse ambiente educativo, mesmo em meio a dificuldades, pode se transformar em um lugar onde cada estudante tem a oportunidade de aprender e desenvolver suas habilidades de maneira equitativa.

Nesse sentido, Vygotsky (1998) também destaca o papel da mediação social na aprendizagem. A interação com professores, pais e colegas mais experientes facilita a internalização de conhecimentos e habilidades, impulsionando o desenvolvimento cognitivo. Em resumo, Vygotsky (1998) vê a aprendizagem como um motor para o desenvolvimento, onde a estrutura adequada e o apoio social desempenham papéis cruciais. A aprendizagem direcionada e bem-organizada não só transmite conhecimentos, mas também catalisa o desenvolvimento de capacidades cognitivas e habilidades complexas.

Ainda nesse aspecto, Miranda; Filho (2012, p. 263) afirmam que

O que se observa no contexto da escola é a dificuldade da equipe, e não apenas do professor, em desvelar os conhecimentos e a subjetividade do aluno, subestimando, na maioria das vezes, a sua capacidade de aprender. Talvez, a pouca experiência desta equipe, associado às próprias características da deficiência sejam elementos ecológicos importantes na construção do imaginário social sobre este aluno, o qual revela por meio de diversos canais de comunicação, seja ele verbal ou não-verbal, as suas intenções, preferências e anseios.

De acordo com Miranda; Filho (2012), abordam a dificuldade enfrentada pela equipe escolar, e não apenas pelos professores, em reconhecer e valorizar os conhecimentos e a

subjetividade dos alunos, especialmente aqueles com deficiência. Muitas vezes, há uma tendência a subestimar a capacidade de aprendizagem desses alunos, influenciada tanto pela inexperiência da equipe quanto pelas características específicas das deficiências. Esses fatores contribuem para a formação de um imaginário social limitado e estigmatizado. No entanto, é fundamental entender que esses alunos expressam suas intenções, preferências e anseios através de diversos canais de comunicação, sejam eles verbais ou não-verbais.

Assim, podemos perceber que é importante reconhecer e interpretar adequadamente essas formas de comunicação, pois ela é essencial para promover uma educação inclusiva e respeitosa das particularidades de cada aluno.

São vários fatores que dificultam o processo de inclusão: escolas sem estruturas físicas que contemplem a acessibilidade, a falta de professores, a dificuldade em obter um diagnóstico, o déficit na formação de professores. A inclusão na educação infantil enfrenta uma série de desafios que podem impactar negativamente a eficácia e a qualidade do processo educacional: falta de recursos adequados, que é um dos principais desafios na inclusão incluindo financiamento insuficiente, falta de pessoal qualificado e escassez de materiais e equipamentos adaptados.

A falta de recursos pode dificultar a implementação de práticas inclusivas eficazes e comprometer a qualidade da educação oferecida às crianças; barreiras físicas e ambientais, a

infraestrutura das escolas nem sempre está adequada para atender às necessidades de todas as crianças, especialmente daquelas com deficiências físicas.

Barreiras arquitetônicas, falta de acessibilidade em ambientes não adaptados podem limitar a participação plena e igualitária de todos os alunos; atitudes e percepções negativas, levando em consideração a diversidade, pode representar um grande obstáculo para inclusão na educação infantil. Estereótipos, preconceitos e discriminação podem criar um ambiente escolar hostil e desencorajar a participação ativa de crianças com necessidades especiais; falta de formação e capacitação, educadores muitas vezes relatam uma falta de formação e capacitação adequada, em práticas inclusivas.

A falta de conhecimento sobre estratégias de ensino diferenciadas, adaptações curriculares e uso de tecnologia assistiva podem dificultar a eficácia do ensino inclusivo e aumentar a sobrecarga de trabalho dos professores; desafios na colaboração interprofissional, a colaboração entre diferentes profissionais que trabalham com crianças, como professores, terapeutas, psicólogos e assistentes sociais, podem ser desafiadoras.

Diferenças na abordagem, comunicação inadequada e falta de tempo para reuniões colaborativas podem dificultar a prestação de apoio integrado e coordenado às crianças; complexidade das necessidades individuais, as crianças têm uma

ampla gama de necessidades individuais, que podem variar de deficiências físicas e intelectuais, a dificuldades de aprendizagem e problemas comportamentais.

A complexidade dessas necessidades pode sobrecarregar os recursos disponíveis e exige uma abordagem individualizada e holística para garantir a inclusão eficaz; resistência a mudança, a implementação de práticas inclusivas muitas vezes requer mudanças significativas na cultura e nas estruturas organizacionais das escolas. A resistência à mudança por parte dos educadores e administradores escolares e membros da comunidade podem representar um desafio significativo para a promoção a inclusão na educação infantil.

Por fim, enfrentar esses desafios exige um compromisso contínuo por parte de todos educadores, administradores escolares, pais, profissionais de saúde e formuladores de políticas. Para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo investigou as expectativas estabelecidas, teorias pedagógicas e percepções sociais sobre a inclusão infantil; comparar essas expectativas com as experiências reais de educadores, crianças e suas famílias; identificar as principais brechas entre expectativas e realidade na

implementação da inclusão na educação infantil. Abordagem qualitativa será empregada para explorar em profundidade as experiências e perspectivas dos participantes.

A pesquisa bibliográfica é geralmente mais econômica em termos de tempo e recursos, pois não requer a coleta de dados primários. Ao utilizar fontes já disponíveis, o pesquisador pode otimizar o tempo dedicado à pesquisa e concentrar-se na análise e interpretação dos dados. A revisão bibliográfica fornece uma sólida base teórica para o estudo, ajudando o pesquisador a contextualizar seu trabalho dentro do corpo existente de conhecimento e a identificar lacunas que justifiquem a pesquisa adicional. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica emerge como uma estratégia valiosa para explorar e compreender uma ampla gama de fenômenos, enriquecendo o processo de investigação científica e contribuindo para o avanço do conhecimento em uma determinada área.

Gil (1999, p. 65) explicita que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está relacionada ao fato de permitir [...] ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Nessa fala o autor explica que a pesquisa bibliográfica oferece uma vantagem significativa ao pesquisador, permitindo que ele explore uma variedade mais ampla de fenômenos do que seria possível investigar diretamente. Isso significa que, ao revisar e analisar a literatura existente, o pesquisador pode

examinar uma diversidade de informações e perspectivas sobre o tema de estudo, o que enriquece a sua compreensão e análise.

Pesquisa qualitativa para Silva e Menezes (2005)

é aquela que[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa (Silva; Menezes, 2005, p. 20).

A citação destaca que a pesquisa qualitativa reconhece uma conexão dinâmica entre o mundo real e a percepção subjetiva do pesquisador. Isso significa que os fenômenos estudados não podem ser reduzidos a números pois envolvem interpretação e atribuição de significados. Em vez disso, a pesquisa qualitativa tem o foco em compreender os contextos, experiências e perspectivas dos participantes, valorizando a riqueza e complexidade das informações obtidas. Silva e Menezes (2005) argumentam que certas nuances da experiência humana não podem ser capturadas por métodos quantitativos. A pesquisa qualitativa, portanto, se torna indispensável para explorar aspectos subjetivos e contextuais que são fundamentais para uma compreensão holística dos fenômenos estudados.

Diante do exposto, podemos afirmar que no contexto educacional, essa abordagem é particularmente valiosa. Permite aos pesquisadores capturar as complexidades das experiências de aprendizagem, as interações em sala de aula e as percepções de professores e alunos, oferecendo insights profundos que podem informar práticas pedagógicas mais eficazes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A inclusão na educação infantil é um tema que envolve a integração de todas as crianças, independentemente de suas habilidades, origens sociais ou necessidades especiais, em um ambiente educacional comum.

Nesse sentido, podemos perceber que os estudos indicam que a inclusão na educação infantil favorece o desenvolvimento das crianças, pois os alunos em ambientes inclusivos tendem a desenvolver por meio das interações com colegas de diferentes habilidades e origem, a empatia e cooperação, além disso, crianças com necessidades especiais apresentam uma melhora na autoestima, pois se sentem parte da comunidade escolar.

Vimos os valores de se promover um ambiente acolhedor e diversificado, onde todas as crianças se sintam valorizadas e tenham suas necessidades atendidas. Além disso, ressaltamos a relevância do desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, que reconheçam e respeitem as diferenças

individuais, contribuindo para o pleno desenvolvimento de cada criança, independentemente de suas habilidades ou características específicas.

O estudo, destacou também a necessidade de formação continuada para os profissionais da educação, visando capacitá-los para atender adequadamente as demandas de inclusão e proporcionar suporte especializado, quando necessário. Além disso, enfatizou-se a importância da parceria entre escola, família e comunidade para garantir o sucesso da inclusão na educação infantil. Promovendo uma cultura de respeito, aceitação e colaboração.

Apesar dos esforços legislativos, persistem barreiras que dificultam o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Esta demanda, grandes transformações organizacionais e funcionais em diferentes níveis do sistema educativo, incluindo a articulação dos profissionais da educação, a gestão da sala de aula, a adaptação do currículo e mudanças no próprio processo de ensino-aprendizagem. Essas transformações podem gerar resistências e medos, que acabam por inibir a implementação dessas mudanças.

Por fim, vimos outro aspecto importante que foi a adaptação do currículo e dos materiais didáticos para garantir a acessibilidade e a participação de todas as crianças, independentemente de suas necessidades especiais. Também ressaltou a necessidade de políticas públicas que promovam a

inclusão e garantam os recursos e apoios necessários para que todas as crianças tenham acesso à uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou uma análise sobre as expectativas e realidades da inclusão na educação infantil, destacando as lacunas significativas entre as políticas estabelecidas, as teorias pedagógicas e experiências vivenciadas por educadores, pais e crianças, além de ressaltar a importância de um compromisso contínuo e coletivo para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Podemos perceber que ainda é necessário refletirmos e buscarmos agir sobre as políticas públicas, quanto a necessidade delas apoiarem a inclusão, garantindo recursos financeiros e humanos suficientes para a implementação de práticas inclusivas.

Os resultados revelaram uma série de desafios persistentes na implementação da inclusão na educação infantil, incluindo a falta de recursos adequados, atitudes negativas em relação à diversidade e dificuldades na colaboração dos profissionais envolvidos.

Esses desafios representam barreiras significativas para a criação de ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos e equitativos. Ficou evidente a necessidade urgente de

investimento em recursos adequados, incluindo financiamento, pessoal qualificado e materiais adaptados, para apoiar efetivamente a inclusão na educação infantil. Além disso, é crucial fornecer formação e capacitação contínua para educadores, profissionais de saúde sobre práticas inclusivas e estratégias de apoio individualizado.

Vimos que atitudes e percepções negativas em relação à diversidade representam um grande obstáculo para a inclusão na educação infantil, portanto, é fundamental promover uma mudança cultural e institucional que celebre a diversidade, combate ao preconceito e promova a aceitação e o respeito mútuo entre todos os membros da comunidade escolar.

A implementação bem-sucedida da inclusão na educação infantil requer parcerias e colaboração eficaz entre educadores e pais, profissionais de saúde e legisladores sobre a política educacional, pois sabemos que é essencial trabalhar em conjunto para identificar e superar os desafios existentes, desenvolver estratégias inovadoras e promover práticas inclusivas que atendam às necessidades de todas as crianças.

Por fim, a construção de uma educação infantil verdadeiramente inclusiva exige um esforço coletivo e coordenado, assegurando que todas as crianças tenham iguais oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem. É imprescindível um compromisso contínuo com a melhoria da prática inclusiva, adotando uma abordagem holística e

colaborativa, fundamentada em evidências, que valorize as vozes e experiências de todos os envolvidos e esteja alinhada com os princípios de equidade, diversidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. V. et al. **Inclusão escolar e práticas pedagógicas**. São Paulo: 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

KASSAR, M. de C. Educação especial no Brasil- desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. *educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p.840, 2012.

KASSAR, M. de C; REBELO, Andressa Santos. Especial na educação, o atendimento especializado e a Educação Especial. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL*, 6., 2011, Nova Almeida-Serra. **Anais...** Nova Almeida-Serra, 2011. Disponível em: <https://ppees-cpan.ufms.br/wp-content/uploads/2015/02/M%C3%B4nica-Kassar-E-Andressa-Rebelo-SNPEE.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

LUCKESI, C. C. **filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **“Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?”** São Paulo: moderna, 2003.

MIRANDA, Therezinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; ARAUJO, Mariane Andreuzzi de; PAIXÃO, Kátia de Moura Graça; SILVA, Glaciélma de Fátima da (Orgs.). **Inclusão Escolar: perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis, SC. UFSC, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** 1994.

VYGOTSKY, Levi S.; LURIA, Alexander R. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: ícone Editora, 1998.

A Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) é credenciada pela Portaria nº 665/MEC, publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 2019. Entre as atividades vinculadas ao ensino superior, a Faculdade oferece serviços acadêmicos da EDITORA FAMEN que objetiva a difusão de conhecimento por meio de e-books, livros impressos, periódicos (revista científica e jornal eletrônico), anais de eventos e repositório institucional, sendo vinculada à Diretoria de Pesquisa da Faculdade.

A EDITORA FAMEN é especializada em publicar conhecimentos relacionados ao campo da educação e a áreas afins por meio de plataforma on-line, como também em formato impresso. O endereço eletrônico para acessar as suas publicações e demais serviços acadêmicos é o www.editorafamen.com.br.

A EDITORA FAMEN realiza edição, difusão e distribuição de produções editoriais seguindo uma Política Editorial qualificada e baseada nas seguintes linhas: acadêmica, técnico-científica, produção didático-pedagógico, produção artístico-literária e cultura popular.

Formato: E-book/PDF
Tipologia: Hockey is Lif, HoloLens MDL2 Assets e Volkhov

2026 Natal/Rio Grande do Norte

Não encontrando nossos títulos na rede de livros conveniados e informados em nosso site contactar a Editora Faculdade

FAMEN:

Tel: (84) 3653-6770 | Site: www.editorafamen.com.br

E-mail: editora@famen.edu.br

O manuscrito eletrônico intitulado “**Do rabisco ao reconto: ludicidade, música e inclusão como pontes formativas na primeira infância**”, vinculado ao curso de Pedagogia do **Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB)**, por meio da Educação a Distância (EaD), na cidade de **Poço Branco II / RN**, tem como foco contribuir para a divulgação de resultados de pesquisas científicas na área da Pedagogia. Sistematizado para socializar pesquisas realizadas a partir do ano de 2024, possui caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, ao receber contribuições de diversas áreas e campos de saberes. O manuscrito disponibiliza por meio de versão eletrônica acesso internacional e gratuito para as ideias relacionadas ao campo da educação. O livro “Do rabisco ao reconto: ludicidade, música e inclusão como pontes formativas na primeira infância” possui 8 (oito) capítulos que abordam diversos temas das ciências da educação.